

ISSN18078834



Boletim elaborado pelo  
Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste/Etene,  
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2006

Obra publicada pelo

**Banco do  
Nordeste**



*O nosso negócio é o desenvolvimento*

#### **Presidente**

– Roberto Smith

#### **Diretores**

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Rafael Lapa
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

#### **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene**

José Sydrião de Alencar Júnior  
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior  
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e  
Serviços – CEIS)

Maria Odete Alves  
(Coordenadoria de Estudos Rurais e  
Agroindustriais – COERG)

#### **Equipe responsável**

Autores: Ádila Maria Barbosa Pinto, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Assuêro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Francisco Raimundo Evangelista, Geraldo Magela Lima Barbosa, Osias Pereira da Silva.

Estagiários: Bruno Alencar Firmo Barreira, Jociany Monteiro Luz e Roberto Alves Gomes

#### **Ambiente de Comunicação Social**

José Maurício de Lima da Silva

#### **Editor**

Ademir da Silva Costa (Reg. 461/03/66-CE)

#### **Revisão vernacular**

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

#### **Normalização Bibliográfica**

Rodrigo Leite Rebouças

#### **Diagramação**

Gigliola Senna

#### **BNB/Etene**

Av. Paranjana, 5700, Passaré - CEP 60.740-000  
Fortaleza, Ceará - Brasil  
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões não refletem  
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Copyright@ 2006 by Banco do Nordeste do Brasil

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. – N. 9 (abr.-jun. 2006)- . – Fortaleza : Banco do  
Nordeste do Brasil, 2006- .

n. il.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

## SUMÁRIO

<b>05</b>	<b>1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS</b>
05	1.1 - A Mamona e a Produção de Biodiesel no Semi-árido Brasileiro
09	1.2 - Reestruturação Produtiva da Indústria de Calçados Cearense e Técnicas poupadoras de Mão-de-Obra
<b>11</b>	<b>2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS</b>
<b>15</b>	<b>3 - NÍVEL DE ATIVIDADE</b>
15	3.1 - Produto Interno Bruto
22	3.2 - Produção Industrial
26	3.2.1 - Produção Industrial no Nordeste
29	3.3 - Nivel de Utilização da Capacidade Instalada
32	3.4 - Produtividade da Indústria
34	3.5 - Comércio
38	3.6 - Produção Agropecuária
38	3.6.1 - Agricultura
43	3.6.2 - Pecuária
44	3.6.3 - Agronegócio
<b>51</b>	<b>4 - EMPREGO E RENDIMENTO</b>
51	4.1 - Emprego
55	4.2 - Rendimento
56	4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

61	5 - SETOR EXTERNO
61	5.1 - Balança Comercial Brasileira
63	5.1.1 - Exportações
64	5.1.2 - Importações
66	5.2 - Balança Comercial Nordestina
74	5.3 - Balanço de Pagamentos
81	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
81	6.1 - Governo Federal
82	6.1.1 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
83	6.2 - Estados e Municípios Nordestinos
83	6.2.1 - Arrecadação de ICMS
85	6.2.2 - Transferências voluntárias
86	6.2.3 - Transferências constitucionais
89	REFERÊNCIAS

# 1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

## 1.1 - A Mamona e a Produção de Biodiesel no Semi-Árido Brasileiro

**José Maria Marques de Carvalho**

*Engenheiro agrônomo, Economista,  
Especialista em agribusiness, Técnico do Etene*

**Rodrigo M. Neiva Santos**

*Engenheiro civil, Especialista em avaliação ambiental de projetos,  
Mestre em Recursos Hídricos, Técnico do Etene*

O biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser obtido por diferentes processos tais como o craqueamento, a esterificação ou pela transesterificação. Esta última, mais utilizada, consiste numa reação química de óleos vegetais ou de gorduras animais com um álcool de cadeia curta (geralmente etanol ou o metanol), estimulada por um catalisador.

O biodiesel pode substituir total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores de ciclo diesel, automotivos ou estacionários, podendo ser usado em qualquer proporção com o diesel mineral. A mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é chamada de B2 e assim sucessivamente, até o biodiesel puro, denominado B100.

No Brasil, os primeiros passos sobre biodiesel datam de 1980 com a patente internacional de número PI-8007957, do professor Expedito Pa-

rente, da Universidade Federal do Ceará. No mundo, teve início em 1990, na União Européia, tendo à frente a Alemanha, França e Itália. Os Estados Unidos e Argentina já estabeleceram os padrões para o combustível. Outros países, como a Austrália, Malásia, Japão e Espanha possuem interesse em adquirir esse combustível.

Uma grande força que justifica a implementação de um programa de produção do biodiesel está representada pelas vantagens ambientais, sendo essa a principal razão do seu uso nos chamados países desenvolvidos<sup>1</sup>. Diferentemente da motivação desses países, o principal interesse brasileiro na implementação do Programa Biodiesel reside na grande possibilidade de geração de emprego, renda e inclusão social. Isso é ainda mais verdade no semi-árido nordestino, região que possui milhares de pessoas convivendo habitualmente com a fome e os flagelos das secas.

<sup>1</sup> Esse aspecto ganhou força, mais recentemente, com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, que objetiva a redução da emissão de gases tóxicos, principalmente as emissões de CO<sub>2</sub> oriundas dos combustíveis fósseis.

Tanto os óleos vegetais, as gorduras animais e óleos e gorduras residuais podem se constituir em matéria-prima para a produção do biodiesel. No entanto, para a substituição do diesel mineral pelo biodiesel em larga escala, será necessária a utilização de enormes quantidades de matéria-prima. Apesar das gorduras animais e os óleos e gorduras residuais poderem vir a exercer um importante papel nesse sentido, pela quantidade necessária de óleo, são os óleos vegetais que se apresentam, até o momento, como a alternativa mais promissora e a que tem sido alvo do maior número de pesquisas.

A extensão territorial do Brasil e excelentes condições edafo-climáticas, fazem do país um dos locais mais propícios para a exploração de biomassa para fins alimentícios, químicos e energéticos, tendo no biodiesel uma de suas principais opções. São amplas as possibilidades de produção de biodiesel a partir da soja no Sul e Centro-Oeste, do dendê no Norte, do algodão no Centro-Oeste, e da mamona no semi-árido nordestino, dentre outras oleaginosas.

A implementação de um programa de produção de biodiesel no semi-árido objetiva principalmente a geração de emprego, renda e inclusão social. Nesse sentido, o seu rebatimento na agricultura familiar é uma consequência natural.

Apesar de existirem diversas culturas capazes de fornecer óleos vegetais para a fabricação de biodiesel no semi-árido, como o girassol, o pinhão manso, o algodão, dentre outras, pesquisas se fazem necessárias para a viabilização dessas culturas na agricultura regional. O pinhão manso, por exemplo, como é um arbusto nativo, perene, necessita ainda ser domesticado. Nesse sentido, a cultura da mamona apresenta-se como a mais viável, já que adapta-se muito bem ao clima e às condições de solos do semi-árido, possui

quantidades de óleo das mais elevadas (50%) e uma grande identidade com a região.

As áreas aptas para exploração da cultura da mamona devem possuir precipitação pluviométrica de 500 a 1.500mm anuais, solos profundos e bem drenados, pH entre 5,8 e 6,6, temperatura entre 20 a 30°C e altitude superior a 400m. Neste perfil, enquadram-se 406 municípios da região Nordeste, aptos, portanto, à exploração da cultura. A área destes municípios, segundo a Embrapa, é estimada entre 4 a 5 milhões de hectares. Para produção do B2, estima-se ser necessário cerca de 1 milhão de hectares, caso todo este volume seja produzido a partir da mamona.

A nova delimitação do semi-árido do Brasil, regulamentada pelo Ministério da Integração Nacional, abrange 1.134 municípios, em uma área total de 978.134,33km<sup>2</sup>, compreendendo 42% do contingente populacional e aproximadamente 2 milhões de famílias que sobrevivem em péssimas condições de vida.

O semi-árido Nordeste e a agricultura familiar são focos preferenciais do Programa de Biodiesel para o Nordeste, favorecendo dessa forma a inclusão social<sup>2</sup>. Para estimular essa possibilidade, o Governo Federal definiu no marco regulatório, incentivos fiscais que favorecem o semi-árido e a agricultura familiar através da definição do Selo Combustível Social.

O Selo Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

Por meio do selo de combustível social, o produtor de biodiesel terá acesso a alíquotas de

<sup>2</sup> Cabe registrar, que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, administrado pelo BNB, por Lei, é obrigado a aplicar, pelo menos, 50% dos recursos na região semi-árida, da área de atuação do BNB.

PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso às melhores condições de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia S/A (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil S/A ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo Combustível Social. O produtor de biodiesel também poderá usar o Selo para fins de promoção comercial de sua empresa.

O Selo somente será concedido para os produtores de biodiesel que comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de:

- a) 50% - região Nordeste e Semi-Árido;
- b) 10% - região Norte e Centro-Oeste;
- c) 30% - região Sudeste e Sul.

Além desses valores, é necessário que os produtores assegurem assistência e capacitação técnica e estabeleçam contratos negociados com os agricultores familiares, constando, pelo menos:

- a) o prazo contratual;
- b) o valor de compra e critérios de reajuste do preço contratado;
- c) as condições de entrega da matéria-prima;
- d) as salvaguardas de cada parte; e,
- e) identificação e concordância de uma representação dos agricultores que participou das negociações.

A redução de tributos federais (PIS/Pasep e Cofins), proporcional à compra e condicionada à

concessão do Selo Combustível Social foi estabelecida pelo Decreto 5.297, de 6 de dezembro de 2004. Os valores da Tabela 01 se referem à incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre os produtores de biodiesel (em R\$/litro de biodiesel).

Decreto nº 5.298, de 6 de dezembro de 2004, alterou ainda a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre o biodiesel, estabelecendo alíquota zero para o biocombustível.

Ainda com relação à isenção fiscal, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) celebrou o Convênio 105/03, em 12/12/03, publicado no Diário Oficial em 17/12/2003, autorizando os Estados de Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos vegetais destinados à produção de biodiesel.

Segundo o MDA, até novembro de 2005, apenas as empresas Brasil Biodiesel, Companhia de Refinaria da Amazônia e a Soyminas Biodiesel Derivados Vegetais Ltda, possuíam a concessão do Selo de Combustível Social.

A Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP) autorizou as plantas industriais indicadas na Tabela 02 para produção de biodiesel no Brasil.

Além das plantas de produção citadas, a Petrobras instalará três plantas de produção de biodiesel, cada uma com capacidade de 50m<sup>3</sup>/dia, nos Estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais.

**Tabela 01 – Incidência de PIS/PASEP e Confins sobre os Produtos de Biodiesel, (Em R\$/litro de biodiesel)**

Modalidade de produtor de biodiesel	Matéria-prima/Região	
	Qualquer matéria-prima (qualquer região)	Palma e mamona (Norte e Nordeste)
Sem selo combustível social	R\$ 0,22 (67% de redução)	R\$ 0,15 (77,5% redução)
Com selo social	R\$ 0,07 (89,6% de redução)	R\$ 0,0 (100% de redução)

Fonte: Biodiesel...(2006).

**Tabela 02 – Capacidade Autorizada para plantas de biodiesel no Brasil**

Empresa	Local	CNPJ	Capacidade Autorizada (m <sup>3</sup> /dia)	*Capacidade Anual Estimada (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> /ano)
Soyminas	Cássia/MG	03495312/0001-01	40,0	12,0
Agropalma	Bélem/PA	83663484/0001-86	80,0	24,0
Brasil Biodiesel	Teresina/PI	05799312/0003-92	2,0	0,6
Biolix	Rolândia/PR	05794956/0001-26	30,0	9,0
Brasil Biodiesel	Florianópolis/PI	05.799.312/0001-20	90,0	27,0
NUTEC	Fortaleza/CE	09416789/0001-94	2,4	0,7
Fertibom	Catanduva/SP	00191202/0001-68	20,0	6,0
Renobras	Dom Aquino/MT	03357802/0001-41	20,0	6,0
Granol	Campinas/SP	50290329/0063-05	133,0	39,9
Granol	Anápolis/GO	50290329/0026-60	200,0	60,0
<b>TOTAL =</b>			<b>617,4</b>	<b>185,2</b>

Fonte: Ministério de Minas e Energia. ANP- 04/08/2006. \*300 dias

Como toda atividade em seu início, o biodiesel de mamona apresenta alguns gargalos, tais como:

- quantidade de sementes pré-básicas e básicas insuficientes para produção de campos de multiplicação de sementes certificadas;
- inexistência de clones para produção econômica para baixas altitudes;
- excesso de glicerina resultante da produção de biodiesel;
- problemas com a utilização da torta da mamona para ração animal;
- indefinição de termos contratuais entre produtores e esmagadoras e entre esmagadoras e usinas de biodiesel.

O BNB, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), desde o ano de 1980, apóia a cadeia de biodiesel através de financiamentos à produção, à pesquisa e à difusão de tecnologias. Somente o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) já apoiou mais de 40 projetos, entre pesquisa e difusão.

Entre os temas apoiados relacionados ao biodiesel, destacam-se a produção de sementes básicas e pré-básicas de mamona, a produção de máquinas descaroçadoras de bagas de

mamona, novos catalizadores, desenvolvimento de clones de mamona para baixa altitude, destoxicação da torta de mamona para fins de ração animal, dentre outros.

Importante destacar que a demanda por pesquisa relacionada ao biodiesel cresceu enormemente nos últimos anos, o que fez com que o apoio do Fundeci também crescesse. Entre 1980 e 2004, foram apoiados apenas seis projetos, enquanto em 2005 e 2006, esse número saltou para 34.

Os dados acima revelam que o interesse por pesquisas relacionadas à mamona e ao biodiesel é recente, devendo os resultados surgirem apenas a médio prazo. Daí porque, uma reflexão se faz necessária: não se pode eternizar os valores atualmente praticados de produtividade da cultura e do rendimento industrial de óleo de mamona das atuais cultivares e processos agroindustriais, que, com certeza, num futuro próximo, serão alterados de forma positiva como resultado das pesquisas em andamento.

Certo da importância do biodiesel para a região e por entender que a continuidade das pesquisas é fundamental para mitigar os principais gargalos da cadeia produtiva do biodiesel, o BNB/Etene, lançará, ainda em agosto de 2006, um aviso de seleção de projetos específico para

o biodiesel. A intenção é selecionar projetos específicos por meio de demandas induzidas.

Com relação à formalização de modelos de contratos, o BNB/Etene, juntamente com a Petrobras e o MDA, está estudando uma forma de contrato que possibilite uma operação ganha-ganha, entre o

produtor do grão e a agroindústria de esmagamento, e dessa, com a usina de biodiesel. O objetivo é conferir maior regularidade de suprimento de matéria-prima entre os elos da cadeia produtiva do biodiesel, promovendo sua sustentabilidade e favorecendo a inclusão social no semi-árido nordestino.

## 1.2 - Reestruturação Produtiva da Indústria de Calçados Cearense e Técnicas Poupadoras de Mão-de-Obra

**Carlos Américo Leite Moreira**

*Doutor em economia, professor e pesquisador do Departamento de Teoria Econômica da FEAACS e do Mestrado de Logística e Pesquisa Operacional (GES-LOG) da Universidade Federal do Ceará.*

O processo de reestruturação do setor de calçados na década de 1990, visando enfrentar a concorrência externa, teve como consequência a terceirização de atividades e, sobretudo, o deslocamento de fábricas para o Nordeste e, em particular para o Estado do Ceará, na perspectiva de reduzir custo de produção e aumentar a participação no mercado externo.

Mais recentemente, diante da dificuldade de competir principalmente com produtos chineses, os fabricantes nacionais estão adotando duas estratégias que têm afetado substancialmente a produção de calçados no Estado do Ceará. A primeira está relacionada com a importação direta de produtos finais ou componentes produzidos por indústrias chinesas. A segunda, que significa um aprofundamento da estratégia anterior, está relacionada com a contratação de companhias chinesas para fabricar seus produtos.

Essas estratégias permitem aos produtores se beneficiarem de vantagens de localização existentes na China como a mão-de-obra barata e a política cambial que mantém a cotação do dólar

em baixa. Diante desse cenário adverso, constatou-se uma retração da produção de calçados no Estado, de 8,4% em 2005. Como as empresas estão reagindo a esse cenário adverso?

Reportagem recente do jornal Valor Econômico intitulada “Fábrica do Ceará supera produtividade chinesa” revela que a unidade de produção da Grendene está fabricando até 600 mil pares de sapatos feitos de plástico injetável, seguindo uma fórmula que mistura PVC, corante e pouca mão-de-obra (FÁBRICA..., 2006). Com essa combinação, segundo o jornal, a Grendene se transformou em uma exceção em meio a uma indústria que é intensiva em mão-de-obra, já que produziu 130 milhões de pares de calçados com apenas 25 mil empregados, enquanto a chinesa Yue Yuen produziu 180 milhões de tênis com 250 mil trabalhadores.

Fica a constatação que, para enfrentar a concorrência, os produtores nacionais estão investindo em tecnologias que elevam a produtividade, no entanto, são poupadoras de mão-de-obra em plena contradição com a estratégia do governo do Estado do Ceará de criar indústrias através de renúncia fiscal na perspectiva de gerar empregos. ●



## 2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

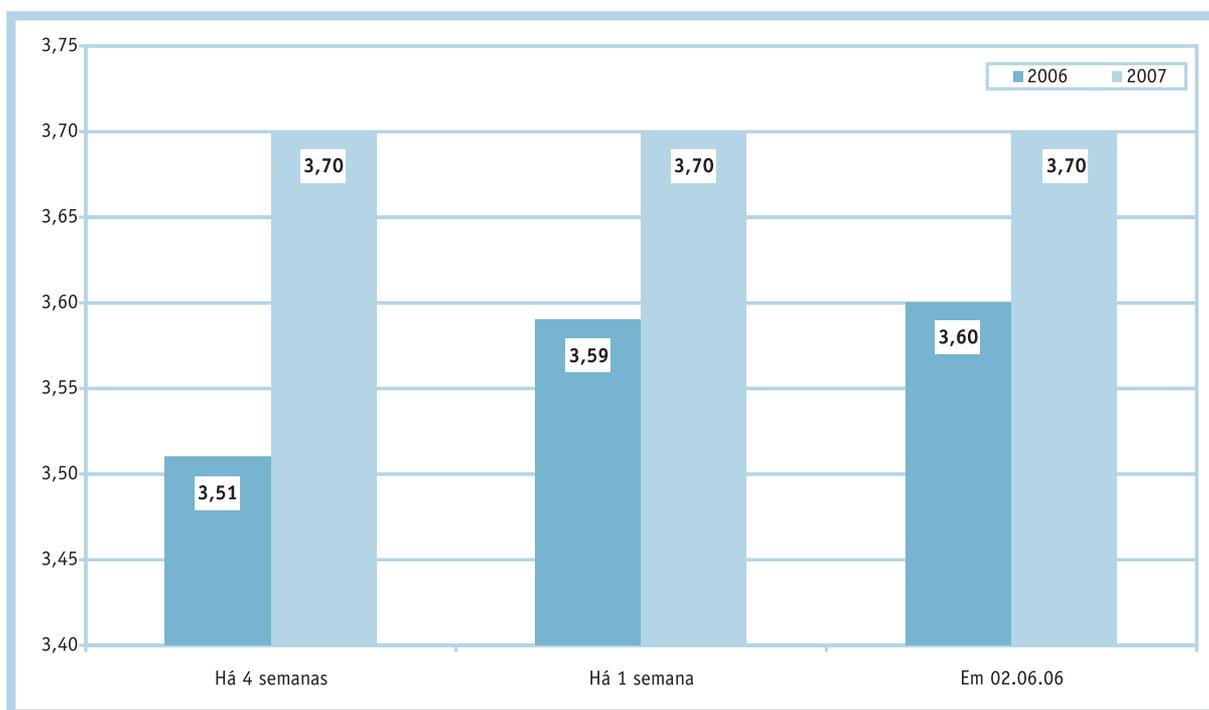
Apesar da seqüência de eventos externos negativos ocorridos no primeiro semestre de 2006, principalmente os associados com as incertezas quanto aos rumos da política monetária americana, por conta da evolução da inflação e do nível de atividade econômica naquele país, seus efeitos sobre a economia brasileira foram bastante fugazes, repercutindo transitariamente através do aumento do Risco País, queda do Ibovespa, aumento dos juros de longo prazo e desvalorização cambial. Por conta disso, observou-se a manutenção das expectativas positivas do mercado com relação às principais variáveis macroeconômicas, como inflação, crescimento e saldo comercial.

Nada obstante a neutralidade interna em termos dos desdobramentos dessas turbulências internacionais, o atual quadro sugere que pode está chegando ao fim o ambiente de forte expansão do produto mundial, elevada liquidez e preços sistematicamente crescentes das *commodities*, que têm caracterizado os mercados mundiais nos últimos anos. No entanto, isso não significa a consolidação de um quadro de crise mundial, mas apenas uma mudança de cenário externo que pode ensejar uma taxa menor de crescimento mundial, associada com uma redução da liquidez internacional e estabilidade dos preços das *commodities*.

Para o Brasil, esses eventos não chegam a comprometer a trajetória esperada de continuidade na recuperação da atividade econômica. Isso é decorrência da percepção de que a eco-

nomia encontra-se hoje bem menos vulnerável à instabilidade externa, o que pode ser constatado através das expectativas de mercado elaboradas pelo Banco Central, levantadas na primeira semana de junho de 2006, quando as projeções de final de ano, com relação ao crescimento da economia, sinalizavam uma expansão de 3,60% no produto interno bruto. Para 2007, a projeção do relatório de mercado é de uma expansão do PIB de 3,70%. O crescimento do consumo das famílias foi determinante para esse desempenho do PIB, refletindo a expansão do crédito, notadamente os empréstimos consignados em folha de pagamento, o crescimento da massa salarial e o impacto do aumento do salário mínimo sobre as transferências de renda do Governo Federal (Gráfico 01).

O crescimento dos gastos públicos dirigido aos mais pobres, combinado ao cenário econômico favorável tem possibilitado o incremento da renda disponível dos mais pobres. Pesquisa do Instituto Datafolha revela que o governo engendrou uma melhoria substancial na classificação econômica dos eleitores a partir de 2003 (LULA..., 2006). Segundo a pesquisa, cerca de seis milhões de eleitores saíram da classe D/E e, na sua maioria, migraram para a classe C. Dos 125,9 milhões de eleitores, 49% avaliam que sua situação econômica vai melhorar. Ademais, constatou-se que 37% dos eleitores tiveram uma expansão no consumo desde 2003, principalmente no item alimentação. A pesquisa observou também que nunca foi tão baixo o percentual de brasileiros que reclamam da insuficiência do seu



**Gráfico 01 – Brasil: expectativas de Mercado com relação às taxas de crescimento anual do PIB para 2006 e 2007. Mediana do agregado. Percentagem.**

Fonte: BACEN (2006f). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

poder aquisitivo -28% dos eleitores contra 45% antes do início do atual governo.

Além do consumo, observa-se a realização de investimentos produtivos de ampliação da capacidade produtiva e de modernização das empresas, impulsionados, principalmente pela importação de máquinas e equipamentos e, em menor medida, pelo crescimento da produção doméstica.

Entretanto, a manutenção dessa trajetória de crescimento dependerá, de forma inequívoca, da disposição da indústria manufatureira de aumentar os investimentos na ampliação da capacidade instalada. O quesito sobre intenções de investimento da Sondagem Conjuntural da FGV mostra que aumentou em 17 pontos percentuais o número de empresas que planejam investir mais em 2006 na comparação entre outubro de 2005 e abril de 2006 (FGV, 2006). Por outro lado, a proporção dos que desejam reduzir os investimentos caiu sete pontos percentuais.

A retomada dos investimentos reflete a percepção dos empresários de que a queda gradual das taxas de juros vai permanecer, já que não existe nenhuma pressão de preços que justifique a contenção da demanda interna. De fato, a expectativa de mercado é de que a inflação termine 2005 em torno de 3,81%, bem abaixo da meta de 4,50% definida pelo governo para este ano. Para os próximos doze meses, as expectativas de inflação convergem para a meta de 4,5% definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Outros fatores também estão influenciando essa melhora das projeções de queda de juros, como a alteração na composição da dívida pública, através da redução da participação de títulos pós-fixados em taxa Selic, os quais representavam nos primeiros três meses deste ano, menos da metade da dívida pública, possibilitando aumentar a eficácia da política monetária, através da atenuação do efeito riqueza. A valorização do dólar também teve contribuição importante ao permitir a redução da taxa de inflação. Portanto,

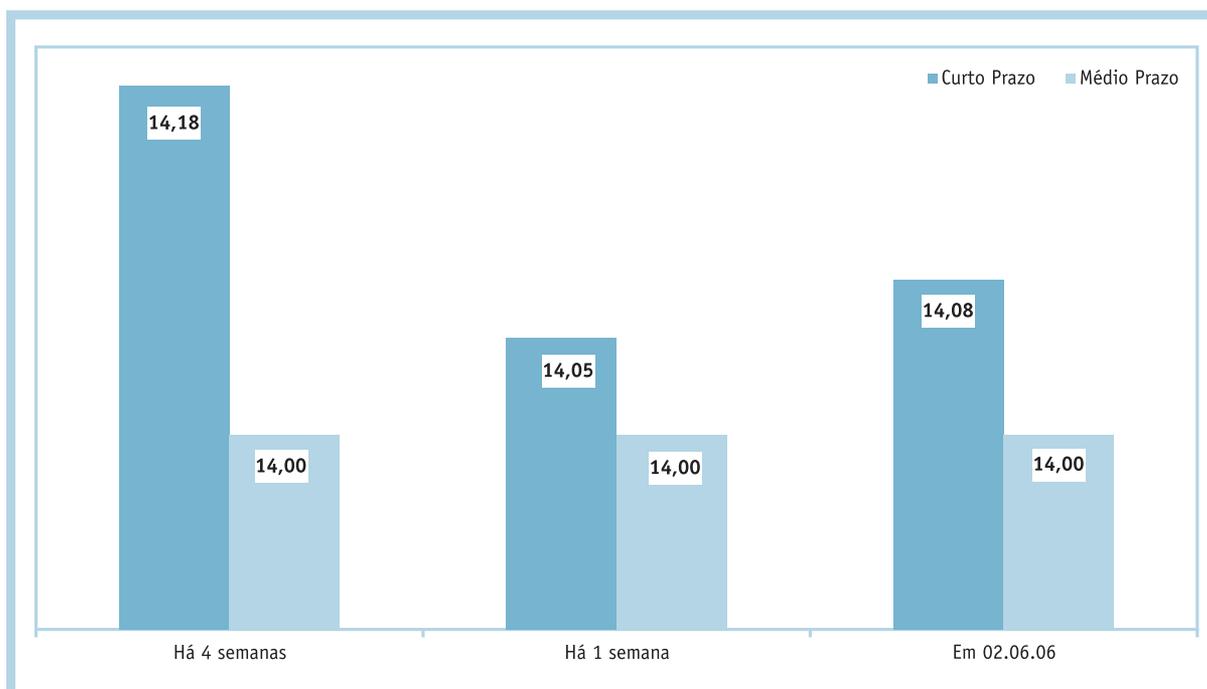
é nesse contexto plenamente favorável que as expectativas de mercado, elaboradas pelo Banco Central, sinalizam para uma taxa Selic, ao final deste ano, em torno de 14,25% (Gráfico 02).

Com relação à demanda externa, as exportações permanecem em trajetória de crescimento, apesar do processo de apreciação cambial em curso. As estimativas do mercado para 2006 são de um superávit de US\$ 40 bilhões na balança comercial. Na formação dessas expectativas, estão sendo também levadas em consideração as projeções para 2006 que apontam crescimento da economia mundial.

A geração de saldos comerciais positivos, a redução do estoque de endividamento externo, o crescimento dos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos e de portfólio e a permanência das reservas internacionais em níveis elevados estão mantendo a moeda nacional apreciada. A expectativa do mercado para a taxa de câmbio – fim de período é de R\$ 2,15/US\$ (Gráfico 03).

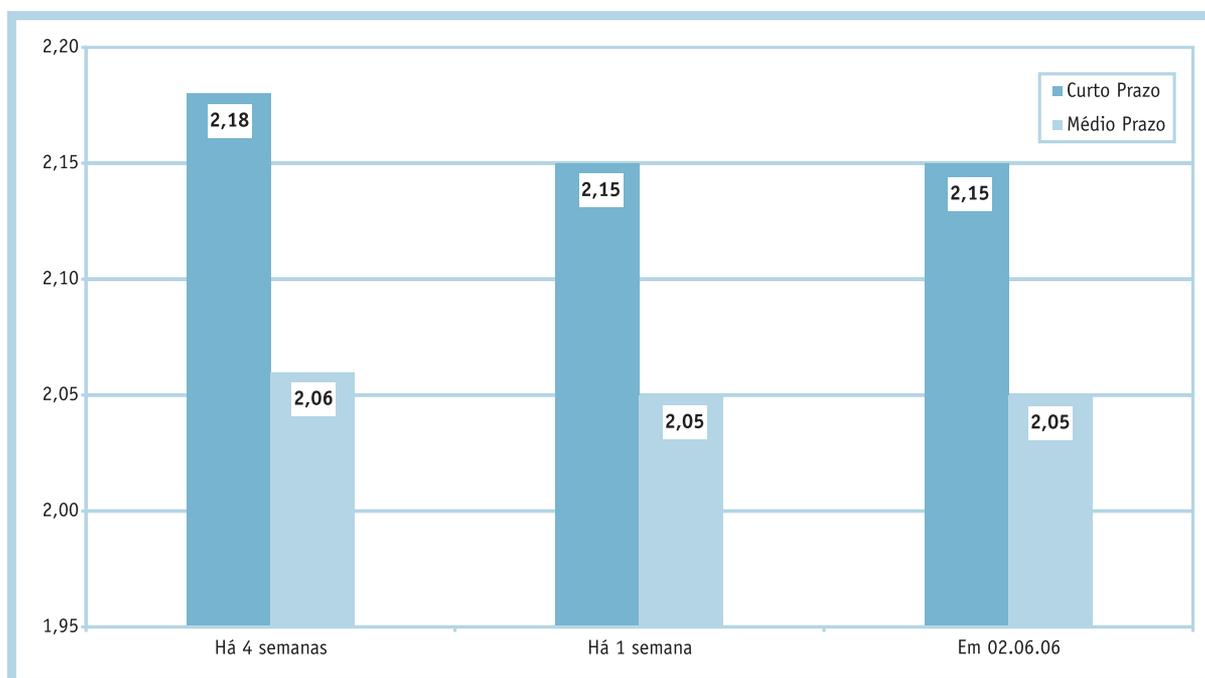
Com relação ao câmbio, observa-se que o processo de valorização contínua do real tem trazido dificuldades para a indústria brasileira, em especial aos setores voltados à exportação. Um dos canais pelo qual esse processo vem afetando as empresas ocorre através da redução de suas receitas, o que, certamente, vai provocar queda de rentabilidade da atividade exportadora. Na realidade, com o dólar menos valorizado, as empresas estão sendo obrigadas a aumentar os preços dos seus produtos em dólares, o que vem reduzindo sua competitividade e, conseqüentemente, sua capacidade de inserção no mercado internacional.

Como exemplo, vale notar que, em 2003, para cada US\$ 100 exportados, US\$ 78 vinham do *quantum* exportado e apenas US\$ 22 eram decorrentes da variação de preço do produto. Já em 2006, para os mesmos US\$ 100 exportados, US\$ 73 foram obtidos pelo aumento dos preços dos produtos e apenas US\$ 27 por aumento nas quantidades exportadas. Ou seja, o valor exportado tem sido impulsionado pelo expressivo aumento dos preços de alguns produtos importan-



**Gráfico 02 – Brasil: expectativas de mercado de curto e médio prazos, com relação à Taxa Selic para fim de período. Média Top 5. Percentagem.**

Fonte: BACEN (2006e). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 03 – Brasil: expectativa de mercado de curto e médio prazos, com relação à Taxa de Câmbio para fim de período. Média Top 5. R\$/ US\$**

Fonte: BACEN (2006f). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

tes da pauta de exportações do Brasil. É a evolução favorável dos preços dos bens exportados que vem amortecendo a desaceleração do crescimento das exportações em valor.

Por outro lado, o câmbio valorizado está desencadeando em alguns segmentos um processo de substituição da produção local por importações. Nesses casos, a expansão da demanda beneficia, sobretudo, os produtos importados em detrimento da produção local.

As estimativas do mercado indicam que esse processo de valorização cambial deverá continuar e isso, certamente, vai acentuar a tendência de redução da participação relativa do Brasil

no comércio internacional. Para evitar esse processo, seria fundamental uma desvalorização moderada do câmbio que não compromettesse os níveis de inflação e, conseqüentemente, o ciclo de quedas dos juros e o crescimento do PIB. Essa desvalorização gradual estimularia ainda mais as exportações em volume e evitaria a substituição da produção local por importações. Além do mais, um cenário de desaceleração do crescimento mundial e deflação de preços das *commodities* pode resultar numa queda significativa do superávit da balança comercial, forçando uma desvalorização cambial mais acentuada com efeitos negativos na inflação e nas taxas de juros. ●

## 3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

### 3.1 - Produto Interno Bruto

O PIB registrou incremento de 1,4% no primeiro trimestre do ano na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Essa variação foi o melhor desempenho desde o terceiro trimestre de 2004. Anualizada, essa taxa significa uma evolução de 5,7%. Com relação ao mesmo período do ano anterior, a expansão chega a 3,4%. Essa performance confirma a retomada do ritmo de crescimento da economia brasileira iniciada no último trimestre de 2005 (Tabela 03).

Esse crescimento do PIB não vai comprometer as metas de inflação de 4,5% em 2006, já que a expansão resultou essencialmente do incremento dos investimentos e menos do consumo das famílias. De fato, os níveis de capacidade instalada estão estáveis e não há pressão de oferta que sinalize risco de inflação.

Logo após a divulgação dos dados, o Comitê de Política Monetária (COPOM) reduziu em 0,5 ponto percentual na taxa meta de juros, sinali-

zando que a Selic continuará sua trajetória descendente iniciada em setembro de 2005.

Dentre os componentes da demanda, o destaque ficou com a formação bruta de capital fixo (FBCF) que cresceu 3,7% na comparação com outubro-dezembro de 2005. Frente ao mesmo trimestre do ano passado, a expansão chegou à expressiva taxa de 9,0%. Para se ter uma idéia da dimensão desse incremento, em 2005 ele foi de apenas 2,3%. A expansão dos investimentos representa um dado importante, considerando que a sustentabilidade do crescimento econômico depende da progressão desse tipo de gasto agregado (Tabela 04).

É bastante provável que esse incremento dos investimentos seja, em parte, decorrente dos efeitos da queda da taxa Selic sobre a atividade econômica. A percepção dos empresários é de que o ciclo de quedas dos juros é sólido, principalmente pelo fato de não existir nenhuma

**Tabela 03 – Brasil: variações trimestrais do PIB a preços de mercado (%)**

Tipo de Variação	2005-I	2005-II	2005-III	2005-IV	2006-I
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	2,8	3,4	2,6	2,3	3,4
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	2,8	4,0	1,0	1,4	3,4
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	0,1	1,3	-0,8	0,9	1,4

Fonte: IBGE (2006b).

**Tabela 04 – Brasil: produto interno bruto. Composição da demanda. Variação Trimestral (%)**

Discriminação	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do				
	2005				2006
	I	II	III	IV	I
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	2,8	4,0	1,0	1,4	3,4
Consumo das Famílias	3,3	3,1	2,7	3,4	4,0
Consumo do Governo	1,1	3,1	1,3	0,8	1,6
Formação Bruta de Capital Fixo	2,3	4,0	-2,1	2,7	9,0
Exportação	13,6	12,9	12,3	8,1	9,3
Importação	12,2	12,7	9,4	4,3	15,9

Fonte: IBGE (2006b).

pressão de preços que justifique a contenção da demanda interna<sup>3</sup>.

No primeiro trimestre, constata-se um aumento significativo tanto da produção local de bens de capital como das importações. Ademais, observa-se um aumento importante da absorção doméstica, refletindo um maior direcionamento da produção para o mercado local (Tabela 05).

Convém sublinhar que outro componente da FBCF, a construção civil, assinalou um desempenho significativo no primeiro trimestre do ano, após um crescimento modesto em 2005. Indubitavelmente, as medidas implementadas pelo governo visando facilitar a compra de imóveis por meio da redução de impostos e o aumento

da oferta de crédito contribuíram para o bom desempenho do setor.

Segundo a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), as operações contratadas pelos agentes que integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) alcançaram R\$ 818 milhões em abril de 2006, aumento de 71,0% em relação ao montante do ano anterior (ABECIP, 2006b). As operações de crédito imobiliário no primeiro quadrimestre do ano somaram 2,4 bilhões ante 1,4 bilhão no mesmo período de 2005 – crescimento de 71,4%. O número de unidades financiadas teve um incremento de 74,6% em abril comparativamente ao mesmo período de 2005, elevando o acumulado dos quatro primeiros meses do ano para mais de 29 mil unidades (Tabela 06).

**Tabela 05 – Brasil: formação bruta de capital fixo (FBCF)<sup>a</sup> (em %)**

	Acumulado em 2004	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior				Acumulado em 2005	Trim./ Mesmo Trim. do Ano Anterior
		2005					2006
		I	II	III	IV		I
<b>FBCF</b>	10,9	2,3	4,0	-2,1	2,7	1,6	9,0
<b>Construção</b>	5,7	0,7	3,6	-1,8	2,9	1,3	6,9
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	3,7	-0,8	5,5	0,4	17,7	5,3	12,9
<b>Absorção Nacional<sup>b</sup></b>	1,1	-8,2	-0,7	-7,2	23,0	0,2	6,6
Produção	19,9	5,9	8,8	2,5	-0,2	4,1	7,2
Exportações	71,1	42,3	32,6	30,3	-8,2	18,5	8,0
Importações	10,2	22,8	24,2	24,4	15,3	21,4	33,6
<b>FBCF - Var. Dessaz. (Trim./ Trim. Imediatamente Anterior)</b>	-	-3,0	4,7	-0,9	1,7	-	3,7
<b>Taxa de Investimento</b>							
Nominal	19,6	20,0	19,9	20,4	19,7	20,0	20,3
A preços do Ano Anterior	18,8	18,8	19,0	19,9	20,2	19,5	20,0

Fonte: IPEA (2006).

Notas: <sup>a</sup> Decomposição da FBCF do IPEA

<sup>b</sup> Produção - exportações

<sup>3</sup> O ICV-DIEESE, em maio, foi de -0,37% – a maior deflação registrada desde agosto de 1998. Entre janeiro e maio deste ano, a inflação acumula alta de 0,94% e entre junho de 2005 e maio deste ano, a variação chega a 2,47%. Este acumulado em 12 meses é o menor desde janeiro de 1999, quando ficou em 1,18%. DIEESE (2006b).

**Tabela 06 – Financiamentos imobiliários: números de unidades e valores contratados**

Meses	2005						2006					
	Números de Unidades			R\$ Milhões Contratados			Número de Unidades			R\$ Milhões Contratados		
	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses	No Mês	No Ano	12 Meses
Jan	3.723	3.723	55.059	275,7	275,7	3.103,45	6.150	6.150	63.196	474,9	474,9	4.992,9
Fev	3.372	7.095	55.688	239,8	515,5	3.175,37	5.950	12.100	65.774	477,7	952,6	5.230,9
Mar	4.909	12.004	54.527	338,9	904,3	3.351,96	8.177	20.277	69.042	610,1	1.562,8	5.425,1
Abr	5.462	17.466	51.779	479,1	1.383,4	3.548,48	9.536	29.813	73.116	818,2	2.380,9	5.791,2
Mai	3.692	21.158	51.261	289,7	1.673,1	3.624,03						
Jun	3.965	25.123	51.132	361,6	2.034,7	3.719,02						
Jul	5.526	30.649	52.280	518,7	2.553,3	3.959,50						
Ago	3.656	34.305	52.445	310,3	2.863,6	4.044,70						
Set	4.156	38.461	53.139	360,1	3.223,7	4.174,60						
Out	4.413	42.874	54.088	362,2	3.585,8	4.325,60						
Nov	6.911	49.785	55.182	617,7	4.203,5	4.598,77						
Dez	10.984	60.769	60.769	590,18	4.793,7	4.793,71						

Fontes: BACEN (2006a) e ABECIP (2006a).

Em relação ao consumo das famílias, constata-se pelo décimo trimestre consecutivo taxas de crescimento positivas em comparação com o respectivo trimestre de 2005. O incremento no consumo das famílias resulta em grande parte das condições favoráveis de crédito ao consumo, da melhoria do mercado de trabalho e das políticas compensatórias de renda.

De acordo com o Banco Central, o estoque total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 637,8 bilhões em abril – incremento de 1,9% no mês e de 20,3% nos 12 meses (BACEN, 2006d). Com esse resultado, a relação desse agregado com o PIB ficou em 32,1% – acima dos 31,7% em março e 28,1% em abril. Desse total, os créditos com recursos livres para pessoas físicas totalizaram R\$ 171,2 bilhões, com aumento de 2,1% no mês.

O custo médio das operações de crédito teve um decréscimo de 1,2 ponto percentual no mês, atingindo 30,6% ao ano – a menor taxa desde julho de 1994. Esse resultado está associado principalmente à diminuição dos juros relativos aos empréstimos com pessoas físicas.

Vale salientar que a elevação da concessão de empréstimos para pessoas físicas em um contexto de redução do custo médio tem dimi-

nuído os níveis de inadimplência e beneficiado uma expansão ainda maior do consumo.

Com o objetivo de expandir ainda mais o crédito de varejo, o governo está propondo, através de três resoluções e sete circulares colocadas em audiência pública, para adaptação das regras de supervisão bancária ao acordo de Basileia II<sup>4</sup>, medidas no sentido de reduzir em 25% o volume de capital próprio das instituições bancárias para cobrir riscos inesperados com operações de crédito de varejo (BC..., 2006). Com relação aos financiamentos imobiliários, o governo pretende também baixar em 30% as exigências de capital próprio.

Outro fator relevante foi o comportamento favorável tanto do pessoal ocupado como do rendimento médio real do trabalho efetivamente recebido. A taxa de desemprego registrada em 2006<sup>5</sup> ficou sempre em patamares inferiores aos de iguais períodos do ano passado. Esse bom desempenho está associado ao crescimento da ocupação com carteira assinada, já que foi constatado um recuo das categorias informais (“sem carteira” e “por conta própria”) nesse mesmo período.

Com o objetivo de consolidar um processo de formalização dos vínculos trabalhistas, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº

<sup>4</sup> Acordo internacional com regras comuns para maior solidez do sistema bancário em todo o mundo.

<sup>5</sup> Considerando os quatro primeiros meses do ano.

284, em 06 de março de 2006, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, garantindo a possibilidade de dedução da contribuição patronal paga à previdência social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

O consumo do governo terminou o primeiro trimestre do corrente ano com um incremento de 1,6%. Para 2006, os dados disponíveis do decreto de execuções orçamentárias prevêem crescimento nas principais despesas primárias do governo (Pessoal e Encargos, Pagamentos Previdenciários INSS e Custeio e Capital). A ampliação dos gastos será beneficiada pela exclusão de US\$ 3,0 bilhões do cálculo do superávit primário do Governo Central, que serão utilizados para investimentos em infra-estrutura (Tabela 07).

No âmbito do mercado externo, as exportações continuam sendo relevantes para o crescimento econômico, muito embora tenha se observado um arrefecimento do ritmo de expansão. No primeiro trimestre, as vendas internacionais assinalaram um incremento de 9,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

Dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) revelam que os preços internacionais foram cruciais para o incremento das vendas internacionais no primeiro trimestre de 2006, com ênfase para a categoria de produ-

tos básicos (19,9%) e manufaturados (6,7%) (FUNCEX, 2006b). Já para os semimanufaturados, observou-se uma variação de apenas 9,0% dos preços no mercado internacional. Na média global, a variação dos preços de exportação foi de 12,1% no período janeiro-março de 2006.

No que se refere ao *quantum*, o destaque foi a categoria dos produtos básicos que apresentou uma variação de 12,6% no acumulado dos três primeiros meses do ano. Já os produtos manufaturados e semimanufaturados registraram incrementos de, respectivamente, 6,7% e 0,3%. Na média global, o *quantum* de exportações no primeiro trimestre de 2006 evoluiu 7,2% (Tabela 08).

Um dado positivo divulgado pela Funcex<sup>6</sup> está relacionado com o índice de demanda externa efetiva que mede a evolução da demanda externa por produtos brasileiros. Entre 2003 e 2005, observou-se um incremento de 21,6%, taxa superior à registrada pelas importações mundiais (16,9%) (Gráfico 04).

As importações também assinalaram um aumento importante (15,9%) – o maior crescimento desde o terceiro trimestre de 2004. A expansão do PIB no primeiro trimestre e a valorização da moeda nacional contribuíram decisivamente para esse desempenho. O aumento de 14,5% no *quantum* foi o principal fator que impulsionou o aumento das importações no primeiro trimestre de 2006.

**Tabela 07 – Evolução das principais receitas e despesas primárias Governo Central (TN, BC e INSS). (%PIB)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (Decreto)
<b>I. Receitas Primárias Brutas</b>	20,1	21,5	21,3	22,6	23,8	22,9	23,8	25,2	25,8
<b>II. Transferências a Estados e Municípios</b>	3,1	3,6	3,7	3,8	4,2	3,9	3,8	4,3	4,3
<b>III. Receita líquida (I – II)</b>	16,9	17,9	17,7	18,7	19,6	19,1	19,9	20,9	21,6
<b>IV. Despesas Primárias</b>	16,1	15,9	15,8	16,9	17,3	16,5	17,1	18,2	19,2
<b>Pessoal e Encargos</b>	4,9	4,9	4,9	5,2	5,3	4,9	4,7	4,8	5,0
<b>Pagamentos Previdenciários INSS</b>	5,8	6,0	6,0	6,3	6,5	6,9	7,1	7,5	7,8
<b>Custeio e Capital</b>	5,4	4,9	4,9	5,4	5,4	4,8	5,3	5,9	6,4
<b>Despesa Capital Investimentos</b>	0,9	0,7	0,9	1,2	0,8	0,4	0,5	0,5	0,7
<b>VIII. Resultado Primário Governo Central</b>	0,6	2,3	1,9	1,8	2,4	2,5	3,0	2,9	2,5

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda (2006d).

<sup>6</sup> O índice tem como base 100 o mês de dezembro de 2003 e é calculado a partir de janeiro de 1990.

**Tabela 08 – Índices de preço e *quantum* das exportações totais e por classe de produtos**

Base Média 1996 = 100

Período	Exportações Totais		Classe de Produtos					
			Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
<b>Anual</b>								
2002	77,9	162,3	65,5	217,6	74,9	139,0	82,8	150,8
2003	81,5	187,7	72,3	246,2	83,4	152,4	82,4	182,3
2004	90,3	223,8	85,6	280,1	95,5	163,4	87,2	229,8
2005	101,3	244,7	97,8	298,5	106,8	173,6	96,7	255,1
<b>Mensal</b>								
mar/05	96,4	241,9	86,4	268,1	107,8	182,5	94,2	260,3
abr/05	99,3	233,6	93,0	309,5	111,6	154,7	94,9	238,1
mai/05	101,7	243,3	98,7	309,5	111,0	166,1	95,9	251,5
jun/05	101,3	253,9	99,1	314,7	108,0	187,0	96,3	259,8
jul/05	102,7	271,6	99,7	392,2	107,7	182,7	98,1	259,9
ago/05	103,5	276,3	103,2	378,3	105,2	163,6	97,7	277,6
set/05	104,1	257,5	104,1	318,1	103,5	167,8	98,8	270,8
out/05	104,4	239,0	103,5	280,6	104,1	170,3	99,1	254,7
nov/05	105,7	257,3	107,3	299,7	104,0	198,0	99,4	270,1
dez/05	106,8	257,2	107,0	279,7	110,0	190,3	100,3	283,0
jan/06	105,1	222,2	102,7	270,7	107,6	165,4	100,0	228,3
fev/06	107,2	205,7	103,3	205,1	111,2	155,3	102,3	230,7
mar/06	108,1	264,8	102,6	312,2	117,2	183,5	102,8	283,6
<b>Variação Percentual</b>								
mar 06 / fev 06	0,8	28,7	-0,7	52,2	5,4	18,2	0,5	22,9
mar 06 / mar 05	12,1	9,5	18,8	16,4	8,7	0,5	9,1	9,0
Acumulado no ano	12,1	7,2	19,9	12,6	6,4	0,3	9,0	6,7
Acumulado 12 meses	12,4	8,0	18,0	9,7	8,5	4,6	10,2	7,6

Fonte: FUNCEX (2006a).

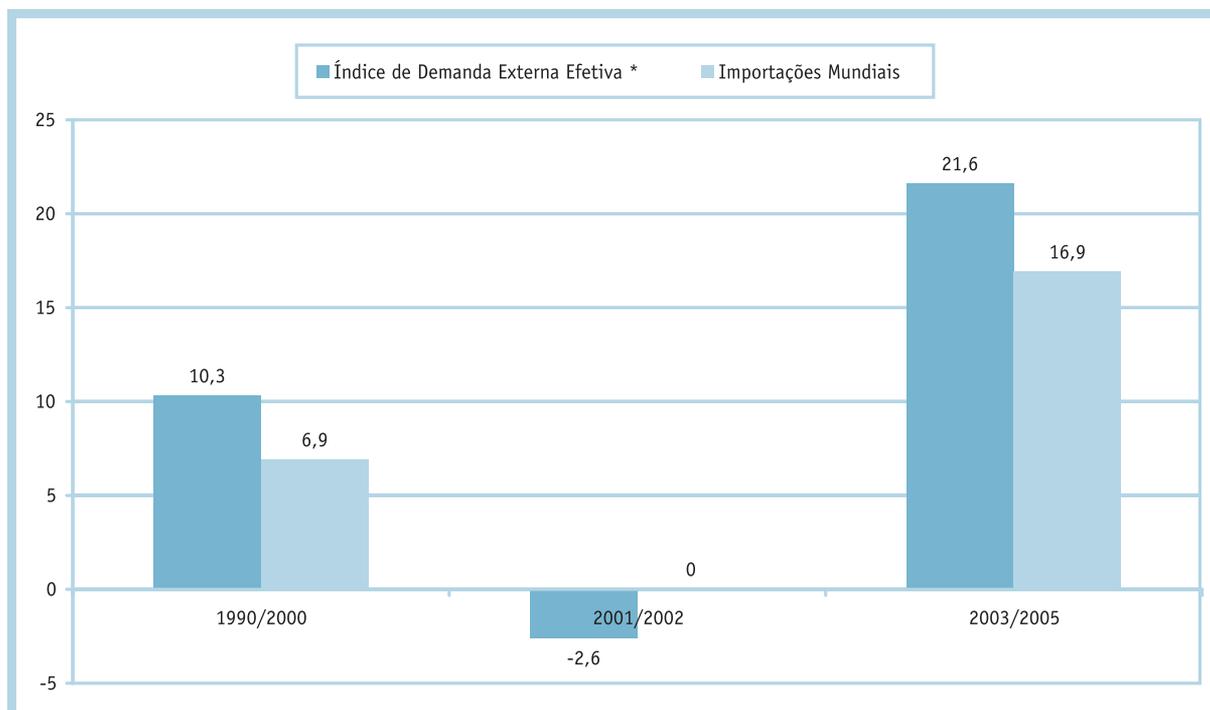
Avaliando o número de empresas exportadoras em 2005, a Funcex constatou uma queda de 4,7% das mesmas que realizaram operações de exportação em relação ao número de 2004. Foram 4.038 de um total de 17.110 empresas que deixaram de exportar contra 3.185 firmas que se iniciaram na exportação em 2005. Entretanto, o valor total exportado pelas empresas desistentes em 2004 foi de apenas 1,1% do total exportado naquele ano. Entre as empresas que deixaram de exportar, constatou-se o predomínio das empresas de pequeno porte. A queda no índice de rentabilidade das empresas exportadoras<sup>7</sup>, que é influenciado principalmente pelo comportamento da taxa de câmbio, contribuiu para essa redução (Tabela 09).

De uma perspectiva setorial, o crescimento do PIB está relacionado, sobretudo, com o bom desempenho da indústria, com expansão de 1,7%

no contraponto entre trimestre e trimestre imediatamente anterior e de 5,0% no contraponto entre trimestre e o mesmo trimestre de 2005. Destaque para o desempenho da indústria extrativa que cresceu 12,6% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Os bons resultados da indústria extrativa estão relacionados com o aumento de 16,8% da produção de minério de ferro e de 12,7% de petróleo e gás. Grande parte dos resultados positivos dessa produção resulta do desempenho da Companhia Vale do Rio Doce. No primeiro trimestre de 2006, a produção da CVRD chegou a 60,6 milhões de toneladas – incremento de 17,7% na comparação com o mesmo período de 2005 e superior ao volume produzido no trimestre imediatamente anterior (60,5 milhões de toneladas). Vale mencionar que, pela primei-

<sup>7</sup> O índice de rentabilidade das exportações, calculado regularmente pela Funcex, é dado pela taxa de câmbio R\$/US\$ multiplicada pelo índice de preços das exportações e dividida pelo índice de custo da produção doméstica.



**Gráfico 04 – Demanda Efetiva: crescimento em períodos selecionados (% ao ano)**

Fonte: Guimarães (2006).

Notas:\*Brasileira.

**Tabela 09 – Distribuição das empresas desistentes segundo tamanho**

Tamanho	Números de Empresas	% do Total	Exportação em 2004 US\$ milhões	% do Total	Part. No Total por Tamanho
Micro	2.349	58,2	82,4	7,7	38,7
Pequena	1.169	28,9	169,8	15,9	18,5
MP Especial	39	1,0	279,2	26,1	6,0
Média	371	9,2	110,1	10,3	10,5
Grande	89	2,2	425,2	39,8	6,5
Não Classif.	21	0,5	1,5	0,1	58,3
<b>Total</b>	<b>4.038</b>	<b>100,0</b>	<b>1.068,3</b>	<b>100,0</b>	<b>22,5</b>

Fonte: FUNCEX (2006b).

ra vez, a produção de minério de ferro no primeiro trimestre do ano ultrapassou a do último trimestre do ano anterior<sup>8</sup>. Esse resultado é o segundo melhor dos trimestres da companhia, inferior somente à produção de 61,2 milhões de toneladas do terceiro trimestre de 2005 (CVRD, 2006) (Tabela 10).

A construção civil e os serviços industriais de utilidade pública também se destacaram no primeiro trimestre do ano, com expansão de,

respectivamente, 7,0% e 4,3%. Já a indústria de transformação assinalou aumento de 3,0% no primeiro trimestre de 2006, após dois trimestres de resultados negativos (Tabela 11).

O setor serviços aumentou suas atividades em 2,8% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior – desempenho acima do verificado no primeiro trimestre de 2005 nessa mesma base de comparação. Os des-

<sup>8</sup> Efeitos sazonais decorrentes da forte concentração de chuvas, característica do início do ano, prejudicam a produção de minério de ferro.

**Tabela 10 – Produção de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (Mil toneladas)**

	2005-I	2005-IV	2006-I	Variação (%)	
				2006-I/2005-IV	2006-I/2005-I
Minério de Ferro	53.004	62.160	62.190	0	17,3
Sistema Sul	24.444	27.505	27.241	-1,0	11,4
Itabira	11.255	11.334	11.249	-0,8	-0,1
Mariana	4.595	7.003	6.968	-0,5	51,6
Minas Centrais	3.947	4.196	4.350	3,7	10,2
Minas Oeste	4.649	4.973	4.675	-6,0	0,6
Carajás	15.922	20.307	18.994	-6,5	19,3
Urucum	235	308	351	14,1	49,8
MBR	10.864	12.369	13.974	13,0	28,6
Samarco	1.539	1.671	1.630	-2,4	5,9

Fonte: CVRD (2006).

**Tabela 11 – Brasil: variação do PIB em volume, por setores econômicos. Variação trimestral (%)**

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2005-I	2005-II	2005-III	2005-IV	2006-I
Agropecuária	2,6	3,2	-2,0	-1,8	-0,5
Indústria	3,1	5,5	0,4	1,4	5,0
Extrativa Mineral	3,7	17,5	10,3	12,1	12,6
Transformação	3,6	4,1	-0,9	-1,2	3,0
Construção Civil	0,6	3,7	-1,9	3,1	7,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3,3	4,6	3,5	3,2	4,3
Serviços	2,2	2,6	1,5	1,8	2,8
Comércio	4,2	3,9	2,2	2,9	4,8
Transporte	3,9	4,0	3,1	1,7	3,6
Comunicações	-2,8	-0,3	0,8	2,8	0,0
Instituições Financeiras	2,8	3,4	1,5	2,0	2,9
Outros Serviços	2,2	0,8	0,9	1,6	2,9
Aluguel de Imóveis	3,7	2,8	2,1	1,3	2,4
Administração Pública	0,6	3,4	1,2	1,6	2,6

Fonte: IBGE (2006b).

taques ficaram por conta do comércio (4,8%) e do segmento de transportes (3,6%).

O bom desempenho do comércio no primeiro trimestre está relacionado a expansão do mercado interno. A conjuntura favorável do mercado de trabalho combinada à trajetória de queda da taxa de juros e à ampliação dos prazos de financiamento vêm beneficiando segmentos importantes vinculados às linhas de produtos duráveis e não duráveis de consumo.

Os melhores desempenhos entre os itens que compõem o comércio foram dos segmentos mais vinculados a expansão do crédito pessoal

e crédito para aquisição de bens – caso dos equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (43,4%) e móveis e eletrodomésticos (8,8%). Constata-se também uma expansão das vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos (7,4%) nos primeiros três meses do ano, acompanhando a tendência de crescimento da massa salarial.

Finalmente, vale salientar que a agropecuária foi o único segmento que apresentou variação negativa (-0,5%) no período janeiro-março de 2006. A perda de renda dos agriculto-

res em função da valorização do câmbio tem provocado uma redução da produção de máquinas e equipamentos agrícolas. De acordo com a Anfavea, as vendas internas desses equipamen-

tos caíram 17,2% nos primeiros cinco meses do ano em relação ao mesmo período de 2005, com 19.656 unidades vendidas (ANFAVEA, 2006b) (Tabela 12).

**Tabela 12 – Produção de máquinas agrícolas automotrizes**

Unidades	2006			2005		Variações Percentuais							
	Maio	Abril	Jan-Mai	Maio	Jan-Mai	A/B	A/D	C/E					
	A	B	C	D	E								
<b>Total</b>	4.458	3.931	19.656	4.995	23.753	13,4	-10,8	-17,2					
Tratores de Rodas	3.544	2.920	14.457	4.168	18.774	21,4	-15,0	-23,0					
Tratores de Esteiras	293	199	1.153	228	1.048	47,2	28,5	10,0					
Cultivadores Motorizados	200	212	974	200	835	-5,7	0,0	16,6					
Colheitadeiras	68	293	1.469	132	1.747	-76,8	-48,5	-15,9					
Retroescavadeiras	353	307	1.603	267	1.349	15,0	32,2	18,8					
Mil Unidades	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
2004	4,0	5,5	6,2	6,0	5,9	6,0	6,4	6,8	6,4	6,7	5,8	3,9	69,4
2005	4,1	4,6	5,1	4,9	5,0	5,5	5,1	5,2	3,9	4,1	3,7	1,7	52,9
2006	2,9	3,8	4,5	3,9	4,5								19,7

Fonte: ANFAVEA (2006b).

## 3.2 - Produção Industrial

Os dados divulgados pelo IBGE (2006g), em abril, mostram estabilidade da produção física industrial frente ao mês anterior, após dois meses consecutivos de resultados positivos. Em função disso, os demais indicadores registraram resultados inferiores aos observados no mês de março. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, ocorreu um decréscimo de 1,9% da atividade industrial, após seis meses de crescimento positivo, resultado influenciado pelo menor número de dias úteis no mês – 18 neste ano e 20 no ano passado.

Já o indicador acumulado no período janeiro-abril, frente ao mesmo período do ano anterior, atingiu 2,9%, mantendo a seqüência positiva observada desde o final de 2003. Essa comparação também mostra uma intensificação do crescimento positivo, já que a variação foi superior à observada no último quadrimestre de 2005.

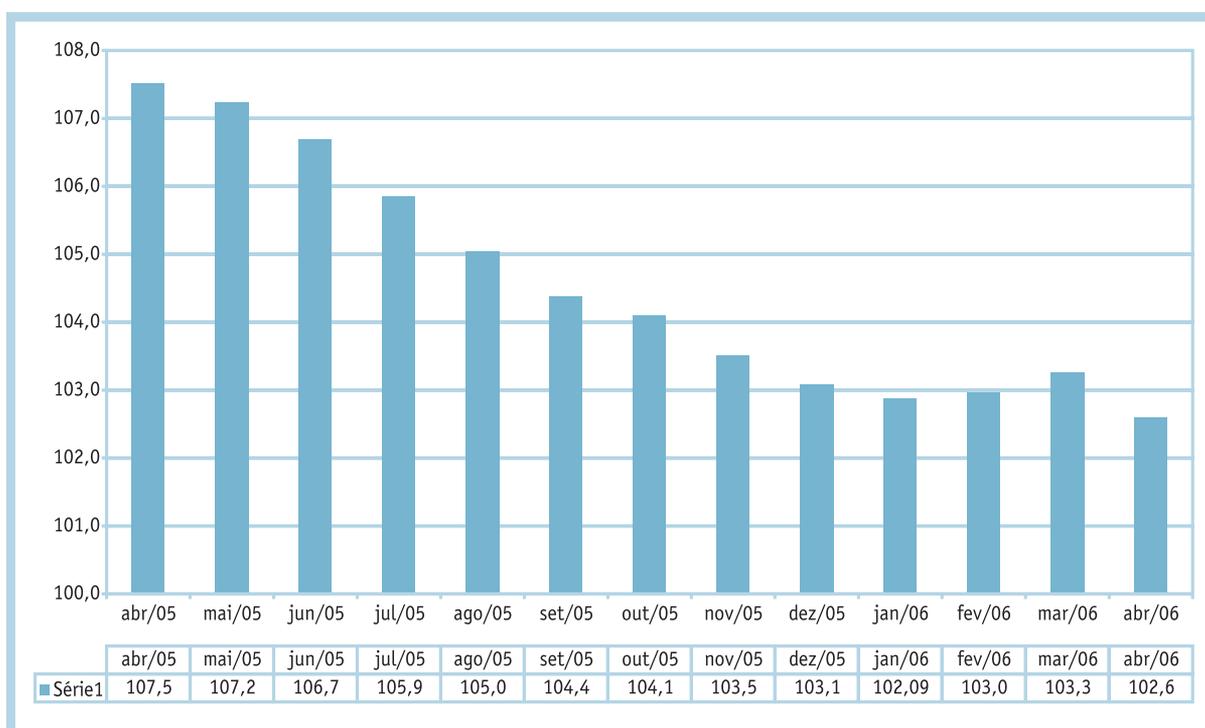
Ao longo dos últimos doze meses, a taxa de crescimento foi de 2,6% em abril, sinalizando desa-

celeração no ritmo de crescimento em relação à taxa do mês anterior (3,3%). O indicador de média móvel trimestral, que mede o desempenho da atividade num período de três meses em relação aos demais imediatamente anteriores, permanece positivo em 0,2% frente a março (Gráfico 05).

Analisando por categoria de uso, constatou-se que apenas o segmento de bens de consumo duráveis (0,5%) assinalou expansão em abril deste ano na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Nessa base de comparação, dezenove dos vinte e sete ramos analisados assinalaram variação negativa, quando no mês de março somente seis setores registraram recuo. Os piores desempenhos foram assinalados nos segmentos farmacêutico, alimentos e veículos automotores (Tabela 13).

Entretanto, no acumulado do ano, a partir dos índices por categoria de uso, todos os segmentos registraram incrementos positivos. Os destaques foram o setor de bens de consumo



**Gráfico 05 – Evolução da produção física industrial (Jan.05/ Abr.06)**

Fonte: IBGE (2006a). Índice de 12 meses (Base: últimos 12 meses anteriores = 100). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

duráveis (10,9%) e bens de capital (6,7%), que assinalaram desempenho acima da média nacional (2,9%). Já os segmentos de bens de consumo semi e não-duráveis e de bens intermediários cresceram, respectivamente, 2,4% e 1,6%.

Os resultados da produção industrial nos últimos meses revelam sinais de oscilações frequentes no ritmo de crescimento da atividade industrial. O desempenho da indústria automobilística ilustra bem essa trajetória relativamente instável da atividade industrial. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as montadoras fabricaram 184.282 veículos em abril – recuo de 6,7% em relação ao

mesmo período do ano anterior. Já no acumulado janeiro-abril, os resultados permanecem positivos, com expansão de 4,1% na produção do setor, impulsionado pelo crescimento de 7,4% das vendas internas (ANFAVEA, 2006a).

Os dados de maio fornecidos pela Anfavea já mostram uma recuperação da produção – crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período de 2005. O bom desempenho da indústria automobilística foi sustentado principalmente pelo crescimento de 13,2% das vendas internas, já que as exportações registraram queda de 17,1% nessa base de comparação. As condições favoráveis de financiamento e o processo natural de

**Tabela 13 – Brasil: indicadores de produção industrial por categoria de uso (abril./ 2006)**

	Indústria Geral	Bens de Capital	Bens Intermediários	Bens de Consumo	Bens de Consumo Duráveis	Semi Duráveis e não duráveis
No Mês (com Ajuste Sazonal)	0,0	0,0	-0,1	0,9	1,7	1,3
Mesmo Mês do Ano Anterior	-1,9	-0,3	-1,7	-1,8	0,5	-2,5
No Ano	2,9	6,7	1,6	4,2	10,9	2,4
Doze Meses	2,6	4,9	0,8	4,9	10,6	3,4

Fonte: IBGE (2006g).

renovação da frota são considerados os principais fatores responsáveis pelo dinamismo do mercado interno (Tabela 14).

O acréscimo de 6,7% da indústria de bens de capital, no primeiro quadrimestre do ano, se deve em grande parte ao desempenho do segmento de bens de capital para o setor de energia elétrica (40,7%) e bens de capital de uso misto (14,1%). Os segmentos de bens de capital para fins industriais não seriados (7,5%) e bens de capital para construção (17,8%) permanecem com taxas de crescimento positivas, muito embora tenha se observado um recuo em

relação ao ritmo de crescimento do mês anterior. Por outro lado, os destaques negativos continuam sendo a indústria de bens de capital agrícola (-17,8%) e bens de capital peças agrícolas (-35,4%), como consequência dos percalços sofridos pela atividade agropecuária nos últimos dois anos, principalmente, de ordem climática, no sul do País, e restrições do mercado externo. (Tabela 15).

Portanto, o quadro da indústria no primeiro quadrimestre de 2006 é de expansão em relação ao mesmo período de 2005. A perspectiva é de que a redução das taxas de desemprego e a ex-

**Tabela 14 – Indústria automobilística: produção, vendas e exportações**

Em Unidades	2006	2005	Variações Percentuais		
	Jan.- Mai.	Jan.- Mai.	Mai.06/ Abr.06	Mai.06/ Mai.05	Jan.- Mai.06/ Jan.- Mai.05
<b>PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS</b>					
<b>Total</b>	991.061	946.649	18,9	7,1	4,7
<b>Veículos Leves</b>	936.501	888.678	18,6	7,4	5,4
<b>Caminhões</b>	41.119	46.271	25,6	-1,8	-11,1
<b>Ônibus</b>	13.441	11.700	23,6	21,4	14,9
<b>LICENCIAMENTO DE AUTOVEÍCULOS NOVOS - NACIONAIS</b>					
<b>Total</b>	674.278	620.434	24,4	13,2	8,7
<b>Veículos Leves</b>	637.983	582.037	24,1	13,5	9,6
<b>Caminhões</b>	28.337	32.813	24,4	-3,9	-13,6
<b>Ônibus</b>	7.958	5.584	48,1	83,3	42,5
<b>EXPORTAÇÕES DE AUTOVEÍCULOS MONTADOS</b>					
<b>Total</b>	263.442	282.922	8,5	-17,1	-6,9
<b>Veículos Leves</b>	246.177	267.479	8,4	-18,6	-8,0
<b>Caminhões</b>	13.442	10.891	4,3	20,8	23,4
<b>Ônibus</b>	3.823	4.552	43,4	-25,9	-16,0

Fonte: ANFAVEA (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 15 – Brasil: produção física: índices especiais de bens de capital**

Segmentos	Variação (%)		
	Mensal	Acumulada	
	Abril.06	No Ano	12 Meses
Bens de Capital para Fins Industriais	92,9	98,5	97,2
Bens de Capital para Fins Industriais Seriados	92,6	97,0	95,5
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	95,0	107,5	109,0
Bens de Capital Agrícolas	81,4	82,2	65,1
Bens de Capital Peças Agrícolas	79,4	64,6	35,1
Bens de Capital para Construção	108,1	117,8	127,4
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	128,7	140,8	137,1
Bens de Capital Equipamentos de Transporte	93,1	97,2	102,1
Bens de Capital de Uso Misto	105,0	114,1	108,1

Fonte: IBGE (2006c).

pansão dos rendimentos reais, associadas à expansão do crédito e o recuo da inflação permitam a manutenção do incremento da produção frente ao ano anterior. Vale ressaltar o papel cada vez mais relevante do mercado interno na explicação da dinâmica industrial em 2006. O dinamismo do mercado interno induz novas inversões produtivas, em função da melhoria das expectativas de vendas e lucros. Isto sem levar em conta o aumento sustentado e diferenciado das exportações, apesar da valorização cambial.

Adicionalmente, é importante remarcar que o processo de valorização cambial contribui para atenuar as pressões inflacionárias ao reduzir os preços de bens intermediários e de bens de capital. Sondagem Especial sobre Comércio Exterior realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e reproduzida pelo jornal *Gazeta Mercantil* revelou que a apreciação da moeda nacional tem incentivado as empresas a incrementar o nível de importação de matéria-prima e insumos (PARA CNI..., 2006). O universo pesquisado foi de 1.264 pequenas e médias empresas e 215 de grande porte entre 28 de março e 19 de abril de 2006. Entre as grandes empresas, 71% aumentaram as importações em 2005 contra 69% em 2004. Já entre as pequenas e médias, constatou-se uma queda de 34% para 33% no mesmo período. Isto, por outro lado, tende a deslocar a demanda interna desse tipo de bem, influenciando negativamente a expansão dos respectivos setores produtivos.

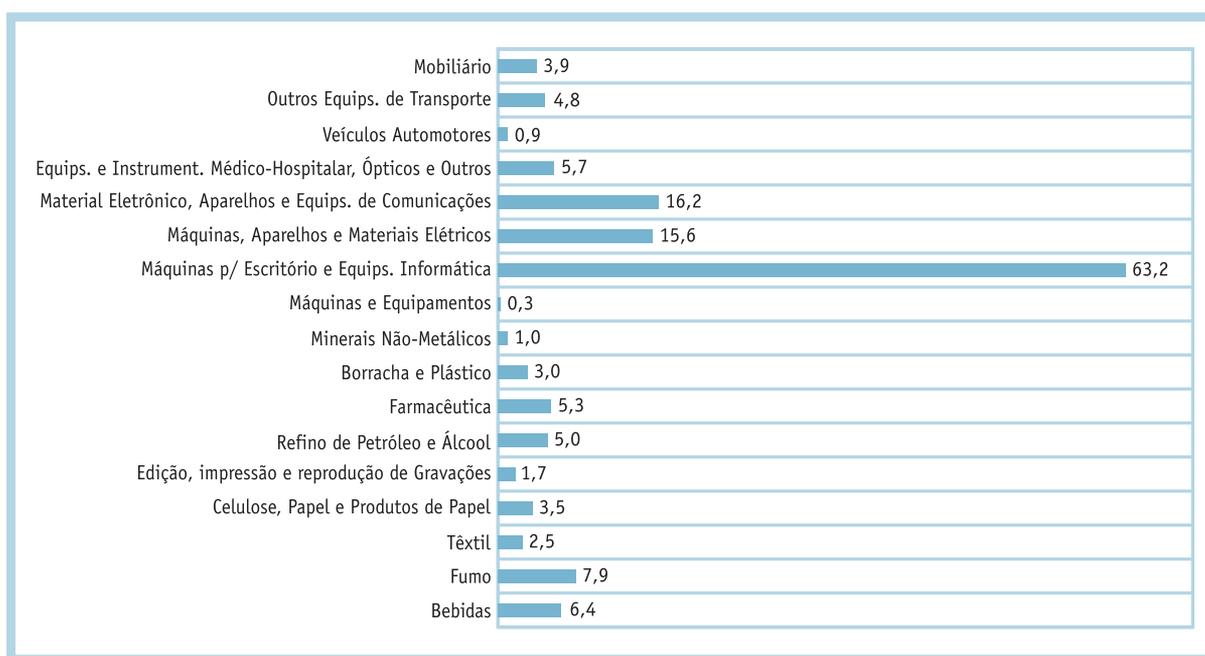
O levantamento indica também que 28% das empresas entrevistadas pretendem intensificar as importações de insumos nos próximos seis meses. Destacam-se nesse conjunto os setores de máquinas e materiais elétricos, farmacêuticos e material eletrônico e de comunicação. Vale salientar que são justamente esses setores que registram forte atividade industrial no primeiro quadrimestre, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (IBGE, 2006g). Ou seja, o crescimento

da atividade industrial tem intensificado as importações de insumos (Gráfico 06).

Por outro lado, a Sondagem Conjuntural também observou que entre as companhias com baixo coeficiente de importação, 10,6% estão propensas a comprar do exterior em 2006. É o caso das indústrias de calçados e vestuário que vêm apresentando taxas negativas de crescimento. Diante da valorização cambial e da intensificação da concorrência asiática, essas empresas estão importando diretamente produtos acabados e componentes feitos principalmente por empresas chinesas com o objetivo de defender o mercado doméstico e tornar mais competitivo os produtos fabricados no Brasil.

A pesquisa também constatou que, mesmo diante de um câmbio desfavorável às exportações, 21% das pequenas e médias empresas desejam aumentar seus investimentos voltados para exportação, enquanto 18% pretendem reduzir. No universo das grandes empresas, 22% deverão aumentar as aplicações contra 15% que vão diminuir. A abertura de novos mercados foi considerada por 47,5% das pequenas e médias empresas como o principal fator para continuar exportando. Entre as grandes, os compromissos já assumidos (49,4%) e a abertura de novos mercados (45,8%) foram os principais fatores mencionados.

Finalmente, o levantamento mostrou que o câmbio não tem afetado de forma significativa as exportações das grandes empresas. Em contrapartida, constatou-se uma redução das vendas externas das pequenas e médias. Este fato se deve muito provavelmente, por um lado, aos ganhos diferenciais de produtividade que vêm ocorrendo na indústria nacional e, por outro, às pequenas e médias empresas estarem mais concentradas em setores tradicionais como os de calçados, vestuários e alimentos, com reduzida competitividade frente, principalmente, à indústria asiática.



**Gráfico 06 – Classes e gêneros selecionados da indústria de transformação. (jan./abr.06).  
Variação acumulada no ano (%)**

Fonte: IBGE (2006g). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

## 3.2.1 - Produção industrial no Nordeste

A queda de 1,9% observada no nível geral da produção física industrial, em abril, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, refletiu o recuo em seis das doze áreas pesquisadas pelo IBGE (2006g): Santa Catarina, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e São Paulo.

Por outro lado, observou-se expansão da atividade industrial nos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e na região Nordeste como um todo. Os Estados do Ceará e Rio de Janeiro apresentaram estabilidade no mês de abril. Já no acumulado do ano, somente quatro Estados registraram decréscimo da atividade industrial (Tabela 16).

A região Nordeste registrou no mês de abril, em comparação ao mesmo período do ano anterior, expansão industrial de 1,2% – o sexto resultado positivo consecutivo verificado na re-

gião. O desempenho favorável da indústria nordestina resulta do aumento observado em sete das onze atividades pesquisadas. Apresentaram incrementos relevantes celulose e papel (34,4%), metalurgia básica (18,3%) e têxtil (9,4%). As maiores retrações foram observadas em produtos químicos (-4,4%) e alimentos e bebidas (-4,1%). No acumulado do ano, a indústria nordestina expandiu-se 2,9% e, nos últimos doze meses, 1,2%.

Os resultados positivos da indústria nordestina no mês de abril são confirmados pelos Indicadores Industriais da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC, 2006). De acordo com o levantamento, o faturamento da indústria manufatureira do Nordeste apresentou uma expansão de 2,0% em comparação com os números de abril de 2005. Esse crescimento das vendas reais da indústria resulta, principalmen-

te, dos incrementos observados nos setores de minerais não metálicos (18,5%) e metalúrgico (26,3%). Por outro lado, o setor de vestuário, calçados e artigos de tecidos registrou uma queda expressiva de 20,6% no faturamento. No acumulado do ano, as vendas totais da indústria cresceram 5,8% (Tabela 17).

Já o emprego industrial cresceu 2,9% na comparação com abril de 2005, resultado em sintonia com o crescimento da produção industrial e do faturamento, nessa base de comparação. Vale destacar o bom desempenho do setor metalúrgico e de produtos alimentares, com taxa de crescimento de 9,9% e 6,2%, respectivamente. Os destaques negativos ficaram por conta do segmento de vestuário, calçados e artigo de tecidos (-16,8%) e têxtil (-0,4%), afetados principalmente pela apreciação cambial e pelo acirramento da concorrência asiática. No acumulado do ano, o pessoal empregado na indústria cresceu 3,7% – acima da média nacional (0,9%) (Tabela 18).

Com relação às horas pagas, a queda de 0,1% na comparação com os valores de abril de 2005 se explica pelo fato do mês de abril do corrente ano ter tido dois dias úteis a menos do que abril do ano passado. Já no acumulado do ano, as horas trabalhadas na produção registram expansão de 1,4%.

Voltando à pesquisa do IBGE, dos Estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, o Ceará registra estabilidade na atividade industrial, enquanto Pernambuco e Bahia apresentam taxas de crescimento positivas e acima da média nacional. A indústria cearense registrou crescimento nulo (0,0%) entre abril de 2006 e abril do ano anterior, após ter crescido 12,7% em março. Os principais destaques positivos do Estado durante abril foram os setores de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (101,6%), têxtil (14,8%) e refino de petróleo e produção de álcool (30,9%). Em contrapartida, houve decréscimo no setor de vestuário (-32,2%) e calçados e artigos de couro

**Tabela 16 – Indicadores conjunturais da indústria: produção física: resultados regionais (abril/ 2006)**

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Abr.2006/ Abr.2005	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
<b>Região Nordeste</b>	1,2	2,9	1,2
<b>Ceará</b>	0,0	7,8	-1,1
<b>Pernambuco</b>	8,6	4,4	3,6
<b>Bahia</b>	5,2	6,3	4,8
<b>Brasil</b>	-1,9	2,9	2,6

Fonte: IBGE (2006g).

**Tabela 17 – Nordeste: indicadores gerais da indústria de transformação. Variações Reais (%)**

Indicadores	Abr. 2006/ Mar.2006	Abr. 2006/ Abr.2005	Jan-Abr.2006/ Jan.-Abr.2005
Vendas Totais da Indústria	-7,6	2,0	5,8
Salários Líquidos	3,4	3,0	1,7
Pessoal Empregado	-0,2	2,9	3,7
Horas Trabalhadas	-3,2	-0,2	1,4
Exportação Produtos Industrializados	-12,1	25,3	27,1
Utilização da Capacidade Instalada (nível %)	75,35 (a)	81,46 (b)	78,27 (c)

Fonte: FIEC (2006).

Nota: (a) em abril de 2006; (b) em março de 2006; (c) em abril de 2005

(-6,8%). Portanto, os setores de calçados e vestuário, os grandes responsáveis pelo baixo desempenho da produção industrial cearense no ano de 2005, voltam a apresentar resultados negativos em abril de 2006, após terem evoluído positivamente no primeiro trimestre do ano. No primeiro quadrimestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, a indústria do Ceará avançou 7,8%. Já nos últimos doze meses, apresentou queda de -1,1%.

Em abril, a indústria pernambucana teve um acréscimo de 8,6% da produção física industrial, com resultados positivos em sete dos onze setores pesquisados. A expansão da produção esteve relacionada primordialmente aos incrementos de 184,6% de produtos de metal, de 80,3% de borracha e plástico e de 5,7% de alimentos e bebidas. As principais contribuições negativas foram assinaladas por máquinas, aparelhos e material elétrico (-18,9%) e produtos químicos (-7,6%). No primeiro quadrimestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, a indústria de Pernambuco avançou 4,4% e nos últimos dozes meses, houve aumento de 3,6%.

Pelo décimo mês consecutivo, a indústria baiana registrou mais uma expansão do seu nível de produção em abril. O incremento de 5,2% em abril resultou da contribuição de sete das nove atividades industriais investigadas. Os destaques positivos foram metalurgia básica (35,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (3,4%). Por outro lado, houve decréscimo em produtos químicos (-3,8%) e veículos automotores (-19,9%).

Em síntese, verifica-se que o crescimento industrial no Nordeste decorre, sobretudo, do dinamismo dos Estados de Pernambuco e Bahia, enquanto o Estado do Ceará vem apresentando resultados positivos, mas ainda, recuperando o seu desempenho negativo em 2005. Isto se explica pelo fato dos principais segmentos da indústria cearense se concentrarem em indústrias tradicionais como vestuários e calçados, alimentos e bebidas, que sofrem tanto a concorrência internacional quanto nacional. No caso de vestuários e calçados a concorrência chinesa e a apreciação do dólar têm sido fatores decisivos para deslocar esse segmento em nível nacional, não somente para o Ceará.

**Tabela 18 – Nordeste e total do Brasil: pessoal empregado. Variação (%)**

Setores	Abr.2006/ Mar.2006	Abr. 2006/ Abr.2005	Jan.-Abr./06 Jan.- Abr./05
Minerais não-metálicos	0,5	3,8	4,5
Metalúrgico	0,4	9,9	12,4
Químico	4,7	1,9	-0,9
Têxtil	-0,7	-0,4	6,4
Vestuário, Calçados e art. Tecidos	-10,7	-16,8	-8,4
Produtos Alimentares	0,1	6,2	4,7
<b>Total da Indústria Nordeste (1)</b>	<b>-0,2</b>	<b>2,9</b>	<b>3,7</b>
<b>Total da Indústria Brasil (1)</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>

Fontes: FIEC (2006).

Nota: (1) Os totais da indústria do Nordeste e do Brasil incluem outras indústrias, além das discriminadas na tabela.

## 3.3 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada para o mês de abril pela Fundação Getúlio Vargas, indica que o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) praticamente não se alterou no primeiro trimestre deste ano, alcançando 83,2 ante 83,6% do trimestre anterior (FGV, 2006). O aumento da produção e das vendas reais da indústria ocorreu sem alterar significativamente o grau de utilização da capacidade instalada (Tabela 19).

A manutenção do nível de utilização da capacidade instalada, em confronto com a alta da produção e das vendas reais, sugere a maturação nos investimentos em ampliação da capacidade do setor industrial realizados antes do início do aperto monetário do ano passado.

Esse hiato de produto permitirá que o País cresça, em 2006, sem pressionar a inflação. Ou seja, há margem para que a demanda interna cresça sem risco de estrangulamento de oferta e, portanto, sem pressões inflacionárias. Esse fato corrobora a expectativa de novos cortes da taxa de juros.

Analisando por categoria de uso, constata-se a queda do NUCI do setor de bens de consumo duráveis, que passou de 81,4%, em janeiro, para 77,9%, em abril. A redução do NUCI ocorreu, apesar do crescimento da produção de bens de consumo nesse período, influenciado pela expansão do crédito e da massa salarial. Ou seja, o nível de produção do setor está muito aquém do potencial, apesar do crescimento da demanda interna.

O fato da demanda interna ter crescido no primeiro trimestre mais em função dos investimentos e menos do consumo das famílias, explica essa menor pressão sobre a utilização da capacidade instalada do setor.

Para os próximos meses, as perspectivas para a produção de bens duráveis são positivas em função do dinamismo da demanda interna e do crescimento a um menor ritmo das exportações.

O NUCI do setor produtor de bens intermediários foi de 86,2%, praticamente igual ao patamar do trimestre anterior (86,0%). O crescimen-

**Tabela 19 – Brasil: nível de Utilização da Capacidade (NUCI) - Percentuais**

	2005				2006	
	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr
<b>DADOS ORIGINAIS</b>						
Indústria de Transformação	83,8	84,2	84,7	85,2	83,6	83,2
Bens de Consumo	76,2	79,5	82,3	82,6	81,4	77,9
Bens de Capital	83,2	82,5	82,4	81,2	77,5	81,7
Material de Construção	84,5	83,6	80,2	80,0	80,8	85,8
Bens Intermediários	87,9	87,5	87,2	87,5	86,0	86,2
<b>DADOS COM AJUSTE SAZONAL</b>						
Indústria de Transformação	84,6	84,4	84,6	84,3	84,4	83,5
Bens de Consumo	77,5	79,9	82,0	81,1	82,8	78,4
Bens de Capital	84,2	82,1	82,3	80,7	78,6	81,2
Material de Construção	84,5	82,6	81,4	79,8	80,8	84,6
Bens Intermediários	88,4	87,5	87,2	87,0	86,5	86,2

Fonte: FGV (2006). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

to das importações de bens intermediários, em função do câmbio valorizado, tem evitado um aumento significativo da utilização da capacidade instalada desse segmento.

Já o setor de material de construção registrou um aumento importante do nível de utilização da capacidade instalada, passando de 80,8% no último trimestre de 2005 para 85,8%, no primeiro trimestre de 2006. Isto se deve, em certa medida, às políticas de incentivos ao setor implementadas pelo Governo Federal recentemente, bem como, ao crescimento do emprego formal e da massa salarial.

O NUCI da indústria de bens de capital também registrou incremento, alcançando 81,7% no primeiro trimestre de 2006, ante 77,5% no trimestre anterior. O crescimento reflete os efeitos do ciclo de queda das taxas de juros iniciada em setembro do ano passado sobre a confiança do empresariado. A trajetória ascendente dos investimentos no primeiro trimestre, gerando incremento na demanda por bens de capital e insumos para construção civil, deve continuar ao longo do ano de 2006.

De acordo com o BNDES, há um processo de investimentos de ampliação da capacidade produtiva e de modernização das empresas, semelhante aos anos 1990, após a primeira fase da abertura econômica (BNDES, 2006). Esse processo tem sido impulsionado, sobretudo, pela importação de máquinas e equipamentos, influenciada, em grande medida, pelo câmbio apreciado. Apesar do predomínio das importações, é importante mencionar o crescimento substancial da produção doméstica. Já o consumo aparente<sup>9</sup> (CA) teve uma expansão de 23,9% no primeiro bimestre do ano, na comparação com igual período do anterior (Tabela 20).

Outro aspecto relevante destacado pelo BNDES foi o crescimento do consumo de bens de capital “sem rodas”<sup>10</sup> que começou no segundo trimestre de 2005, justamente quando a conjuntura econômica era desfavorável (BNDES, 2006). O que explica esse crescimento é o fato desses bens de capital não-seriados terem sido encomendados na conjuntura expansiva de 2004 e somente nos últimos meses terem sido entregues. Ademais, o câmbio valorizado, associado a um cenário macroeconômico positivo explica a intensificação dos investimentos produtivos.

Portanto, a estabilidade do NUCI acompanhada de um incremento da atividade industrial resulta da realização de investimentos visando à ampliação da capacidade produtiva. Além disso, a continuidade do ciclo de expansão da produtividade iniciado em 2004, também contribui decisivamente para aumentar a capacidade da oferta e suportar um crescimento maior da demanda (ver seção produtividade).

A Sondagem Conjuntural da FGV revelou confiança das empresas com relação ao desempenho satisfatório dos negócios (FGV, 2006). De um total de 933 empresas entrevistadas, 55% acreditam num desempenho favorável dos negócios nos próximos seis meses, enquanto somente 10% estavam pessimistas. A diferença favorável de 45 pontos percentuais está acima da registrada em abril de 2005 (35%).

A Sondagem Conjuntural também observou que o nível atual de demanda foi considerado forte por 18% das empresas e fraco por 16%. A diferença de dois pontos percentuais está acima da registrada em abril de 2005.

No que tange ao nível de estoques, 4% dos entrevistados, contra 2% em abril do ano ante-

<sup>9</sup> O consumo aparente é a soma da produção doméstica e das importações, excluindo as exportações.

<sup>10</sup> Reúne máquinas e equipamentos voltados diretamente para o aumento da eficiência da produção. O setor é composto por bens de capital para o setor industrial, para a infra-estrutura (bens de capital para o setor elétrico e de construção) e outros bens de capital.

**Tabela 20 – Investimento em máquinas e equipamentos\* (%)**

	2005					Contrib. p/ Cresc. do CA (p.p.)	2006
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	Ano		Jan-Fev
<b>Bens de Capital - Total</b>							
Produção	2,5	5,1	2,5	4,2	3,6	4,5	8,6
Exportação	27,0	12,7	17,0	13,7	16,9	-10,9	3,6
Importação	22,3	26,8	27,9	17,9	23,6	9,0	37,1
Consumo aparente	-3,3	8,1	2,5	2,8	2,6	2,6	23,9
<b>Bens de Capital "Sem Rodas"</b>							
Produção	-1,2	4,9	6,4	10,4	5,3	4,8	19,4
Exportação	40,0	35,5	12,5	3,5	20,3	-7,4	12,3
Importação	20,3	26,6	22,7	14,7	20,8	9,5	42,1
Consumo aparente	-4,7	3,9	11,8	15,5	7,0	7,0	34,0

Fonte: BNDES (2006).

Nota: \* variação em relação a igual período do ano anterior (%).

rior, consideram o patamar atual insuficiente. Já outros avaliam que o nível de estoques excessivo manteve-se em 9%. O resultado indica normalização dos estoques industriais. Essa normalização vai implicar reação da atividade industrial aos estímulos de demanda, sejam eles resultantes dos investimentos, das vendas de varejo ou das exportações.

O quesito sobre intenções de investimento da Sondagem Conjuntural da FGV<sup>11</sup> realizado em 18 de maio de 2006 mostra que 55% das empresas entrevistadas manifestam intenção de aumentar os investimentos em 2006, contra 65% no mesmo período de 2005. Apesar da redução, a proporção supera os valores apurados em 2003 e 2004. Aqueles que programam investir menos aumentou de 8%, em 2005 para 16%, em 2006 (FGV, 2006).

Na comparação entre outubro de 2005 e abril de 2006, cresceu em 17 pontos percentuais o número de empresas que planejam investir mais em 2006. Já a proporção dos que desejam investir menos caiu sete pontos percentuais.

O levantamento constatou também que 49% das empresas consideram a expansão da capacidade produtiva a principal razão para investir

em capital fixo em 2006 – a segunda maior frequência relativa da série histórica reconstituída a partir de 1998. Vale mencionar que esta opção tem sido a mais citada somente em conjunturas favoráveis de crescimento. Entre os obstáculos apontados pelos empresários para a realização de investimentos, a carga tributária foi citada por 34% das empresas – a menor proporção desde 2004, quando esse quesito foi incluído na pesquisa. Em seguida, as incertezas quanto à demanda foram mencionadas por 29% das empresas – percentual inferior ao do ano passado e a segunda menor proporção da série iniciada em 1998.

Portanto, a Sondagem Conjuntural da FGV de abril sinaliza um quadro de melhora da percepção dos empresários em relação à situação atual dos negócios. O quadro de crescimento da demanda e de normalização no nível de estoques foi verificado na pesquisa. O crescimento da produção industrial, da massa salarial e do investimento no primeiro trimestre refletem um certo otimismo quanto à continuação desse cenário positivo do primeiro trimestre ao longo do ano.

Para o Nordeste, o índice médio de utilização da capacidade instalada fornecido pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará para

<sup>11</sup> O levantamento foi realizado entre 31 de março de 2006 e 5 de maio de 2006.

a indústria nordestina em abril de 2006 ficou em 75,3% – inferior ao índice de abril de 2005 (78,3%) (FIEC, 2006). No recorte setorial, vale destacar o crescimento do uso da capacidade instalada das indústrias de produtos alimentares, vestuário, calçados e artigos tecidos, e metalúrgico. Em contrapartida, as indústrias têxtil, minerais não-metálicos, e químico, foram os destaques negativos.

Já em relação a março de 2006, o índice de utilização da capacidade instalada da indústria nordestina caiu de 81,5% para 75,3%. Os destaques negativos ficaram por conta da indústria de minerais não-metálicos, metalúrgico, vestuário, calçados e artigos tecidos e produtos alimentares. Os destaques positivos, nessa base de comparação, foram as indústrias do setor têxtil e químico. (Tabela 21).

**Tabela 21 – Nordeste: nível de utilização da capacidade instalada. Percentual médio**

Setores	abr/06	mar/06	abr/05
Minerais não-metálicos	70,2	82,7	88,2
Metalúrgico	86,2	89,3	80,9
Químico	73,7	69,5	82,9
Têxtil	88,8	87,3	93,5
Vestuário, Calçados e art. Tecidos	73,2	74,4	70,6
Produtos Alimentares	65,7	69,2	59,5
<b>Total da Indústria Nordeste (1)</b>	<b>75,3</b>	<b>81,5</b>	<b>78,3</b>
<b>Total da Indústria Brasil (1)</b>	<b>80,5</b>	<b>82,1</b>	<b>81,8</b>

Fontes: FIEC (2006).

Notas: (1) Os totais da indústria do Nordeste e do Brasil incluem outras indústrias, além das discriminadas na

## 3.4 – Produtividade da Indústria

O crescimento de 3,2% da produtividade industrial no primeiro quadrimestre ocorreu com crescimento da produção (2,9%) e da redução nas horas pagas (0,3%) (PRODUTIVIDADE..., 2006). Essa associação reverte temporariamente o ciclo virtuoso de crescimento da produtividade e das horas pagas observado nos dois últimos anos (Gráfico 07).

O incremento da produtividade foi mais acentuado na indústria extrativa em função do crescimento de 10,9% da produção no período janeiro-abril, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Os destaques da indústria extrativa são as atividades de exploração de petróleo e de mineração que estão sendo beneficiadas pelo dinamismo da demanda externa. Já as horas trabalhadas na indústria extrativa aumen-

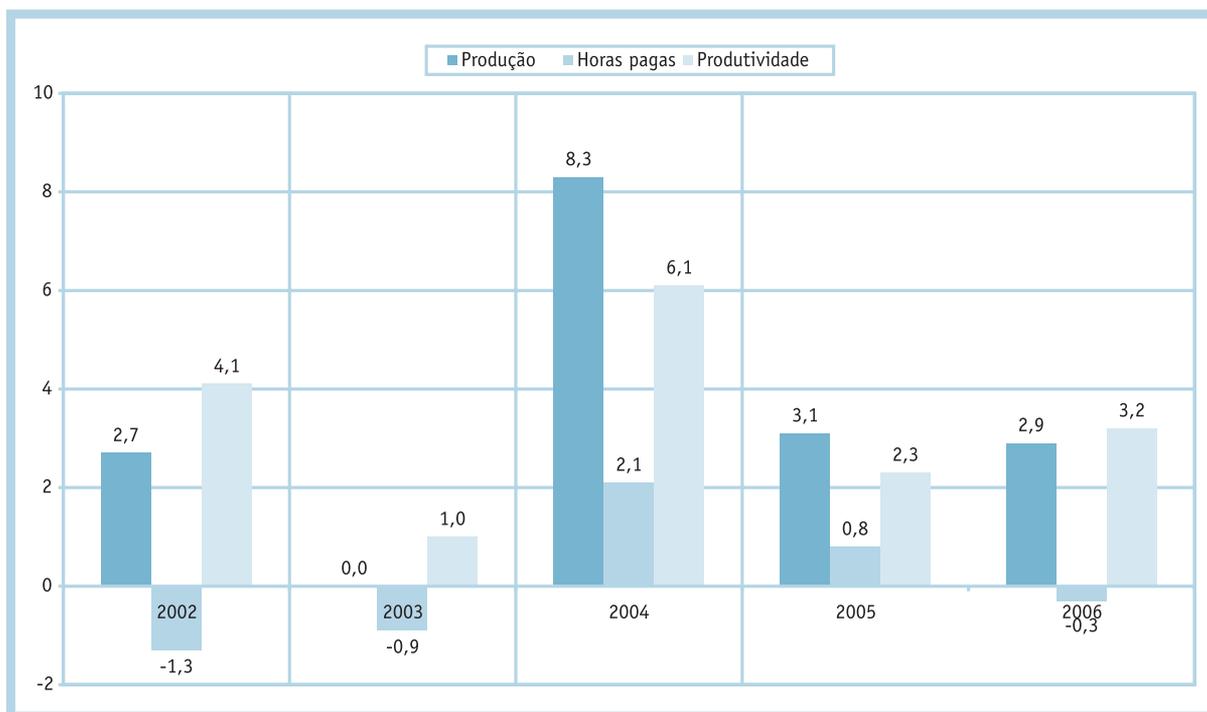
tou somente 0,8% nessa mesma base de comparação. Com isso, a produtividade alcançou expressivos 10,0%. No que se refere à indústria de transformação, o crescimento de 2,8% da produtividade resultou da expansão de 2,4% na produção e do recuo de 0,3% das horas trabalhadas.

O crescimento da produtividade no primeiro quadrimestre reflete a realização de investimentos visando tanto à ampliação e à modernização do aparelho produtivo quanto aos ajustes microeco-nômicos objetivando a redução de custos de produção. De fato, executivos de grandes empresas, em recente evento promovido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)<sup>12</sup>, revelaram que a va-

<sup>12</sup> Referência ao seminário do IEDI realizado em 10/05/2006 intitulado “O colapso da competitividade exportadora brasileira”.

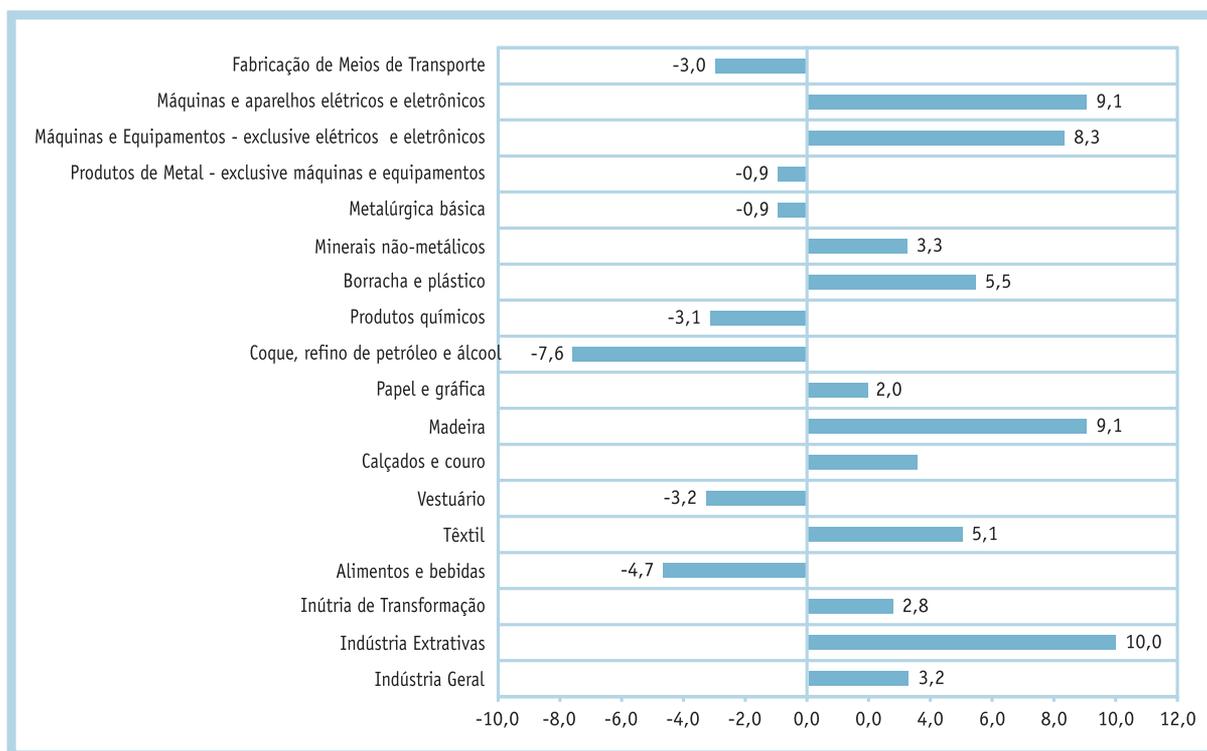
lorização da moeda nacional engendrou processo de reestruturação produtiva visando à busca de maior eficiência.

Em uma situação de câmbio valorizado, o recurso às novas tecnologias organizacionais (rearranjo produtivo, novas ferramentas de ges-



**Gráfico 07 – Brasil: indicadores de produtividade**

Fonte: Produtividade... (2006).



**Gráfico 08 – Produtividade dos Setores em 2006**

Fonte: Produtividade... (2006).

tão), troca de fornecedores locais por estrangeiros, aumento de preços em dólar e redução de pessoal foi amplamente utilizado pelas grandes empresas. Esses ajustamentos permitiram às grandes empresas exportadoras tornar rentáveis suas vendas externas a um câmbio mais desfavorável do que há dois anos.

A redução do emprego, entretanto, teve variações de acordo com a indústria. Nas indústri-

as exportadoras intensivas em capital e tecnologia, os incrementos de produtividade foram acompanhados por aumento da produção, do emprego e das horas pagas. Já nos segmentos de uso intensivo de mão-de-obra, a elevação da produtividade ocorreu simultaneamente à diminuição do emprego e à redução nas horas trabalhadas (Gráfico 08).

## 3.5 - Comércio

As vendas do comércio varejista brasileiro registraram crescimento de 7,42% em abril, relativamente ao mesmo mês do ano passado. Na comparação com o mês anterior (março), o aumento nas vendas foi de 1,52%, com uma ampliação no faturamento das lojas de 1,43%. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio, relativa ao mês de abril, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a alta acumulada de vendas do comércio varejista nos primeiros quatro meses do ano foi de 5,64%, acima, portanto, da taxa de 4,84% acumulada no mesmo período do ano passado (IBGE, 2006h). Esse desempenho positivo do setor varejista, que vem se verificando desde o ano passado, pode ser explicado pela redução do desemprego e pelo aumento do rendimento médio do trabalhador. Além disso, a manutenção do câmbio tem baixado o preço dos produtos importados e, com isso, estimulado o consumo.

Dentre os setores que apresentaram expressivo crescimento das vendas no período destaca-se o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, cujas vendas cresceram 14,1% no mês de abril deste ano, em relação ao mesmo mês do ano anterior, comportamento que pode ser justificado pela elevação do consumo decorrente da melhora nos níveis de ocupação e rendimento real da popula-

ção, conforme revela a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE (2006i). Também o segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação experimentou desempenho positivo no período, com uma taxa de expansão de 16,6% sobre abril/2005. Em termos de resultados acumulados durante esse primeiro quadrimestre de 2006, esse setor registrou uma taxa de expansão de 43,4% sobre igual período do ano anterior. Note-se neste caso, que o papel da apreciação cambial vigente é decisivo, cuja tendência tem sido de estabilidade durante esse período.

Apresentaram resultados negativos no volume de vendas, na relação abril 06 – abril 05, as vendas de tecidos, vestuário e calçados, com decréscimo de -3,2%, e combustíveis e lubrificantes (-11,0%). A queda nas vendas do setor de combustíveis e lubrificantes está relacionada ao aumento de preços dos respectivos produtos, pois somente no ano passado, os combustíveis subiram 17%, enquanto a inflação medida pela IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), elaborado pelo IBGE, ficou em 4,8% (Tabela 22).

Em termos regionais, a pesquisa do IBGE revela que praticamente todos as Unidades da Federação obtiveram resultados positivos no volume de vendas em abril/06, relativamente a abril do ano passado, com as maiores variações

sendo observadas nos Estados de Roraima (expansão das vendas de 39,3%), Amapá (16,1%), Amazonas (15,9%), Maranhão (14,1%) e Tocantins (13,7%). A única queda foi verificada em Mato Grosso (-12,0%). As maiores contribuições para a formação da taxa de variação do volume de vendas do comércio varejista, foram, pela ordem, provenientes dos Estados de São Paulo (7,6%), Minas Gerais (11,3%), Rio de Janeiro (7,8%), Bahia (10,2%) e Santa Catarina (8,8%). Na região Nordeste, as vendas do comércio varejista registraram expansão em abril/06, com as maiores taxas sendo verificadas nos Estados do Maranhão (14,1%), Rio Grande do Norte (12,9%) e Alagoas (11,7%) (Tabela 23).

A análise desagregada por atividade econômica, revela que a variação do volume de vendas do comércio varejista foi mais expressiva na Região Metropolitana de Fortaleza, que registrou uma expansão de 10,7% no primeiro quadrimestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse cresci-

mento das vendas foi mais significativo nos segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (expansão de 138,6%), móveis e eletrodomésticos (24,4%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (15,9%). Apenas os segmentos de combustíveis e lubrificantes (queda de -13,1%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-6,3%) não apresentaram desempenho satisfatório no período.

As vendas do comércio varejista também registraram variação positiva nos primeiros quatro meses do ano na região metropolitana de Recife (crescimento de 5,3%), decorrente, principalmente, da expansão dos negócios nos ramos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (crescimento de 107,3%), móveis e eletrodomésticos (16,5%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (10,2%). Apenas três ramos expressaram queda de vendas no período: o de livros, jornais, revistas e papelaria (-19,1%), combustíveis e lu-

**Tabela 22 – Brasil: indicadores de desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades PMC - (abr./06)**

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal Taxa de Variação Abr.06./Abr.05	Acumulado Taxa de Variação	
		No Ano	12 Meses
<b>COMÉRCIO VAREJISTA*</b>	7,42	5,64	5,05
<b>1. Combustíveis e Lubrificantes</b>	-10,99	-8,95	-8,13
<b>2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo</b>	14,10	7,40	4,23
2.1. Super e Hipermercados	14,49	6,91	3,36
<b>3. Tecidos, Vest. e Calçados</b>	-3,20	2,63	5,17
<b>4. Móveis e Eletrodomésticos</b>	2,79	8,85	12,81
<b>5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria</b>	1,93	4,72	6,86
<b>6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação</b>	16,57	43,41	56,99
<b>7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria</b>	4,16	-0,37	0,46
<b>8. Outros Arts. de Uso Pessoal e Doméstico</b>	19,40	14,24	14,82
<b>9. Veículos e Motos, Partes e Peças</b>	2,63	3,56	2,97
<b>COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO</b>	-5,20	0,56	0,50
<b>10. Material de Construção</b>	-9,03	-2,98	-5,67

FONTE: IBGE (2006h).

Nota: (\*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

**Tabela 23 – Região Nordeste: variação de volume de vendas no comércio varejista, por Unidade de Federação - (abr./2006)**

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal Abr.06/Abr.05	Acumulado	
		No ano	12 Meses
BRASIL	7,42	5,64	5,05
Maranhão	14,13	18,77	22,60
Piauí	7,03	15,23	22,75
Ceará	4,37	10,73	15,61
Rio G. Norte	12,93	16,27	22,15
Paraíba	6,12	12,67	24,86
Pernambuco	4,17	5,32	10,58
Alagoas	11,66	9,49	13,08
Sergipe	0,77	8,78	24,25
Bahia	10,16	9,83	7,64

Fonte: IBGE (2006h).

brificantes (-3,8%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-3,3%). Por outro lado, as vendas do comércio varejista na região metropolitana de Salvador aparecem na pesquisa do IBGE com uma taxa de variação positiva, em torno de 9,8%, observando-se que os melhores desempenhos foram verificados nos ramos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (crescimento de 68,6%), móveis e eletrodomésticos (24,4%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (12,6%). Os ramos de livros, jornais, revistas e papelaria e combustíveis e lubrificantes foram os únicos a experimentar queda nas vendas no primeiro quadrimestre de 2006, relativamente ao mesmo período de 2005 (Tabela 24).

Em termos de receitas nominais decorrentes das vendas varejistas, as informações da pesquisa do IBGE revelam uma ampliação das receitas no setor em abril de 2006, com uma taxa de crescimento de 8,9% em relação ao mesmo mês de 2005. No acumulado do ano, o faturamento do setor foi positivo, registrando um crescimento de 8,1%. No Nordeste, os acréscimos mais expressivos de receitas decorrentes das vendas no comércio foram verificados nos Esta-

dos do Maranhão (17,3%), Alagoas (16,5%) e Rio Grande do Norte (13,5%) (Tabela 25).

Por questões de natureza sazonal, tradicionalmente o comércio varejista começa a acelerar o ritmo de negócios a partir do final do primeiro semestre. Uma das razões para isso tem a ver com o início da alta estação de férias, quando cresce o número de visitantes no Nordeste. No caso do Ceará, por exemplo, as projeções elaboradas pela Secretaria de Turismo estadual, indicam que o Estado deverá receber 240 mil turistas, sendo 214, 4 mil nacionais e 25,6 mil estrangeiros, na alta estação de julho. As estimativas de receitas geradas pela passagem desses visitantes no Estado ficam em torno de R\$ 312 milhões, significando impacto de 20,2% sobre o Produto Interno Bruto-PIB gerado pelo Ceará no mês.

Além disso, o comércio varejista da região Nordeste deverá experimentar impacto positivo decorrente da implantação de unidades das Lojas Renner, cuja meta é instalar 15 unidades no Nordeste até 2007. No Ceará, a empresa investiu, em 2006, R\$ 11,7 milhões, que possibilitaram a geração de 170 empregos. Dentre os fatores que motivaram essa estratégia de localização na região destacam-se a localização privi-

**Tabela 24 – Variação de volume de vendas no comércio varejista, por atividade nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife. (abr./06)**

Atividades	Jan.- Abr.06 / Jan.- Abr.05			Abr./2006 Abr./2005		
	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife
Comércio Varejista	10,73	9,83	5,32	15,61	7,64	10,58
Combustíveis e Lubrificantes	-13,14	-2,87	-3,75	2,54	-10,95	10,02
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	15,86	12,61	7,48	18,02	7,68	10,52
Tecidos, Vestuários e Calçados	3,81	4,18	0,95	10,41	13,62	7,35
Móveis e Eletrodomésticos	24,37	24,36	16,54	27,27	33,56	25,80
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	5,95	4,18	10,21	6,85	10,70	7,37
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-6,32	-21,55	-19,05	0,48	-4,78	-3,70
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	138,61	68,57	107,30	179,24	81,43	129,80
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	2,34	12,15	-3,26	10,03	13,00	-2,32

Fonte: IBGE (2006h).

**Tabela 25 – Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista, por Unidade da Federação - (abr./2006).**

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal	Acumulado	
	Abr.06/Abr.05	No ano	12 Meses
BRASIL	8,86	8,05	8,92
Maranhão	17,28	22,53	28,12
Piauí	8,84	17,41	26,61
Ceará	5,96	12,65	19,51
Rio Grande do Norte	13,50	18,09	26,20
Paraíba	9,35	16,88	30,90
Pernambuco	7,36	9,50	16,17
Alagoas	16,50	14,46	18,40
Sergipe	5,19	13,81	32,13
Bahia	14,75	13,41	11,27

Fonte: IBGE. (2006h)

legiada próxima da Europa, a chegada de novas indústrias e o aquecimento imobiliário, por conta da compra de moradia para férias. De acordo com as estimativas, o potencial de consumo no Nordeste supera R\$ 150 bilhões/ano.

As dificuldades em obter dados estatísticos que permitam avaliar melhor o perfil do consumidor nordestino, foi um dos fatores que motivou o BNB-Etene a realizar, em parceria com as Federações de Comércio – Fecomércio dos Estados, um levantamento do perfil de endividamento dos consumidores nordestinos, de modo a retratar o grau de solvência financeira das fa-

mílias e a capacidade de assumirem novos compromissos, que possam estimular as vendas no comércio varejista. Os primeiros levantamentos foram efetuados nas cidades de Maceió e Fortaleza, mas a perspectiva é de que, até o final deste ano, todas as capitais do Nordeste sejam contempladas nesse trabalho.

Os resultados da pesquisa realizada na cidade de Maceió mostraram que a grande maioria dos consumidores está com dívidas ou contas atrasadas, registrando um crescimento de 3,3% em relação ao mês de maio deste ano. Tomando-se por extratos de renda, a pesquisa revela

que os indivíduos que ganham até cinco salários mínimos são os mais endividados enquanto os que ganham mais de 10 salários mínimos são menos endividados.

Essa pesquisa em Maceió mostrou também que o comprometimento da renda dos consumidores aumentou em quase 2%, relativamente ao mês anterior. É o maior aumento apontado em praticamente um ano de pesquisa, o que pode

fragilizar, inclusive, o pagamento de outras despesas como escola, alimentação e despesas domésticas associadas com água, luz, telefone, transporte etc. Vale notar que essa ampliação do comprometimento da renda pode estar atrelada a uma alta disposição dos consumidores em quererem gastar ainda mais devido a fatores como o dia dos namorados e a copa do mundo, que influenciam na compra de vestuários, calçados e televisores.

## 3.6 - Produção Agropecuária

### 3.6.1 - Agricultura

Segundo o sétimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra brasileira de grãos em 2005/2006 ficaria em torno de 120,3 milhões de toneladas, incremento na ordem de 5,6%, porém inferior ao observado no levantamento anterior, de 6,3% (CONAB, 2006a). Em valor absoluto, a variação é de 6,4 milhões de toneladas. As constantes reduções nas expectativas de safras estão relacionadas a problemas observados na lavoura brasileira, como as questões climáticas, que afetaram a maior parte das lavouras nacionais, e a ferrugem asiática, uma das principais doenças da cultura da soja. Dos principais produtos da lavoura brasileira, observa-se incremento de produção nas culturas do feijão (20,4%), do milho (18,6%) e da soja (4,6%). Houve queda de produção para o algodão-carço (-21,7%), algodão-pluma (-19,4%), arroz (-12,0%), mamona (-42,0%) e trigo (-13,6%). A queda na expectativa da safra brasileira foi amenizada pela reavaliação das safras de milho, feijão e mamona. Estas três culturas tiveram suas estimativas elevadas em relação ao levantamento de maio (Tabela 26).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de maio de 2006, a safra agrícola brasileira de 2006 ficaria em 119,71 milhões de toneladas, superior 6,3% em relação à safra 2005, a qual foi de 121,97 milhões de toneladas (IBGE, 2006e). A estimativa de safra do IBGE situa-se abaixo da apresentada pela Conab, na ordem de 590 mil toneladas. De acordo com os dados observados no Gráfico 09, as maiores variações de produção seriam das culturas de feijão 2ª safra (30,4%), milho 2ª safra (29,1%), café (20,9%) e milho 1ª safra (18,1%). Das culturas que apresentaram queda de produção, destaque para a mamona (-31,7%), o algodão herbáceo (-23,1%) e o arroz (-13,2%). Os resultados de maiores safras para o feijão e o milho são as boas cotações alcançadas desde o final de 2005, para o primeiro, e a recuperação em relação às perdas ocorridas na safra passada, para o segundo. Influenciaram positivamente a cultura do milho, ainda, as boas condições climáticas adequadas ao plantio e as

**Tabela 26 – Brasil: estimativa da produção de grãos. Safras 2004/2005 e 2005/2006. Mil toneladas**

Produto	Safr			Variação	
	04/05 ( a )	06/06		Percentual ( c ) / ( a )	Absoluta ( c ) - ( a )
		Mai-06 ( b )	Jun-06 ( c )		
Algodão - Caroco (1)	2.129,1	1.704,6	1.667,7	-21,7	-461,4
Algodão - Pluma	1.298,7	1.069,5	1.046,5	-19,4	-252,2
Amendoim Total	301,6	283,6	277,0	-8,2	-24,6
Amendoim 1ª Safra	244,3	225,5	220,8	-9,6	-23,5
Amendoim 2ª Safra	57,3	58,1	56,2	-1,9	-1,1
Arroz	13.227,5	11.737,4	11.642,2	-12,0	-1.585,2
Aveia	433,3	516,5	516,5	19,2	83,2
Centeio	3,4	6,6	6,6	94,1	3,2
Cevada	386,7	399,4	399,4	3,3	12,7
Feijão Total	3.045,6	3.356,7	3.667,6	20,4	622,0
Feijão 1ª Safra	1.101,2	1.135,6	1.185,8	7,7	84,6
Feijão 2ª Safra	984,5	1.372,8	1.478,6	50,2	494,1
Feijão 3ª Safra	959,9	848,3	1.003,2	4,6	43,3
Girassol	62,5	65,4	57,3	-8,3	-5,2
Mamona	209,8	116,1	121,7	-42,0	-88,1
Milho Total	35.006,7	40.834,2	41.531,3	18,6	6.524,6
Milho 1ª Safra	27.298,4	31.665,9	31.746,1	16,3	4.447,7
Milho 2ª Safra	7.708,3	9.168,3	9.785,2	26,9	2.076,9
Soja	51.452,0	55.231,8	53.837,8	4,6	2.385,8
Sorgo	1.568,0	1.646,9	1.350,8	-13,9	-217,2
Trigo	5.845,9	4.873,1	4.873,1	-16,6	-972,8
Triticale	220,5	306,3	306,3	38,9	85,8
Brasil (2)	113.892,6	121.078,6	120.255,4	5,6	6.362,7

Fonte: CONAB (2006a).

Notas: (1) Produção de caroço de algodão.

(2) Exclui a produção de algodão em pluma.

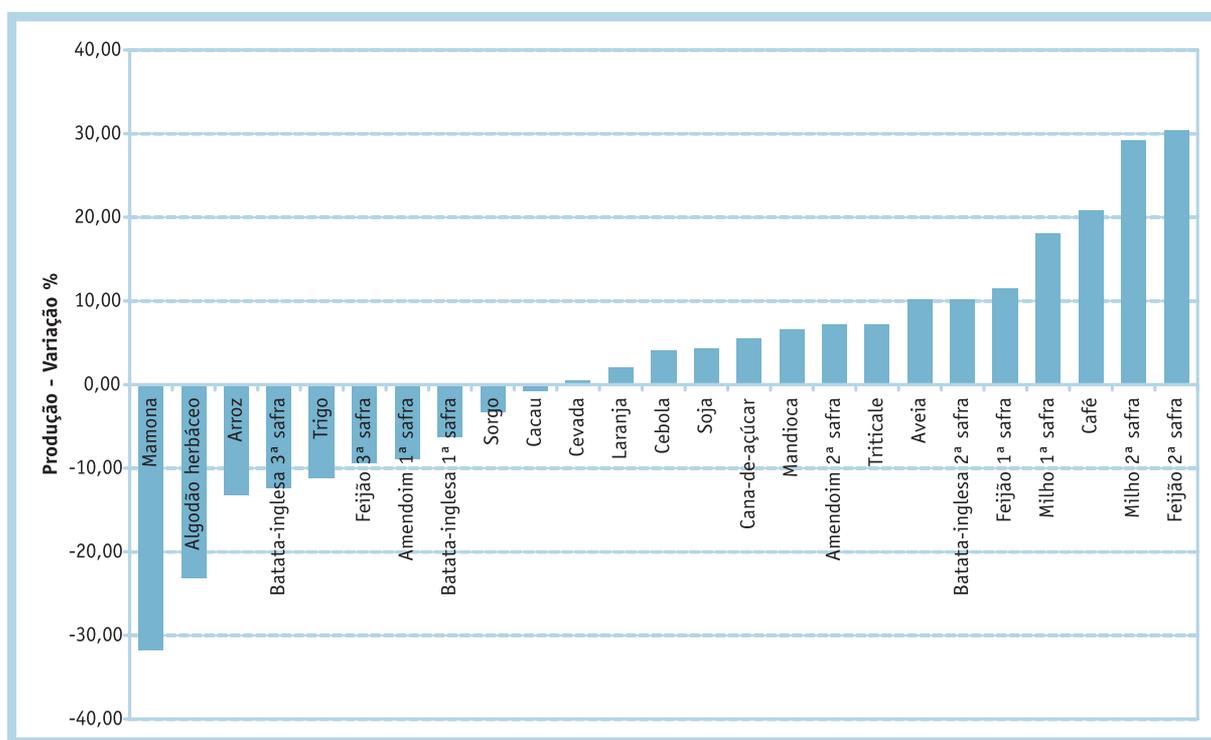
perspectivas de reação dos preços para o segundo semestre, o que levou os produtores a ampliarem suas áreas.

Para o cultivo da mamona, as expectativas são de melhora por conta da volta das chuvas na região de Irecê-BA, principal produtora nacional, aumentando a produtividade esperada para 660kg/ha. Porém, os preços encontram-se abaixo do verificado na safra passada. Até a semana de 12 a 16/06/2006, a saca de 60kg estava cotada a R\$ 29,00 para o produtor e a R\$ 32,00 no atacado, -19,4% e -20,0%, respectivamente em relação à safra 2004/2005, segundo dados da CONAB (2006e) (Gráfico 09).

Quanto à participação regional, em relação ao levantamento de abril do IBGE (2006e), a região Sul teve sua participação acrescida em detrimento às outras regiões. Segundo observado no Gráfico 10, a safra brasileira de 2006 está distribuí-

da em 42,2% para o Sul, 33,0% para o Centro-Oeste, 13,4% para o Sudeste, 8,4% para o Nordeste e 2,97% para o Norte (Gráfico 10).

Apesar da crescente produção, a cultura da soja vem apresentando algumas dificuldades. A maior produção é o resultado da recuperação da produtividade nas lavouras da região Sul, bastante afetadas por problemas climáticos na safra 2004/2005. A área plantada de soja decresceu entre as safras 2004/2005 e 2005/2006 em 4,7%, de 23,3 milhões de hectares para 22,2 milhões de hectares (CONAB, 2006a). A rentabilidade do produtor reduziu significativamente nesta última safra. Fatores que contribuíram para as adversidades observadas nesta cultura, além dos problemas climáticos, foram: a valorização do real frente ao dólar, o surgimento da ferrugem asiática e o impacto da subida do frete com os aumentos dos preços do



**Gráfico 09 – Variação percentual da produção agrícola brasileira entre as Safras 2005 e 2006**

Fonte: IBGE (2006e).

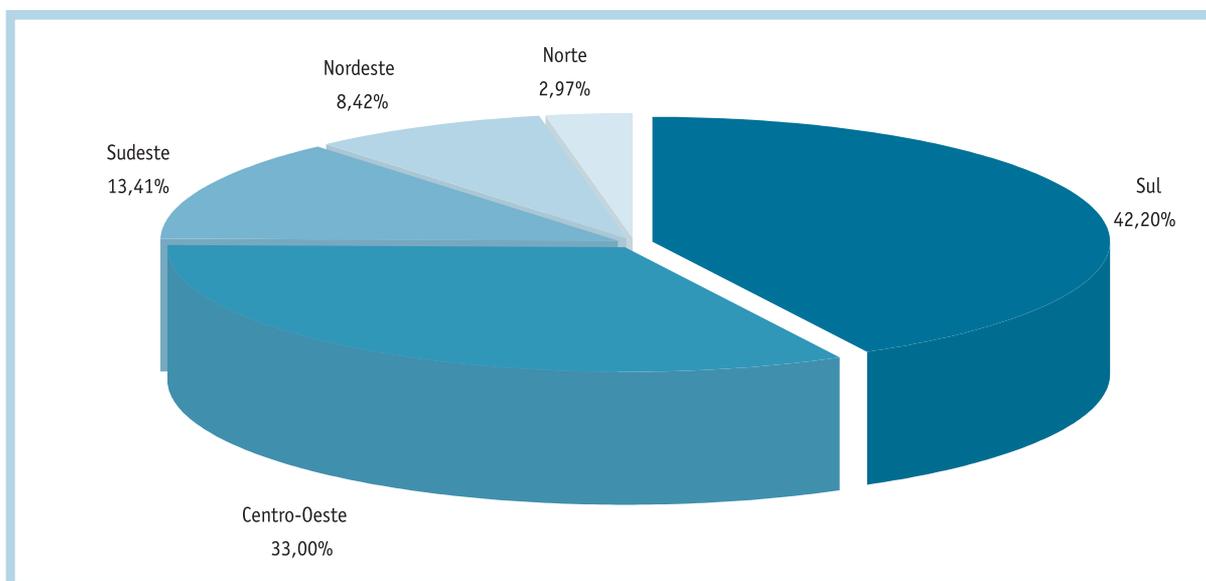
Nota: O produto cana-de-açúcar não aparece no gráfico original do IBGE, mas consta no LSPA.

óleo diesel (MERCADO..., 2006). Por conta disto, o Brasil perderá o posto de maior exportador mundial de soja na safra 2006/2007. Os altos estoques americanos também contribuirão para essa retomada de posição. A participação brasileira no mercado internacional, que foi de 39,1% na safra 2005/2006, será reduzida para 35,7% em 2006/2007 contra 41,7% dos Estados Unidos, segundo a Gazeta Mercantil (KASSAI, 2006).

O preço da soja tem apresentado ligeira recuperação no segundo trimestre de 2006, o que poderá provocar maiores volumes exportados, acelerando as vendas pelos produtores. Segundo a Gazeta Mercantil, o dólar valorizou-se 12,1% no mês de maio, o que provocou a elevação dos preços internos e a retomada das vendas (AGUIAR; KASSAI, 2006). Já no mês de junho, os preços internacionais da saca de 60kg da soja apresentaram aumento de 2,79%, em contraposição à baixa observada nos preços in-

ternos, de -0,29% (CEPEA, 2006). No Gráfico 11, observa-se o comportamento dos preços internos da soja, segundo o indicador CEPEA/ESALQ (Gráfico 11).

A cultura do algodão apresentou forte declínio na safra 2005/2006, segundo a CONAB (2006c). Os fatores estão relacionados aos problemas climáticos, à variação cambial, aos elevados custos de produção, à limitação de recursos e ao endividamento do setor produtivo. A queda na produção também tem provocado o aumento das importações, tendo em vista os preços externos encontrarem-se abaixo dos praticados internamente. O preço pago ao produtor de algodão em pluma, em Luís Eduardo Magalhães-BA, na semana de 05 a 09/06/2006, foi de R\$ 41,44/@, valor mais baixo que das outras duas praças levantadas (Rondonópolis-MT e Acreúna-GO). Apesar de ainda estar em patamares inferiores ao do preço mínimo adotado pelo Governo Federal, o preço da soja em Luís



**Gráfico 10 – Participação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas segundo as grandes regiões brasileiras, na safra 2006**

Fonte: IBGE (2006e).

Eduardo Magalhães foi 7,27% superior ao observado no mês anterior. Em comparação, o preço conseguido em Nova York (1ª entrega) foi de R\$ 40,03/@, o que torna mais atraente importar o algodão. O Piauí é o destaque na produção

de algodão, sendo um dos poucos Estados brasileiros a aumentar sua produção, evoluindo 161,3% em relação à safra 2004/2005, de 10,1 mil para 26,5 mil toneladas, apesar da menor área plantada (-28,0%).



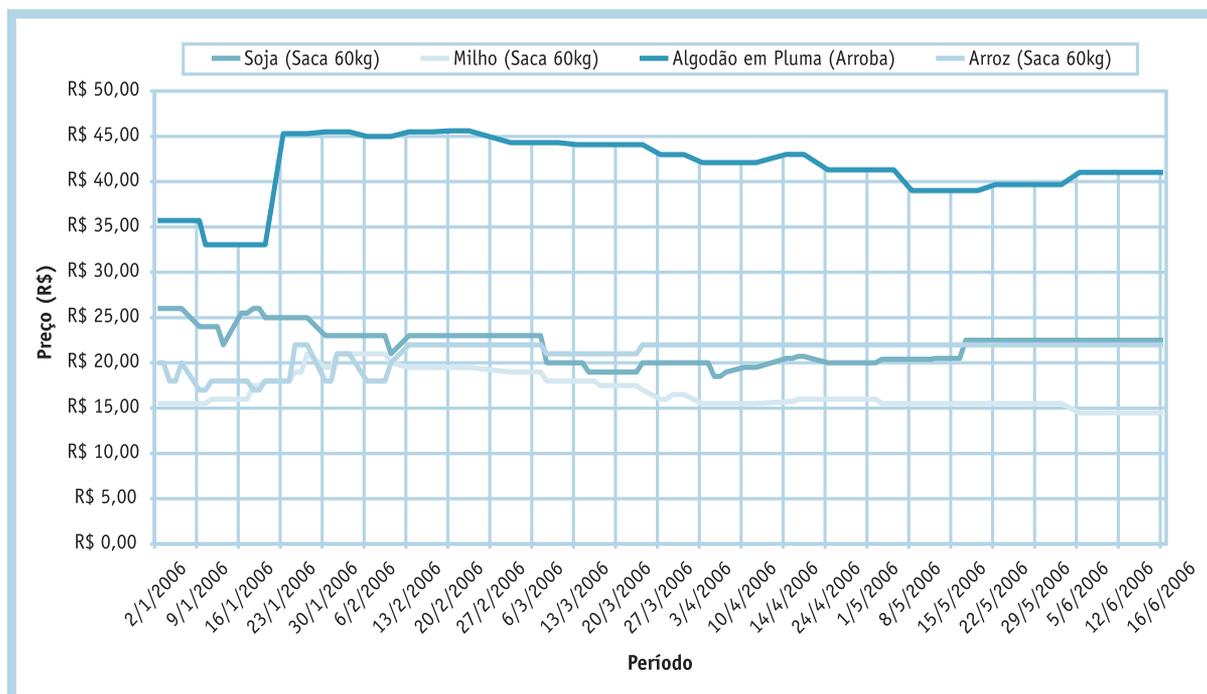
**Gráfico 11 – Evolução do preço da soja, em reais, no ano de 2006 até dia 19/06/2006**

Fonte: CEPEA (2006).

Em relação ao comportamento dos preços das principais *commodities* no Nordeste, observando a praça de Barreiras-BA a partir de fevereiro de 2006, percebe-se certa estabilidade, conforme observado no Gráfico 12. O arroz iniciou o ano cotado a R\$ 20,00/saca de 60kg e se estabilizando a partir de fevereiro ao preço de R\$ 22,00, valorização resultante da intervenção do governo, da retração da oferta e da desvalorização do real frente ao dólar. No caso do algodão, observou-se recuperação nos preços em fevereiro, porém não se firmando, com quedas constantes. Em fevereiro, o preço situou-se em R\$ 45,30/@, caindo para R\$ 41,03/@, em junho, diferença de -9,4%. O preço da soja apresentou comportamento mais estável, iniciando o ano a R\$ 26,00, fechando até meados de junho a R\$ 22,50, diferença de -13,5%. O preço do milho, apesar da recuperação em fevereiro, não se firmou e fechou em meados de junho a R\$ 14,50, valor 6,5% inferior ao observado no início do ano, de R\$ 15,50. Apesar disto, espera-se recuperação no preço do milho, em virtude dos baixos estoques internos (CONAB, 2006d) (Gráfico 12).

O primeiro levantamento da CONAB (2006b) para a safra 2006/2007 da cana-de-açúcar, divulgado em maio de 2006, apresentou produção de 469,82 milhões de toneladas, 8,9% superior à safra anterior, que foi de 431,41 milhões de toneladas (Tabela 27). O Centro-Sul do País é responsável por 86,8% da produção nacional, mais concentrado no Estado de São Paulo (60,1% – 282,22 milhões de toneladas). A região Nordeste representa 12,9% da produção nacional (60,61 milhões de toneladas), sendo que Alagoas e Pernambuco representam 70,2% desta produção. Esta estimativa maior de produção está relacionada tanto ao aumento da área, na ordem de 5,4%, quanto de produtividade da lavoura, de 3,4%. Os preços atrativos para o açúcar e o álcool têm motivado os produtores a expandirem suas áreas a investirem em tecnologia para obter em ganhos de produtividade.

Da safra 2006/2007, praticamente metade da cana-de-açúcar se destinará a produção de açúcar, com 50,5% (237,13 milhões de toneladas).



**Gráfico 12 – Variação nos preços das principais *commodities* produzidas no Nordeste, Praça de Barreiras, no ano de 2006 até Dia 19/06/2006.**

Fonte: SEAGRI-BA (2006). Elaboração do autor.

O restante distribui-se em álcool (39,6% – 186,26 milhões de toneladas) e outros produtos fora do setor sucro-alcooleiro (9,9% – 46,4 milhões de toneladas). No Nordeste, o percentual

de cana destinada à produção de açúcar é ainda maior, de 59,8%; a produção de álcool consome 25,4% enquanto outros produtos, 14,7%, segundo dados da CONAB (2006b) (Tabela 27).

**Tabela 27 – Cana-de-açúcar: comparativo de área, produtividade e produção. Safras 2005/2006 e 2006/2007**

REGIÃO/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em milt)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	VAR. %	Safra 05/06	Safra 06/07	VAR. %	Safra 05/06	Safra 06/07	VAR. %
<b>NORTE</b>	<b>18,6</b>	<b>22,6</b>	<b>21,40</b>	<b>57.633</b>	<b>69.704</b>	<b>20,90</b>	<b>1.073,7</b>	<b>1.576,7</b>	<b>46,80</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>1.077,4</b>	<b>1.119,0</b>	<b>3,90</b>	<b>52.534</b>	<b>54.162</b>	<b>3,10</b>	<b>56.599,6</b>	<b>60.608,6</b>	<b>7,10</b>
MA	31,8	39,6	24,80	62.043	62.500	0,70	1.969,9	2.476,3	25,70
PI	10,0	13,2	32,00	61.400	63.494	3,40	614,0	838,1	36,50
CE	35,1	29,5	-16,00	50.520	52.606	4,10	1.773,3	1.550,8	-12,50
RN	50,6	54,8	8,20	52.130	52.780	1,20	2.637,8	2.889,7	9,50
PB	105,6	113,6	7,60	45.120	46.350	2,70	4.765,1	5.267,2	10,50
PE	362,4	381,3	5,20	46.750	49.800	6,50	16.943,6	18.987,7	12,10
AL	402,1	404,5	0,60	57.475	58.300	1,40	23.110,7	23.582,9	2,00
SE	24,8	24,8	0,00	57.158	57.180	0,00	1.417,5	1.418,1	0,00
BA	55,0	57,8	5,00	61.230	62.300	1,70	3.367,7	3.597,8	6,80
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>546,9</b>	<b>612,7</b>	<b>12,00</b>	<b>70.953</b>	<b>73.161</b>	<b>3,10</b>	<b>38.807,1</b>	<b>44.825,1</b>	<b>15,50</b>
<b>SUDESTE</b>	<b>3.737,3</b>	<b>3.883,3</b>	<b>3,90</b>	<b>81.588</b>	<b>83.926</b>	<b>2,90</b>	<b>304.920,2</b>	<b>325.907,4</b>	<b>6,90</b>
MG	357,1	417,0	16,80	77.180	77.300	0,20	27.557,1	32.236,4	17,00
ES	64,4	63,4	-1,60	65.871	63.472	-3,60	4.243,4	4.023,5	-5,20
RJ	169,2	165,0	-2,50	44.770	45.000	0,50	7.576,4	7.425,0	-2,00
SP	3.146,6	3.237,9	2,90	84.390	87.163	3,30	265.543,3	282.222,5	6,30
<b>SUL</b>	<b>460,1</b>	<b>515,7</b>	<b>12,10</b>	<b>65.237</b>	<b>71.571</b>	<b>9,70</b>	<b>30.012,8</b>	<b>36.905,8</b>	<b>23,00</b>
<b>NORTE/NORDESTE</b>	<b>1.096,0</b>	<b>1.141,7</b>	<b>4,20</b>	<b>52.621</b>	<b>54.470</b>	<b>3,50</b>	<b>57.673,3</b>	<b>62.185,3</b>	<b>7,80</b>
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>4.744,3</b>	<b>5.011,6</b>	<b>5,60</b>	<b>78.776</b>	<b>81.338</b>	<b>3,30</b>	<b>373.740,1</b>	<b>407.638,3</b>	<b>9,10</b>
<b>BRASIL</b>	<b>5.840,3</b>	<b>6.153,3</b>	<b>5,40</b>	<b>73.868</b>	<b>76.353</b>	<b>3,40</b>	<b>431.413,4</b>	<b>469.823,6</b>	<b>8,90</b>

Fonte: CONAB (2006b).

## 3.6.2 - Pecuária

Em edição anterior, esta BNB-Conjuntura Econômica chamou a atenção para as consequências econômicas da negligência no combate à febre aftosa experimentadas pelo Brasil a partir de outubro/2005, com o cancelamento de importações por parte dos nossos principais compradores (BNB, 2006). O Nordeste tem uma participação estimada em 12,5% do rebanho bovino nacional (Tabela 28) e conta com algumas microrregiões vocacionadas para a produção pecuária.

Apesar disso, com exceção do Estado da Bahia, encontrava-se em um *status* sanitário comparativamente inferior aos demais Estados

do Brasil, mas as últimas notícias dão conta de que a região está se esforçando no combate àquela doença.

O Ceará, cujo rebanho bovino foi estimado em 2,3 milhões de animais, noticiou ter vacinado, na primeira etapa da campanha de vacinação contra a aftosa, em 2006, 93,16%, índice superior ao registrado nas duas fases da campanha realizadas em 2005, cabendo destacar que, em 2003, esse índice era menor que 10%. Do total de 184 municípios cearenses, 88 deles (47,8%) vacinaram a totalidade do seu rebanho e 174 vacinaram mais de 80%.

**Tabela 28 – Nordeste: efetivo do rebanho bovino, por Estado, de 2001 a 2005. Mil cabeças**

UF	Ano				Tx. Cresc.	2005 (*)	Participação (%)
	2001	2002	2003	2004	2001/04		
<b>Brasil</b>	176.388,70	185.348,80	195.551,60	204.512,70	5,055	214.850,70	100
<b>Nordeste</b>	23.414,00	23.892,20	24.992,20	25.966,50	3,509	26.877,70	12,51
<b>MA</b>	4.483,20	4.776,30	5.514,20	5.928,10	9,76	6.506,70	3,03
<b>PI</b>	1.791,80	1.804,50	1.818,20	1.830,60	0,717	1.843,70	0,86
<b>CE</b>	2.194,50	2.230,20	2.254,30	2.269,60	1,128	2.295,20	1,07
<b>RN</b>	788,3	839,4	885,4	942,7	6,142	1.000,60	0,47
<b>PR</b>	918,3	951,7	950,9	1.000,20	2,89	1.029,10	0,48
<b>PE</b>	1.672,60	1.754,40	1.701,70	1.705,40	0,649	1.716,50	0,8
<b>AL</b>	843,2	816,1	825,1	893,9	1,965	911,5	0,42
<b>SE</b>	866,2	863,4	895,9	929,8	2,389	952	0,44
<b>BA</b>	9.855,80	9.856,30	10.146,50	10.466,20	2,023	10.677,90	4,97

Fonte: IBGE (2006l).

Nota: (\*) Projetado com base na taxa de crescimento do período 2001/2004.

Com isso, e dado que desde 1997 não há registro de ocorrência de aftosa no Ceará, o Estado espera alcançar o *status* de Médio Risco, estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o controle da doença (AFTOSA..., 2006b).

O mesmo sucesso foi alcançado por Pernambuco, que concluiu a primeira etapa da vacinação em 30 de abril passado, envolvendo 95% do rebanho estadual. A cobertura vacinal de 2006 foi maior que a de 2005 (93%) mas esses índices de imunização são inéditos no Estado, posto que em 2003 a imunização do rebanho só alcançou 35%. O Estado identificará os criadores que não cumpriram com a vacinação obrigatória, por intermédio do cadastro da Agência Estadual de Defesa Agropecuária (Adagro) e adotará medidas duras contra eles: notificação, com 72 horas de prazo para vacinar o gado, sob vigilância de um técnico da Adagro e multa de R\$ 60. Os que não cumpri-

rem a determinação pagarão multa de R\$ 1,5 mil mais as despesas de vacinação e terão a propriedade fechada para quarentena por 15 dias. Na segunda fase de vacinação, a se realizar em agosto, o objetivo é imunizar 100% do rebanho, já que Pernambuco pretende encerrar 2006, classificado pelo Ministério da Agricultura, como área livre de febre aftosa com vacinação (AFTOSA..., 2006a).

Finalmente, o Maranhão, detentor do segundo maior rebanho bovino do Nordeste, também está perseguindo a obtenção de uma cobertura vacinal de 100%. Em 2003, esse índice era de 50,1%; em 2004, a média das campanhas de vacinação (duas, em maio e novembro) foi de 86% e, em 2005, de 93,1%. Desde 2001 não há registro de aftosa no Estado (MARANHÃO..., 2006).

Espera-se que, com esses exemplos, os demais Estados da região se organizem no sentido de alcançarem os seus congêneres mencionados.

### 3.6.3 - Agronegócio

Decorridos os meses de janeiro e fevereiro de 2006, a agropecuária brasileira ainda não mostrou sinais de recuperação (Tabela 29), mesmo após a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar

(R\$ 1,63 bilhão) se distribuirá pelos demais elos do agronegócio (insumos, transformação e distribuição agropecuários), ou seja, 76,2% da perda de renda prevista afetará as atividades pro-

entre dezembro e fevereiro (-5,4% em termos médios mensais), diminuindo uma das causas dos resultados ruins do ano passado (Tabela 29).

O PIB do agronegócio brasileiro já acumulou uma queda de 0,24% em 2006. O elo mais afetado no período foi o dos insumos (-0,80%), seguido pela produção agropecuária (na Tabela 29 identificada como segmento básico, -0,58%) e pela distribuição (-0,18%). A indústria de transformação dos produtos agropecuários foi o único elo do agronegócio cujo PIB teve variação positiva (+0,14%). A ordem e o sentido das variações de 2006 foram exatamente os mesmos do ano de 2005. Esses desempenhos determinam variações acumuladas nos últimos doze meses de -5,18% para o agronegócio como um todo (-9,76% para a produção; -10,75% para os insumos; -0,69% para a indústria e -4,05% para a distribuição).

Os elos dos insumos e da produção agrícola foram mais afetados do que os seus correspondentes na pecuária (Gráfico 13).

Enquanto o PIB dos insumos agrícolas caiu 1,24%, o dos insumos pecuários diminuiu 0,15%; o produto agrícola caiu 0,85% contra 0,24% do produto pecuário. A comparação dos PIB dos demais segmentos é favorável à agricultura, especialmente no segmento industrial: o produto da "indústria agrícola" cresceu 0,26% enquanto o da "indústria pecuária" diminuiu 0,56% nos dois primeiros meses do ano de 2006.

Esses desempenhos, anualizados, permitem prever que o PIB do agronegócio brasileiro passará de R\$ 537,63 bilhões em 2005, para R\$ 530,77 bilhões em 2006, com uma perda de renda de R\$ 6,86 bilhões. As perdas da agricultura (R\$ 4,25 bilhões) seriam quase 4,4 vezes as da pecuária (R\$ 0,97 bilhão) (Tabela 30) (Gráfico 14).

Dado que as perdas desses dois segmentos totalizam R\$ 5,23 bilhões, infere-se que a diferen-

das do campo enquanto que os demais 23,8% abater-se-ão sobre os segmentos urbanos do agronegócio, o que pode contribuir para a ampliação das desigualdades espaciais de renda.

O faturamento de quatorze dos vinte e seis produtos agropecuários acompanhados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) caiu de 2005 para 2006, provocando uma redução geral do Valor Bruto da Produção Agropecuária em 2,2% (Tabela 31). Esse resultado foi determinado especialmente pelo faturamento pecuário, que caiu 6,8%, uma vez que as receitas agrícolas de onze dos vinte produtos acompanhados aumentaram (no agregado, o VBP agrícola cresceu 1,1%).

As maiores reduções absolutas de faturamento, dentre os produtos agrícolas foram da soja (R\$ 2,4 bilhões); arroz (R\$ 2,2 bilhões); algodão (R\$ 1,3 bilhão) e uva (R\$ 1,2 bilhão). Os maiores aumentos foram registrados para café (R\$ 2,3 bilhões), laranja (R\$ 2,0 bilhões), cana-de-açúcar (R\$ 1,8 bilhão) e milho (R\$ 1,1 bilhão). Dentre os produtos pecuários, a maior perda de VBP foi da carne bovina (R\$ 3,1 bilhões) (Tabela 31).

A estimativa do Valor Bruto da Produção do Nordeste para 2006, constante da Tabela 32, foi feita com a utilização das quantidades informadas pelo IBGE no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de maio/2006 (IBGE, 2006e), e dos preços das diversas fontes informadas, uma vez que a divulgação da Produção Agrícola Municipal (PAM) 2005, de onde vimos utilizando os preços e quantidade para a maioria dos produtos, está prometida por aquele Instituto somente para dezembro/2006.

A participação do VBP do Nordeste passaria de 8,7% em 2005 para 9,4%, mercê de aumentos nas participações de todos os segmentos acompanhados, tanto da agricultura (lavoura temporária – de 7,3% para 8,3% – e lavoura permanente – de 10,4% para 10,5%) quanto da

**Tabela 29 – Brasil: PIB do agronegócio. Taxas de crescimento mensal. 2005-2006 (%)**

AGROPECUÁRIA					
Meses	Básico (A)	Agronegócio Global (B)	Insumos	Indústria	Distribuição
Março	-1,0094	-0,2381	-0,5282	0,294	-0,0534
Abril	-0,9382	-0,0852	-0,6123	0,5855	0,1018
Maio	-1,3559	-0,2597	-1,0602	0,6663	-0,0542
Junho	-1,3756	-0,4727	-1,4754	0,4002	-0,314
Julho	-0,9934	-0,5053	-1,1676	0,0622	-0,4834
Agosto	-1,1351	-0,61	-1,2289	-0,0863	-0,5385
Setembro	-1,1131	-0,8498	-1,3924	-0,5613	-0,7688
Outubro	-0,8033	-0,3762	-1,1709	0,0278	-0,2102
Novembro	-0,4507	-0,8531	-1,2079	-1,1223	-0,7661
Dezembro	-0,4624	-0,811	-0,656	-1,0759	-0,8508
<b>Acum. 2005</b>	<b>-9,7891</b>	<b>-4,6578</b>	<b>-10,1601</b>	<b>0,1301</b>	<b>-3,3326</b>
Janeiro	-0,3479	-0,1564	-0,4544	0,0472	-0,1229
Fevereiro	-0,2326	-0,0817	-0,352	0,0927	-0,0581
<b>Acum. 2006</b>	<b>-0,5797</b>	<b>-0,2379</b>	<b>-0,8048</b>	<b>0,1399</b>	<b>-0,181</b>
AGRICULTURA					
Meses	Básico (C)	Agronegócio Global (D)	Insumos	Indústria	Distribuição
Março	-1,7166	-0,3817	-0,9011	0,3006	-0,1443
Abril	-1,6022	-0,1857	-0,9906	0,6096	0,0404
Maio	-2,1883	-0,3428	-1,6557	0,7512	-0,0662
Junho	-2,3271	-0,612	-2,23	0,4866	-0,3726
Julho	-1,5068	-0,5452	-1,6336	0,1539	-0,4811
Agosto	-1,8165	-0,7122	-1,8269	-0,0187	-0,5625
Setembro	-1,8897	-1,0717	-2,0515	-0,5656	-0,9198
Outubro	-1,5467	-0,5355	-1,8812	0,0515	-0,2752
Novembro	-0,9134	-1,1436	-1,8837	-1,2175	-0,98
Dezembro	-0,1009	-0,7125	-0,7114	-1,032	-0,6778
<b>Acum. 2005</b>	<b>-15,4612</b>	<b>-5,778</b>	<b>-15,0618</b>	<b>0,5165</b>	<b>-3,758</b>
Janeiro	-0,5601	-0,1561	-0,7124	0,0985	-0,0758
Fevereiro	-0,2911	-0,0246	-0,533	0,1608	0,0441
<b>Acum. 2006</b>	<b>-0,8496</b>	<b>-0,1806</b>	<b>-1,2416</b>	<b>0,2594</b>	<b>-0,0317</b>
PECUÁRIA					
Meses	Básico (E)	Agronegócio Global (F)	Insumos	Indústria	Distribuição
Março	0,0147	0,116	0,1134	0,2562	0,1584
Abril	0,0065	0,1613	0,0319	0,4476	0,2442
Maio	-0,1907	-0,0565	-0,0564	0,1791	-0,0265
Junho	-0,0702	-0,1331	-0,2239	-0,0988	-0,1784
Julho	-0,3049	-0,4087	-0,4104	-0,4707	-0,4887
Agosto	-0,2323	-0,3623	-0,2689	-0,4816	-0,4829
Setembro	-0,1007	-0,314	-0,3508	-0,5357	-0,4201
Outubro	0,1487	0,0058	-0,0676	-0,1108	-0,0607
Novembro	0,1317	-0,1609	-0,1774	-0,5627	-0,2758
Dezembro	-0,9127	-1,0434	-0,573	-1,3323	-1,244
<b>Acum. 2005</b>	<b>-1,4886</b>	<b>-1,8958</b>	<b>-1,6659</b>	<b>-2,0748</b>	<b>-2,3447</b>
Janeiro	-0,0815	-0,1571	-0,0684	-0,2528	-0,2308
Fevereiro	-0,1595	-0,2168	-0,0827	-0,3077	-0,2926
<b>Acum. 2006</b>	<b>-0,2409</b>	<b>-0,3736</b>	<b>-0,1511</b>	<b>-0,5597</b>	<b>-0,5227</b>

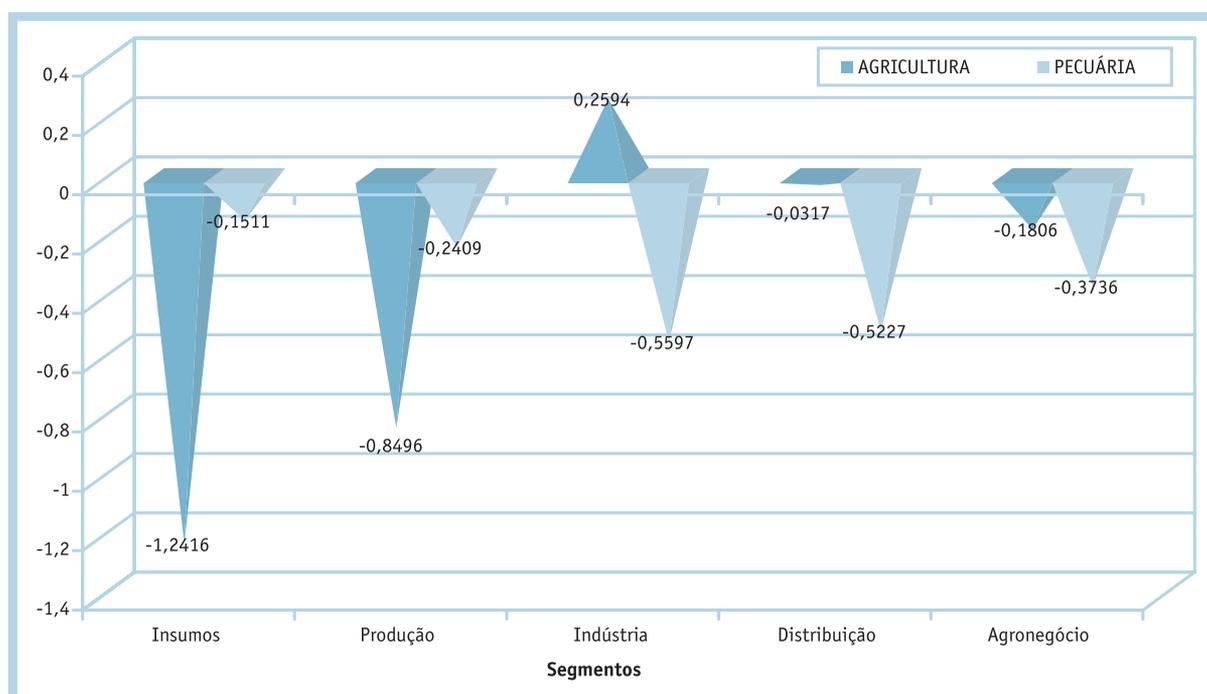
Fonte: CNA (2006a; 2006b).

Notas: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária; (C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária; e, (F) todo o agronegócio da pecuária.

**Tabela 30 – Brasil: PIB da agropecuária e do agronegócio em 2005 e 2006.(R\$ bilhões a preços de 2005)**

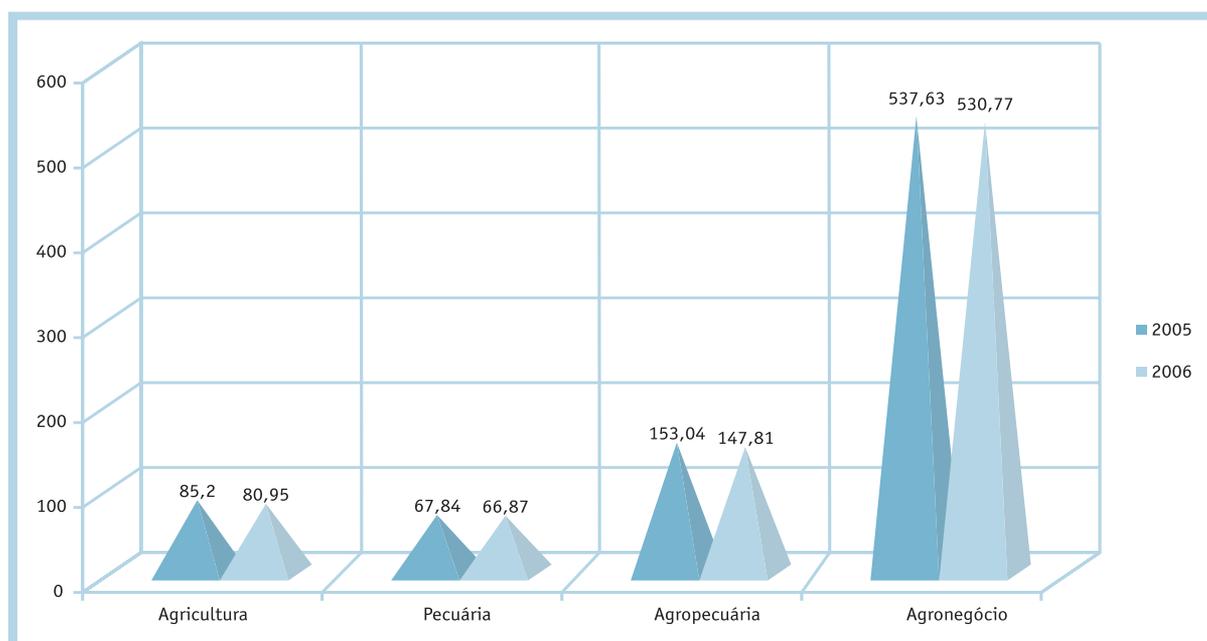
Atividades	Anos		Variação 2005/2006	
	2005	2006	(%)	Abs.
Agricultura	85,2	80,95	-4,99	-4,25
Pecuária	67,84	66,87	-1,43	-0,97
Agropecuária	153,04	147,81	-3,42	-5,23
Agronegócio	537,63	530,77	-1,28	-6,86

Fonte: CNA (2006b).



**Gráfico 13 – PIB da agricultura e da agropecuária. Acumulada de janeiro a fevereiro/2006. (Variação %)**

Fonte: CNA (2006b).



**Gráfico 14 – PIB da agropecuária e do agronegócio: R\$ bilhões de 2005**

Fonte: CNA (2006b).

**Tabela 31 – Brasil: valor bruto da produção agropecuária brasileira (VBP) - 2005 e 2006**

Produtos	Produção			Preços Médios Reais (base Dezembro/2005, pelo IGP-DI)			Valor Bruto da Produção (VBP) R\$ milhões		
	Unidade	2005	2006	Unidade	2005	2006	2005	2006	Var. %
<b>Agrícolas</b>							101.550,90	102.686,80	1,1
Algodão em Carço (1)	mil t	3.427	2.774	kg	1,14	0,94	3.900,70	2.607,70	-33,1
Amendoim (1)	mil t	302	284	kg	1,11	0,89	334,20	252,40	-24,5
Arroz (1)	mil t	13.228	11.737	kg	0,57	0,45	7.527,30	5.281,80	-29,8
Banana (2)	milhões de cachos de 10 dúzias	705	709	dúzia	0,6	0,62	4.227,10	4.397,10	4,0
Batata-inglesa	mil t	3.128	3.034	kg	0,61	0,78	1.907,50	2.366,20	24,0
Cacau (em amêndoa)	mil t	236	235	15 kg	66,51	48,31	1.046,40	756,9	-27,7
Café beneficiado	mil sacas de 60kg	32.944	40.618	60 kg	289	291,5	9.520,90	11.840,10	24,4
Cana-de-açúcar	mil t	422.926	444.932	t	31,43	33,97	13.292,80	15.114,40	13,7
Cebola	mil t	1.099	1.135	kg	0,63	0,56	692,3	635,6	-8,2
Feijão	mil t	3.046	3.357	kg	1,26	1,29	3.837,70	4.330,10	12,8
Fumo	mil t	894	902	kg	4,25	4,7	3.797,50	4.238,50	11,6
Laranja	milhões de caixas	438	445	cx	6,99	11,32	3.062,30	5.042,70	64,7
Mamona	mil t	210	116	kg	0,82	0,59	172,7	68,5	-60,3
Mandioca	mil t	25.725	27.634	t	179,82	168,07	4.626,00	4.644,40	0,4
Milho	mil t	35.007	40.834	kg	0,28	0,27	9.960,50	11.025,20	10,7
Sisal	mil t	207	224	kg	0,93	1,01	193,5	226,6	17,1
Soja	mil t	51.452	55.232	kg	0,52	0,44	26.665,20	24.302,00	-8,9
Tomate	mil t	3.397	3.319	kg	0,79	0,95	2.692,40	3.153,50	17,1
Trigo	mil t	5.846	4.873	kg	0,36	0,32	2.079,20	1.559,40	-25,0
Uva	mil t	1.247	1.205	kg	1,62	0,7	2.014,80	843,7	-58,1
<b>Pecuários</b>							<b>73.591,20</b>	<b>68.566,80</b>	<b>-6,8</b>
Carne bovina, eq.cab	mil t	8.750	8.900	15 kg	56,21	50,08	32.786,30	29.714,10	-9,4
Frango	mil t	9.297	9.895	kg	1,89	1,74	17.572,50	17.217,30	-2,0
Leite	milhões de litros	25.000	25.750	litro	0,51	0,46	12.702,30	11.845,00	-6,7
Ovos	mil cx de 30 dúzias	68.442	72.284	dúzia	1,42	1,39	3.234,10	3.339,50	3,3
Suínos	mil t	2.708	2.885	15 kg	40,41	33,54	7.296,00	6.450,90	-11,6
<b>Total</b>							<b>175.142,10</b>	<b>171.253,70</b>	<b>-2,2</b>

Fonte: CNA (2006b).

Notas: (1) Conab; (2) IBGE; (3) CNA; (4) UBA/ABEF; (5) ABIPECS; (6) IEA-ESALQ/CEPEA-IBGE.

pecuária (de 10,5% para 10,9%). O VBP regional em 2006 está estimado em R\$ 26,5 bilhões, contra R\$ 26,1 bilhões em 2005. Entre os produtos agrícolas, predominou uma tendência de redução dos preços e aumento das quantidades de 2005 para 2006; mas os aumentos de

quantidade se verificaram entre os produtos de maior participação, resultando no crescimento da participação do Nordeste no VBP nacional. Entre os produtos pecuários, houve também crescimento nas quantidades estimadas e redução dos preços, mas o resultado final foi positivo (Tabela 32). ●

**Tabela 32 – Valor bruto da produção (VBP) agropecuária Brasileira e Nordestina – 2005 e 2006 (a preços de dezembro/2005)**

Produto	Unidade	Quantidade		Preço		Valor da Produção	
		2005	2006	2005	2006	2005	2006
<b>Lavoura Temporária</b>							
<b>Brasil</b>						<b>163.300.671</b>	<b>148.416.197</b>
<b>Nordeste</b>						<b>11.924.206</b>	<b>12.254.758</b>
Cana-de-açúcar	Tonelada	60.446.583	63.136.394	0,03	0,04	2.090.103	2.254.522
Feijão (em grão)	Tonelada	948.944	1.164.512	1,39	1,52	1.323.770	1.766.618
Mandioca	Tonelada	9.597.247	9.660.098	0,17	0,16	1.619.137	1.577.560
Soja (em grão)	Tonelada	3.957.654	3.564.988	0,43	0,42	1.714.070	1.498.964
Milho (em grão)	Tonelada	3.003.756	3.369.017	0,41	0,42	1.240.426	1.416.564
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	890.563	895.708	1,13	1,05	1.004.627	943.783
Arroz (em casca)	Tonelada	1.203.169	1.153.543	0,62	0,60	751.347	692.897
Abacaxi	Mil frutos	658.317	697.829	0,73	0,74	477.408	519.298
Tomate	Tonelada	513.271	504.476	1,00	0,96	511.805	483.033
Melão	Tonelada	320.819	320.819	0,85	0,85	271.161	271.161
Batata - inglesa	Tonelada	180.344	232.450	0,96	0,86	172.563	198.966
Cebola	Tonelada	219.535	238.048	1,04	0,76	227.753	179.927
Melancia	Tonelada	517.452	517.452	0,26	0,26	133.784	133.784
Fumo (em folha)	Tonelada	31.163	31.397	2,80	2,80	87.258	87.852
Mamona (baga)	Tonelada	157.433	103.729	0,80	0,67	125.269	69.403
Batata - doce	Tonelada	189.144	189.144	0,36	0,36	69.030	69.030
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	185.210	139.923	0,31	0,31	57.268	43.265
Fava (em grão)	Tonelada	13.115	13.115	1,56	1,56	20.508	20.508
Alho	Tonelada	7.497	7.333	2,06	2,06	15.432	15.094
Amendoim (em casca)	Tonelada	10.459	12.719	1,00	0,91	10.429	11.524
Trigo (em grão)	Tonelada	3.715	3.715	0,28	0,27	1.057	1.003
<b>Lavoura Permanente</b>							
<b>Brasil</b>						<b>50.321.009</b>	<b>51.640.785</b>
<b>Nordeste</b>						<b>5.253.495</b>	<b>5.425.335</b>
Banana	Tonelada	2.320.158	2.641.805	0,41	0,39	945.887	1.022.127
Uva	Tonelada	237.609	244.297	3,22	3,06	765.835	748.382
Mamão	Tonelada	890.862	890.862	0,73	0,72	647.742	638.568
Côco-da-baía	Mil frutos	1.448.839	1.396.893	0,40	0,41	583.717	576.861
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	134.780	164.568	3,64	3,21	490.066	528.413
Laranja	Tonelada	1.586.585	1.639.600	0,29	0,29	467.061	482.191
Manga	Tonelada	610.177	610.177	0,70	0,57	427.753	348.189
Castanha-de-caju	Tonelada	182.632	253.886	1,30	1,30	237.930	330.759
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	199.322	223.986	0,93	1,01	184.699	225.917
Maracujá	Tonelada	209.401	209.401	1,00	0,96	209.751	201.948
Goiaba	Tonelada	216.445	216.445	0,45	0,45	98.436	98.436
Limão	Tonelada	75.217	75.217	0,81	0,91	60.724	68.223
Tangerina	Tonelada	40.651	40.651	0,62	1,04	25.055	42.324
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	23.975	23.975	1,49	1,49	35.660	35.660
Dendê (côco)	Tonelada	171.044	171.044	0,18	0,18	31.145	31.145
Pimenta-do-reino	Tonelada	3.489	3.893	4,79	4,79	16.727	18.664
Abacate	Tonelada	9.074	9.074	0,81	0,80	7.349	7.245
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	2.902	5.058	1,29	1,29	3.734	6.509
Urucum (semente)	Tonelada	3.586	3.586	1,34	1,34	4.790	4.790
Palmito	Tonelada	1.698	1.698	2,69	2,69	4.565	4.565
Café (beneficiado)	Tonelada	135.040	167.727	0,01	0,01	1.372	2.180
Guaraná (semente)	Tonelada	2.350	1.403	1,33	1,33	3.115	1.859
Marmelo	Tonelada	70	70	3,52	3,52	246	246
Caqui	Tonelada	55	55	2,44	2,44	134	134
<b>Agricultura (lavoura temporária + permanente)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>213.621.680</b>	<b>200.056.982</b>
<b>Nordeste</b>						<b>17.177.701</b>	<b>17.680.093</b>
<b>Pecuária</b>							
<b>Brasil</b>						<b>84.835.599</b>	<b>80.179.161</b>
<b>Nordeste</b>						<b>8.879.644</b>	<b>8.777.008</b>
Leite (milhões de litros)	milhões de litros	4.033,1	4.259,5	1,42	1,39	5.717.334	5.903.634
Carne bovina (tonelada)	Tonelada	745.071,4	757.844,1	3,75	3,34	2.791.787	2.530.189
Frango (tonelada)	Tonelada	313.983,6	323.403,2	0,51	0,46	159.533	148.766
Suínos (tonelada)	Tonelada	47.760,1	50.881,8	2,69	2,24	128.677	113.772
Ovos (mil cx. De 30 dúzias)	mil cx. de 30 dúzias	1.451,6	1.545,0	1,89	1,74	82.313	80.649
<b>Agropecuária (agricultura + pecuária)</b>							
<b>Brasil</b>						<b>298.457.278</b>	<b>280.236.143</b>
<b>Nordeste</b>						<b>26.057.345</b>	<b>26.457.101</b>
<b>Relações Nordeste/Brasil</b>							
Lavoura temporária (a)						7,3	8,3
Lavoura permanente (b)						10,4	10,5
Agricultura (c = a + b)						8,0	8,8
Pecuária (d)						10,5	11,0
Agropecuária (c + d)						8,7	9,4

Fonte: CNA (2006b) e IBGE (2006e).

Notas: (1) Sorgo; alho; amendoim; batata-doce; aveia; cevada; mamona; fava; ervilha; malva; linho; centeio, rami e juta.

(2) Dendê; abacate, palmito, figo, urucum, pêra, guaraná, chá-da-índia, noz, algodão arbóreo, marmelo e tungue.



# 4 - EMPREGO E RENDIMENTO

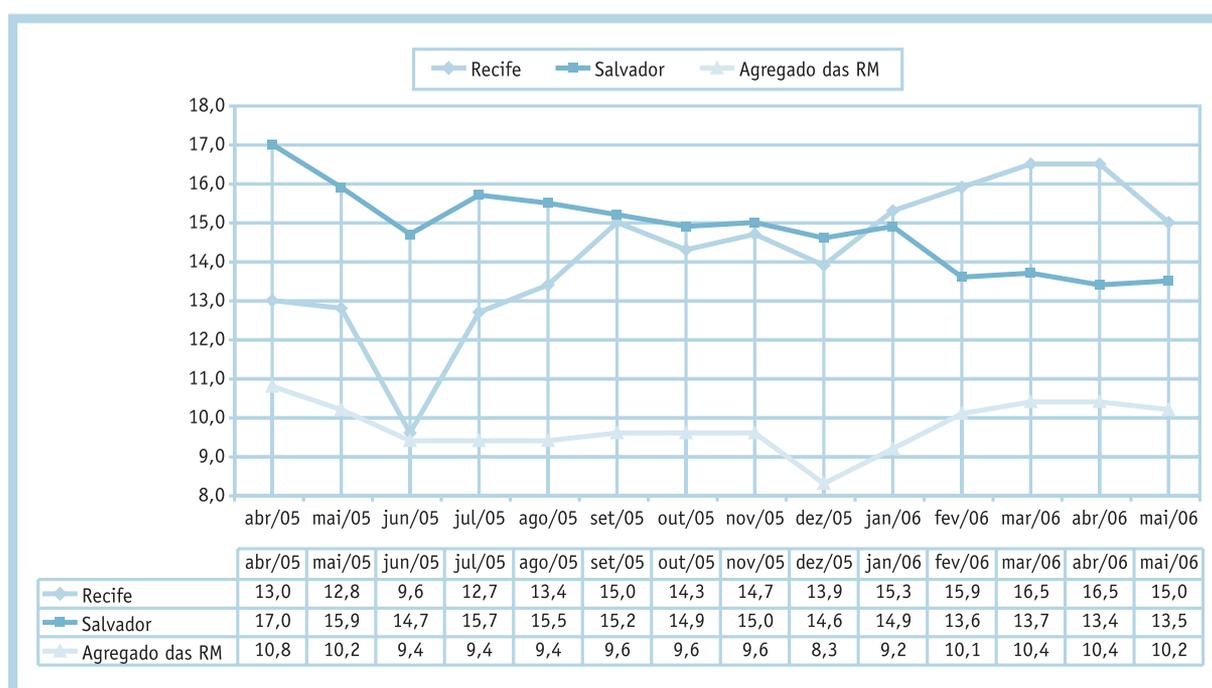
## 4.1 - Emprego

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de maio, do IBGE (2006i), assinalou que a taxa de desocupação<sup>13</sup>, no agregado das regiões pesquisadas, teve um ligeiro recuo, passando de 10,4% em abril para 10,2% em maio, revertendo a trajetória ascendente observada no primeiro trimestre de 2006. Na comparação com maio de 2005, o quadro foi de estabilidade (Gráfico 15).

O número de pessoas exercendo algum trabalho estimado pela PME foi de 22,2 milhões

em maio de 2006, significando estabilidade nas duas bases de comparação. O mesmo quadro de estabilidade foi constatado no número de pessoas desocupadas (Gráfico 16).

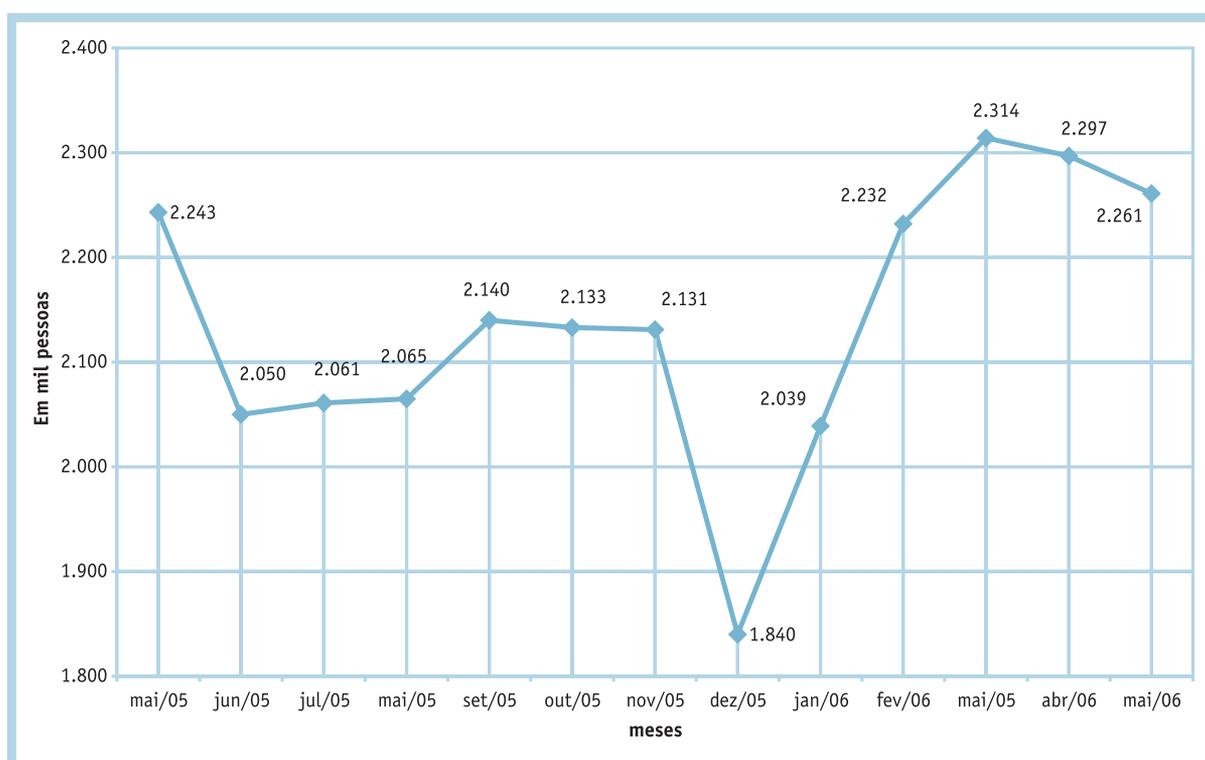
As regiões nordestinas pesquisadas assinalaram trajetórias distintas no que se refere ao comportamento da taxa de desocupação. Em Recife, a PME constatou uma queda na taxa de desocupação que passou de 16,5%, em abril para 15,0% em maio. Apesar do recuo, Recife continua a exi-



**Gráfico 15 – Taxa de desocupação para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (abr.05/mai.06)**

Fonte: IBGE (2006i). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

<sup>13</sup> Relação entre desocupados procurando trabalho e população economicamente ativa.



**Gráfico 16 – População desocupada total (em mil pessoas)**

Fonte: IBGE (2006i).

bir a maior taxa entre as regiões pesquisadas. Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior, constatou-se um aumento de 2,2 pontos percentuais na taxa de desocupação.

A população ocupada em Recife foi de 1.308 mil pessoas, apresentando estabilidade em relação ao mês anterior e na comparação com maio de 2005. Desse total, 56,7% corresponde à população masculina e 43,3% à feminina. Com relação ao tempo de permanência no trabalho, a PME observou que 67,0% dos trabalhadores já estavam empregados há pelo menos 2 anos (Tabela 33).

Já o contingente de desocupados em maio deste ano ficou em 231 mil – recuo de 9,0% em relação ao mês anterior. Em contraposição, constatou-se um incremento de 21,3% no total de pessoas desocupadas no confronto com maio de 2005.

O maior percentual no contingente de desocupados encontra-se entre as mulheres que representou 52,2% do total. De acordo com a faixa etária, observou-se uma participação mais

significativa para as pessoas entre 25 e 49 anos (52,1%), enquanto 36,5% tinham de 18 a 24 anos. A população desocupada com 50 anos ou mais representava somente 5,6% do total.

Em Salvador, a taxa de desocupação manteve-se estável na comparação com o mês anterior e no confronto com igual mês do ano passado, observou-se um recuo de 2,4 pontos percentuais.

A população ocupada na região metropolitana de Salvador foi estimada em 1.385 mil pessoas, sendo 53,7% do sexo masculino e 46,3% do sexo feminino. Esse resultado significou estabilidade na comparação com abril/2006 e no confronto com maio/2005. O percentual da população ocupada há pelo menos dois anos no trabalho alcançou 67,1% em maio – recuo de 1,1 ponto percentual em relação a abril (Tabela 34).

No que tange às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, as informações das seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE revelam que todas as categorias

**Tabela 33 – População ocupada na Região Metropolitana de Recife (%) maio/2006**

Mês de Maio	2004	2005	2006
<b>Sexo</b>			
Masculino	58,0	56,8	56,7
Feminino	42,0	43,2	43,3
<b>Faixa Etária</b>			
10 a 14 anos	0,6	0,1	0,7
15 a 17 anos	1,9	1,2	1,8
18 a 24 anos	16,8	15,5	15,5
25 a 49 anos	64,8	67,2	65,0
50 anos ou mais	15,9	16,0	17,0
<b>Anos de Estudo</b>			
Sem instruções e menos de 1 ano	4,6	3,9	3,6
1 a 3 anos	6,8	6,5	6,9
4 a 7 anos	24,4	23,2	22,2
8 a 10anos	16,3	15,7	16,5
11 anos ou mais	47,4	50,3	50,1
Anos intermediários	0,4	0,3	0,7
<b>Tamanho do Empreendimento</b>			
1 a 5 pessoas	43,0	42,1	43,4
6 a 10 pessoas	5,8	6,3	7,6
11 ou mais pessoas	51,2	51,6	49,0
<b>Tempo de Permanência no Trabalho</b>			
Até 30 dias	3,0	1,9	4,1
De 31 dias a menos de 1 ano	18,6	18,4	20,1
De 1 ano a menos de 2 anos	9,2	9,8	8,8
2 anos ou mais	69,3	69,9	67,0

Fonte: IBGE (2006i).

**Tabela 34 – População ocupada na Região Metropolitana de Salvador (%) maio/2006**

Mês de Maio	2004	2005	2006
<b>Sexo</b>			
Masculino	56,0	54,9	53,7
Feminino	44,0	45,1	46,3
<b>Faixa Etária</b>			
10 a 14 anos	0,4	0,6	0,6
15 a 17 anos	1,5	1,7	1,7
18 a 24 anos	17,7	16,2	15,6
25 a 49 anos	65,9	66,1	66,1
50 anos ou mais	14,5	15,5	16,1
<b>Anos de Estudo</b>			
Sem instruções e menos de 1 ano	3,8	3,2	2,3
1 a 3 anos	6,3	7,1	6,2
4 a 7 anos	19,7	20,8	19,9
8 a 10anos	18,9	18,1	18,8
11 anos ou mais	51,1	50,6	52,6
Anos intermediários	0,3	0,2	0,2
<b>Tamanho do Empreendimento</b>			
1 a 5 pessoas	40,4	41,0	41,7
6 a 10 pessoas	5,9	5,6	6,4
11 ou mais pessoas	53,8	53,4	51,9
<b>Tempo de Permanência no Trabalho</b>			
Até 30 dias	1,9	1,9	1,5
De 31 dias a menos de 1 ano	19,0	19,3	19,6
De 1 ano a menos de 2 anos	11,5	10,5	11,7
2 anos ou mais	67,6	68,2	67,1

Fonte: IBGE (2006i).

assinalaram estabilidade comparativamente a abril deste ano. Contudo, em relação a maio de 2005, constatou-se aumento de 3,8% dos empregados com carteira assinada no setor privado

– incremento de aproximadamente 303 mil trabalhadores. Já os trabalhadores sem carteira assinada do setor privado registraram uma queda de 6,8% nessa mesma base de comparação.

As regiões metropolitanas do Nordeste não apresentaram variação significativa no número de empregados com carteira assinada nos dois períodos em análise. Nas modalidades de inserção consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria), não houve alteração significativa em relação a abril deste ano para as regiões pesquisadas do Nordeste. Na comparação anual, entretanto, verificou-se um aumento importante dos “sem carteira” em Recife (14,8%) (Tabela 35).

No sentido de aumentar o número de trabalhadores “com carteira”, o governo editou a Medida Provisória nº 284, em 06 de março de 2006, incenti-

vando a formalização do emprego doméstico. Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2006a) revela que em 2004, o País possuía 6,5 milhões de empregados domésticos, sendo a maior contribuição da região Sudeste (3,1 milhões de trabalhadores), seguida pela região Nordeste (1,4 milhão) (Tabela 36).

Desse total, apenas 1,6 milhão de trabalhadores tinham registro em carteira – 25,8% do total. A região Norte apresenta o menor percentual de formalização dos trabalhadores domésticos (11,6%), enquanto as regiões Sudeste (32,3%) e Sul (30,3%) estão acima da média nacional (Tabela 37).

**Tabela 35 – Distribuição da população ocupada, por região metropolitana, segundo a posição ocupada (%)**

Distribuição da População Ocupada por Posição na Ocupação	TOTAL	REC	SAL	BH	RJ	SP	POA
Com carteira so setor privado	41,7	33,8	36,5	42,5	38,0	45,4	43,8
Sem carteira no setor privado	14,5	16,1	13,6	11,6	12,7	16,5	12,8
Conta própria	19,1	22,2	22,3	18,2	23,1	15,9	18,9
Empregador	5,1	4,5	4,2	5,4	4,9	5,5	4,7

Fonte: IBGE (2006i).

**Tabela 36 – Estimativa do número de ocupados no emprego doméstico. Brasil e grandes regiões - 2001 a 2004**

Brasil e Região Geográfica	Ano			
	2001	2002	2003	2004
Brasil	5.891.227	6.110.060	6.154.621	6.472.484
Norte	320.347	349.307	375.767	449.983
Nordeste	1.333.811	1.361.702	1.320.810	1.427.568
Sudeste	2.857.740	2.953.988	3.040.523	3.112.584
Sul	839.292	912.725	877.183	888.596
Centro-Oeste	537.781	528.553	539.428	593.753

Fonte: DIEESE (2006a).

**Tabela 37 – Proporção de trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada. Brasil e grandes regiões - 2001 a 2004**

Brasil e Região Geográfica	Ano			
	2001	2002	2003	2004
Brasil	26,1	25,8	27,1	25,8
Norte	12,0	10,3	10,6	11,6
Nordeste	15,7	13,8	15,0	14,6
Sudeste	32,5	32,4	33,6	32,3
Sul	29,8	31,2	31,0	30,3
Centro-Oeste	19,9	20,7	24,9	23,1

Fonte: DIEESE (2006a).

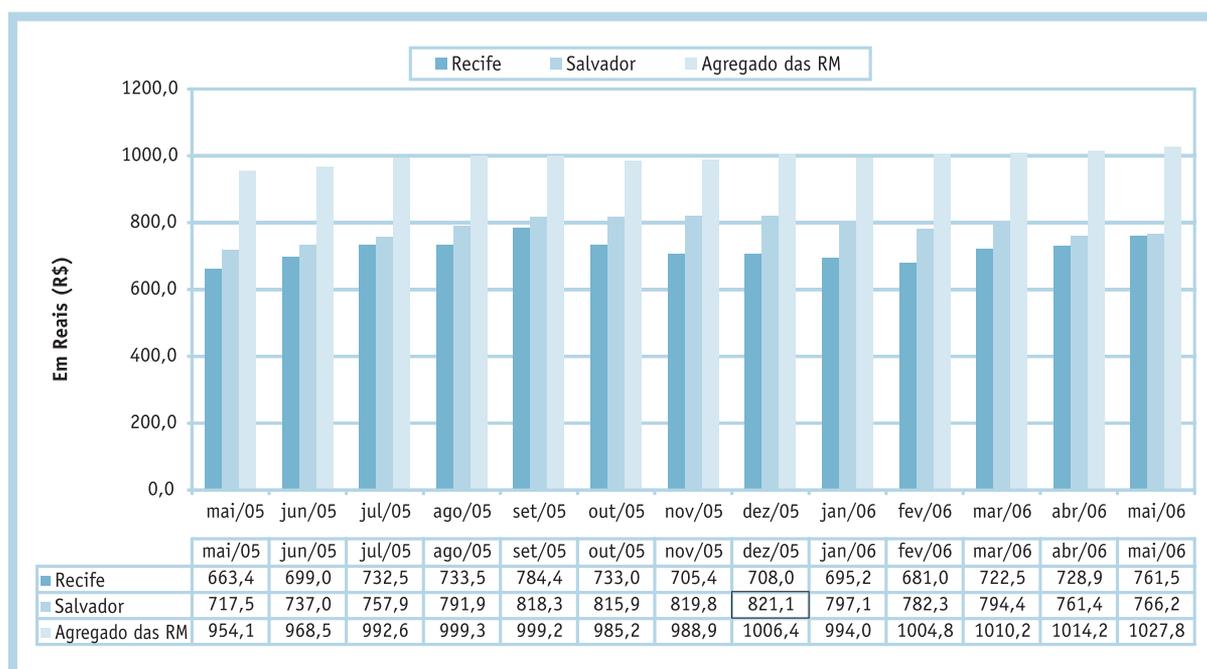
## 4.2 - Rendimento

Nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores atingiu R\$ 1.027,8 – aumento de 1,3% em relação a abril último. É o quarto aumento consecutivo do rendimento médio da população ocupada. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, esse rendimento teve um incremento de 7,7%. Comparando os cinco primeiros meses de 2006 com igual período de 2005, a expansão do rendimento médio foi de 3,9% (Gráfico 17).

No que se refere aos rendimentos médios, relativos às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, os dados de maio revelam, na comparação com o mês anterior, uma progressão dos “com carteira” (1,4%) e dos “por conta própria” (1,9%) e um declínio dos “sem carteira” (-3,6%). No confronto com o

mesmo mês do ano anterior, verificou-se um aumento do rendimento médio em todas as categorias analisadas pela PME, com destaque para a expansão de 12,4% dos rendimentos dos trabalhadores por conta própria e de 6,7% dos trabalhadores com carteira.

As regiões metropolitanas de Salvador e Recife assinalaram comportamentos semelhantes no mês de maio. Recife exibiu um incremento de 4,5% do rendimento médio real em relação ao mês anterior, confirmando a trajetória crescente do rendimento médio entre fevereiro de 2006 e maio de 2006. Na comparação com maio de 2005, ocorreu uma expansão de 14,8%. Esses resultados positivos permitiram um aumento da participação do rendimento médio em Recife no rendimento médio total do agregado das regiões metropolitanas, de 69,5% para 74,1%.



**Gráfico 17 – Rendimento médio real habitualmente recebido para o total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (mai.05/ mai.06)**

Fonte: IBGE (2006i). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Avaliando segundo as categorias de posição na ocupação, a categoria dos “com carteira” apresentou aumento do rendimento médio de 8,4% na comparação mês/mês anterior. Já em relação a maio de 2005, ocorreu expansão de 9,3%. Os rendimentos dos trabalhadores sem carteira assinada no setor privado tiveram perda de 3,0% em relação ao mês anterior e ganho de 3,6% em relação a maio de 2005.

Em Salvador, o mês de maio aponta para um ligeiro acréscimo de 2,1% dos rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada na comparação com abril de 2006. Por outro lado, os trabalhadores sem carteira registram recuo de 2,3% nessa mesma base de comparação. Na comparação com maio de 2005, o rendimento médio dos “com carteira” assinalou ampliação de 4,3%, enquanto os “sem carteira” tiveram perda de 13,2%.

## 4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Emprego Formal

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregos (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para maio de 2006, foram gerados 198.837 novos postos de trabalho formal, decorrente de 1.165.777 admissões, contraponto a 966.940 desligamentos (BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006). Essa performance vincula-se ao aumento da demanda interna, aos efeitos positivos da taxa de juros e a fatores sazonais positivos do agronegócio.

Em comparação a maio de 2005, verifica-se uma redução do ritmo de expansão da criação de emprego em 2006, variação de -6,4%. Esse desempenho se deve, principalmente aos ganhos de produtividade das empresas brasileiras, ao menor ritmo de redução da taxa de juros e à valorização da moeda nacional. No entanto, segundo o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a expectativa de criação de emprego celetista em 2006 encontra-se na faixa de 1,3 milhão e 1,4 milhão (CAI..., 2006).

No período de jan-mai/06, foram criados 768.343 empregos celetistas, correspondendo à variação relativa de 2,95%. O resultado é semelhante ao registrado no mesmo período em 2005, quando foram criados 770.767 (+3,11%)

postos de trabalho. Nos últimos dozes meses, foram criados 1.251.557 postos de trabalho com variação acumulada de +4,89%.

Setorialmente, em maio de 2006, a Agricultura liderou a geração de novos postos de trabalho com carteira assinada, totalizando um acréscimo de 55.077 empregos celetistas. Em termos relativos, o setor também registrou o maior crescimento, 4,48%, em comparação ao mês anterior. Esse resultado reflete, principalmente, a sazonalidade positiva do setor no mês em análise. Em seguida, vem Serviços e Indústria de Transformação, registrando, respectivamente, 55.335 (0,48%) e 48.764 (0,77%) novos empregos formais. Destaque para a Construção Civil que assinalou o acréscimo de 16.282 postos de trabalho, maior saldo para o mês em análise, o que representa uma expansão de 1,33% em relação a abril de 2006.

No que se refere ao acumulado no ano, todos os setores da economia apresentaram crescimento no nível de emprego no período, com destaque para os seguintes: Serviços (2,98% ou 304.451 vagas), seguido da Indústria de Transformação (3,17% ou 195.273 vagas), e da Agropecuária (10,95% ou 126.873 vagas).

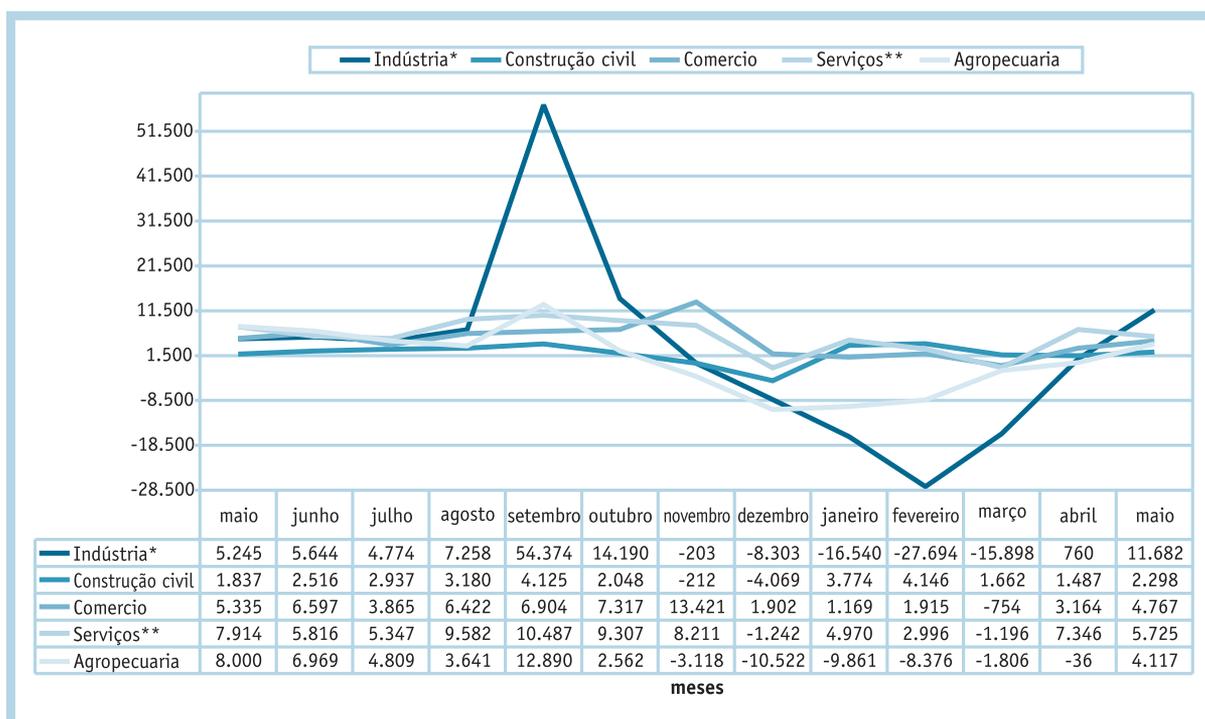
No mês de maio, a região Nordeste obteve o segundo maior crescimento do Brasil, na geração de emprego, quando foram gerados 28.589 postos de trabalho adicionais, representando uma variação positiva +0,74% no nível de emprego, em relação ao mês anterior. Apesar da geração de emprego em maio de 2006 ser positiva, no acumulado do ano, a região apresentou um saldo negativo, eliminando 20.183 empregos celetistas. Nos últimos doze meses, foram criados 182.283 novos postos de trabalho com variação acumulada de +4,94%.

No Nordeste, todos os setores apresentaram saldo positivo em maio de 2006. A Indústria de Transformação foi o setor responsável pelo maior número de postos de trabalho criados, contabilizando 11.682 empregos com carteira assinada. Em seguida, vem Serviços e Comércio, totalizando, respectivamente, 5.725 e 4.767 novas vagas (Gráfico 18).

Após quatro meses consecutivos de queda no nível de emprego, o Estado de Alagoas fechou o

mês de maio com saldo positivo de 1.743 novos empregos formais, variação de 0,81%. Os setores que registraram o maior acréscimo no emprego formal no Estado foram, Indústria (1.875 vagas), Serviços (223 vagas) e Comércio (84 vagas). No acumulado do ano, foram eliminados 30.074 postos de trabalho, o que representa uma redução de 12,20% em relação ao mês anterior. O principal setor responsável por esse saldo negativo foi a Indústria que registrou a perda de 30.969 postos de trabalho. Entre janeiro e maio de 2006, os principais setores responsáveis pela geração de novos empregos foram os Serviços (1.042 vagas) e o Comércio (797 vagas).

No mês de maio, a Bahia registrou uma variação de 0,54%, significando um saldo positivo de 6.038 postos de trabalho. No acumulado de janeiro a maio, o Estado registrou um saldo positivo de 1,68%, resultando um total de 1.841 empregos criados. Sendo o Estado do Nordeste que mais criou novos postos de trabalho. Em maio, os setores que mais demandaram emprego formal foram:



**Gráfico 18 – Nordeste: evolução do emprego formal (12 meses)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (2006). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

Notas: (\*) Inclui: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Serv. Ind. Utilidade Pública.

(\*\*) Inclui: Serviços e Administração Pública.

Comércio, 1.872 vagas, Agropecuária, 1.664 vagas, e Indústria, 1.142 vagas. Entre janeiro e maio, os setores que mais empregaram foram: Serviço, 5.288 vagas, Agropecuária, 4.294 vagas, e a Indústria, 3.760 vagas.

Pelo segundo mês consecutivo, o Ceará registrou, em maio, a criação de 4.040 novos empregos celetistas, um incremento de 0,63% em relação a abril. Setorialmente, o destaque fica para Serviços (2.187 vagas), Comércio (799 vagas) e Construção Civil (760 vagas). No acumulado do ano, foram abertos 1.338 novos postos de trabalho, uma variação de 0,22%. Os setores que mais demandaram trabalho formal nos primeiros cinco meses de 2006 foram Serviços (3.317 vagas) e Construção Civil (2.829 vagas).

O Estado do Maranhão registrou abertura de 934 vagas, uma expansão de 0,39%. No mês de maio, os três setores que mais contribuíram para esse resultado foram os Serviços (813 vagas) e o Comércio (414 vagas) e Construção Civil (237 vagas). No que se refere a janeiro a maio, foram criados 3.270 novos empregos com carteira assinada. Os setores que mais se destacaram foram os Serviços (1.685 vagas) e a Agropecuária (1.375 vagas).

O emprego na Paraíba registrou um acréscimo de 12.841 postos de trabalho com carteira assinada, uma variação 1,18%. No acumulado de janeiro a maio, foram desligados -3.444 empregos celetistas, uma redução de -1,53%. Setorialmente, os principais setores responsáveis pela criação de novos empregos foram: Serviços (3.552 vagas), Indústria (2.830 vagas) e Comércio (2.661 vagas). No acumulado do ano, os setores que mais se destacaram foram: Serviços (11.682 vagas), Comércio (8.246 vagas).

Pernambuco registrou, no mês de maio, a maior variação na demanda por emprego formal (1,38%), com a geração de 10.467 postos de trabalho. Apesar do bom desempenho verificado

pelo segundo mês consecutivo, no período de janeiro a maio, foram eliminados 11.499 postos de trabalho. Setorialmente, os destaques, em termos de crescimento da oferta de emprego formal, no mês de maio, foram a Indústria (7.018 vagas), Agropecuária (1.759 vagas) e Comércio (946 vagas). Nos primeiros cinco meses do ano, os setores que mais contribuíram foram: Serviços (5.062 empregos celetistas) e Construção Civil (2.010 empregos celetistas).

Em maio, foram criados 1.126 postos de trabalho no Estado do Piauí, com variação positiva de 0,51% no nível de emprego, em relação a abril/06. No acumulado do ano foram gerados 3.160 empregos celetistas, correspondendo uma variação de 1,44%, sendo esse valor superior ao mesmo período do ano passado quando foram registrados 2.897 empregos. Nos últimos doze meses, 6.825 empregos foram criados. Os setores mais ativos na geração de empregos foram: o Comércio (240 postos de trabalho), a Construção Civil (687 postos de trabalho) e Serviços (185 postos de trabalho). No acumulado do ano, os setores que mais contribuíram foram: Serviços (2.066 emprego formais), Construção Civil (769 empregos formais) e Comércio (631 empregos formais).

No Estado do Rio Grande do Norte, no mês de maio, foram gerados 1.459 empregos formais, com variação de +0,53%, valor bem inferior se comparado com os empregos gerados em maio/05 quando foram criados 8.403 postos de trabalho. Nos primeiros cinco meses do ano, foram desligados 4.265 empregos formais. Nos últimos doze meses, foram registrados 43.913 postos de trabalho. No mês de maio, os setores que mais se destacaram foram: Indústria (576 postos de trabalho), Construção Civil (567 postos de trabalho) e Comércio (338 postos de trabalho). Nos primeiros cinco meses do ano, os setores que mais contribuíram foram: Construção Civil (2.732 empregos celetistas) e Comércio (346 empregos celetistas).

O Estado de Sergipe, em maio, obteve 187 novos postos de trabalho, uma variação de 0,11%. No acumulado do ano, o estoque de emprego formal registrou uma pequena elevação em termos percentuais de 1,69%, o que corresponde à criação de 2.830 novos empregos celetistas. Os setores que mais se destacaram em maio foram: Serviços (194 vagas), Agropecuária (56 vagas) e Indústria (46 vagas). A Construção Civil apresentou um saldo negativo de 132 vagas. No acu-

mulado de janeiro a maio, os setores que mais se destacaram foram: Construção Civil (1.995 vagas) e Serviços (1.668 vagas).

Em maio de 2006, o nível de emprego formal registrou 198.837 novos postos de trabalho. Os principais setores responsáveis por esse desempenho foram Agricultura, Serviços e Indústria de Transformação. Regionalmente, o Nordeste foi um dos destaques, gerando 28.589 novas vagas. ●



## 5 - SETOR EXTERNO

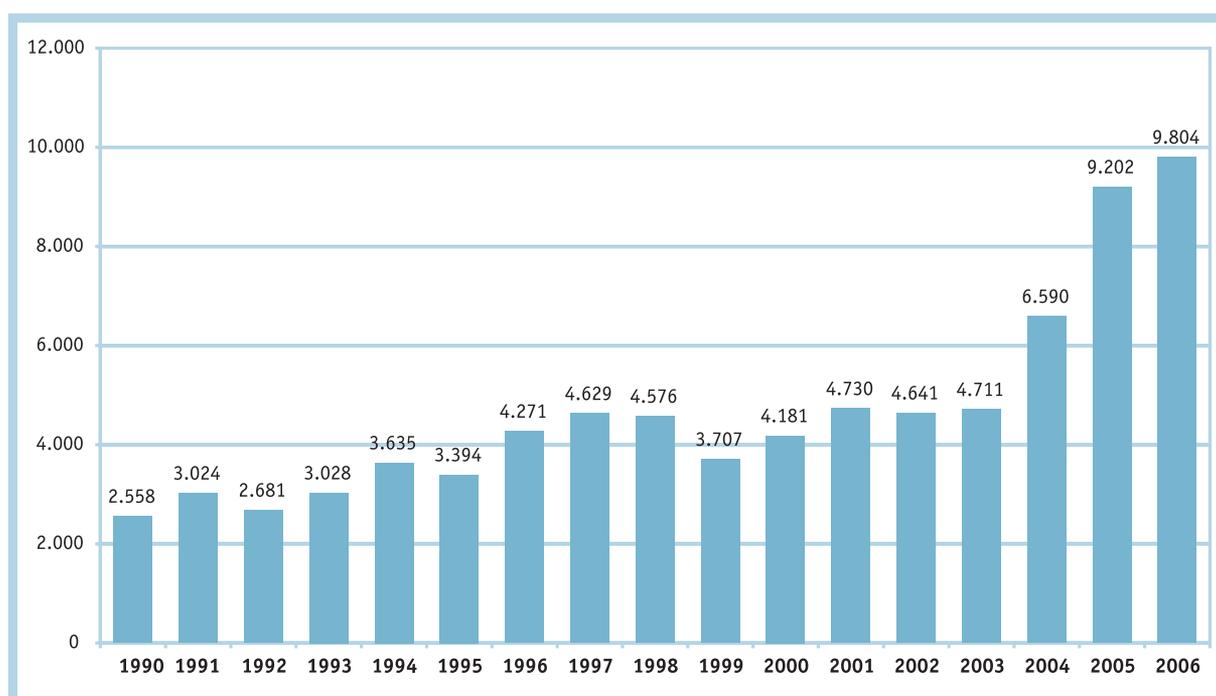
### 5.1 - Balança Comercial Brasileira

Em abril, as exportações e as importações registraram média diária recorde na história do comércio exterior brasileiro, encerrando o mês com US\$ 544,7 milhões e US\$ 372,6 milhões, respectivamente. Esse resultado superou novembro de 2005, quando essa média das exportações foi de US\$ 539,5 milhões e importações de US\$ 335,2 milhões.

Em valor, as exportações somaram US\$ 9,804 bilhões e as importações, US\$ 6,707 bilhões, resultando em superávit de US\$ 3,097 bilhões e corrente de comércio de US\$ 16,511 bilhões. Sobre abril de

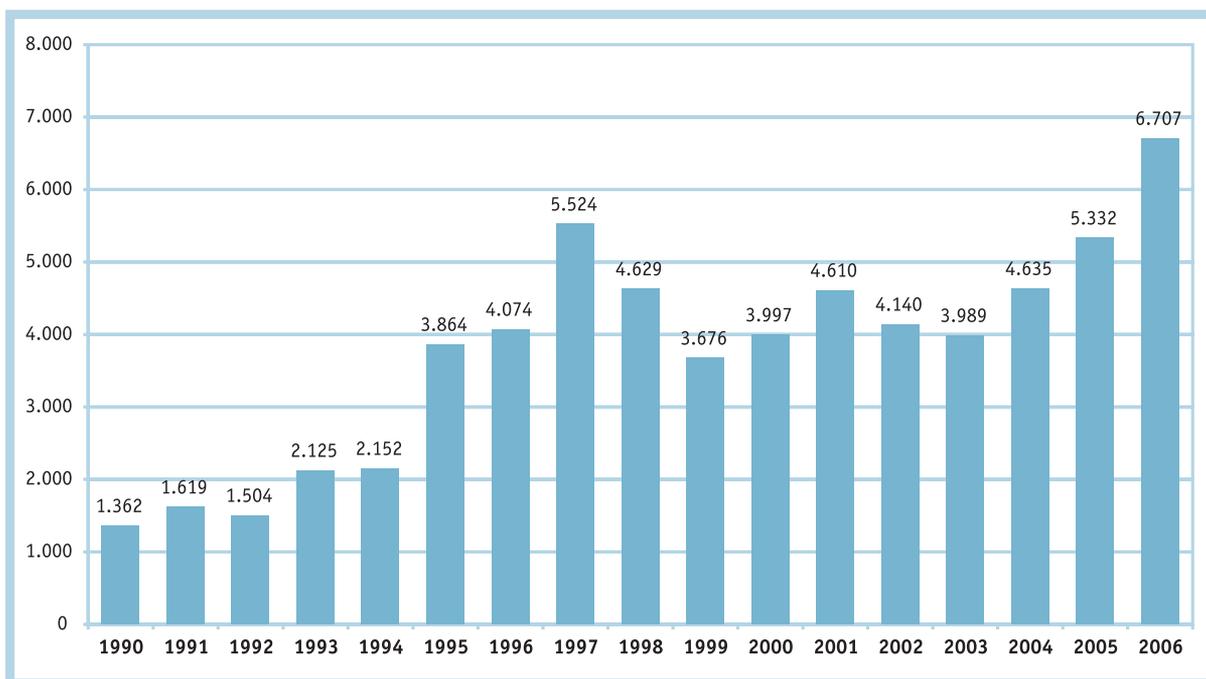
2005, as exportações cresceram 18,4% e as importações, 39,8%, pela média diária, confirmando a tendência de expansão das importações acima das exportações nos três últimos meses (Gráficos 19 e 20).

O superávit comercial de abril alcançou US\$ 3,097 bilhões, o segundo melhor resultado para meses de abril, superado apenas por abril de 2005, quando totalizou US\$ 3,870 bilhões. No mês, a corrente de comércio alcançou US\$ 16,511 bilhões, valor, também, recorde para meses de abril (Gráfico 21).



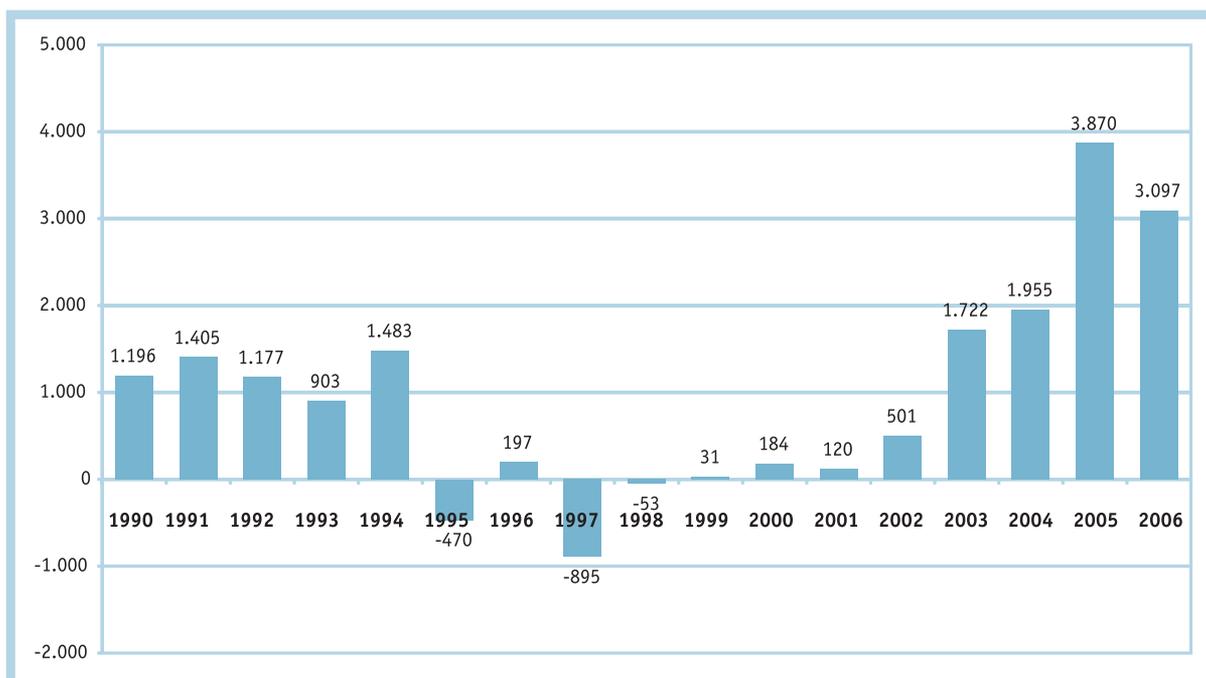
**Gráfico 19 – Brasil: exportações – meses de abril – 1990 a 2006. (US\$ milhões FOB)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 20 – Brasil: importações – mês de abril – 1990 a 2006. (US\$ milhões FOB)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 21 – Brasil: saldos comerciais – meses de abril – 1990 a 2006. (US\$ milhões FOB)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

## 5.1 - Exportações

Apesar da apreciação cambial, para o primeiro quadrimestre do ano de 2006, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio apresenta comentário auspicioso acerca do desempenho das exportações brasileiras, assinalando significativos resultados positivos (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2006d).

No acumulado do ano, as exportações somaram US\$ 39,191 bilhões, no primeiro quadrimestre, valor recorde histórico para esse período com incremento de 16,5% sobre igual período de 2005, (variação pelo critério da média diária) (Gráfico 22).

A decomposição das exportações no acumulado janeiro/abril mostra que as três categorias de produtos registraram valores recordes para o período: manufaturados (US\$ 22,059 bilhões), básicos (US\$ 10,813 bilhões) e semima-

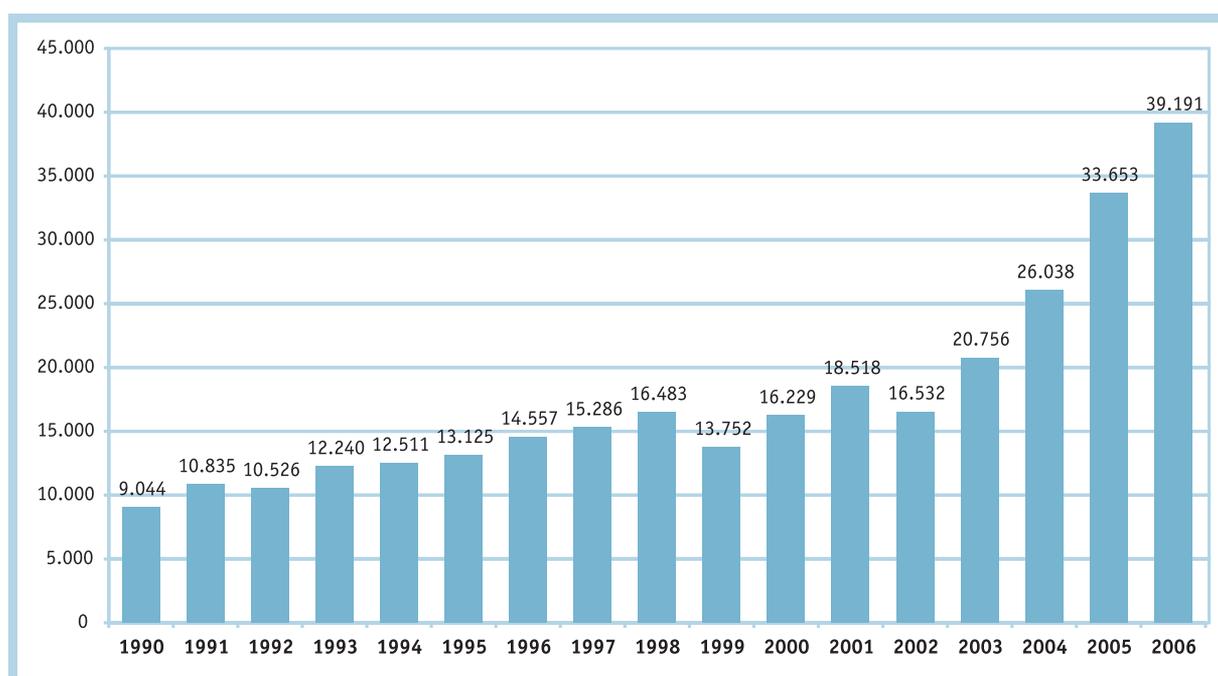
nufaturados (US\$ 5,314 bilhões). Sobre o mesmo período de 2005, os básicos cresceram, 23,7%, os manufaturados, 14,7%, e os semimanufaturados, 5,4% (variação pelo critério da média diária). (Tabela 38).

Na categoria de produtos básicos, dentre os quatro mais expressivos, em termos de valor absoluto exportado, destacam-se os seguintes itens:

- minérios de ferro e seus concentrados (US\$ 2,6 bilhões);
- óleos brutos de petróleo (US\$ 1,7 bilhão);
- soja em grão (US\$ 1,6 bilhão);
- carne bovina (US\$ 743 milhões).

Dentre as exportações de manufaturados, as cinco que mais se sobressaíram foram:

- automóveis de passageiros (US\$ 1,5 bilhão);
- produtos laminados planos de ferro ou aços (US\$ 915,2 milhões);



**Gráfico 22 – Brasil: exportações – janeiro/abril – 1990 a 2006. (US\$ milhões FOB)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 38 – Brasil: exportação por fator agregado. Jan/Abr.-2006/2005 (US\$ milhões FOB)**

	Janeiro/ Abril		Var.% 2006/05 p/ média diária	Part. %	
	2006	2005		2006	2005
<b>Básicos</b>	10.813	8.741	23,7	27,6	26,0
<b>Industrializados</b>	27.373	24.268	12,8	69,8	72,1
<b>Semimanufaturados</b>	5.314	5.042	5,4	13,6	15,0
<b>Manufaturados</b>	22.059	19.226	14,7	56,3	57,1
<b>Op. Especiais</b>	1.005	644	56,1	2,6	1,9
<b>Total</b>	39.191	33.653	16,5	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

- c) óleos combustíveis (US\$ 812,5 milhões);
- d) veículos de carga (US\$ 548,9 milhões);
- e) gasolina (US\$ 424,4 milhões).

Quanto aos semimanufaturados, verificam-se que os cinco itens com maiores incrementos (%) ocorreram nas exportações de:

- a) catodos de cobre (+220,9%, montante de US\$ 67,4 milhões);
- b) ligas de alumínio em bruto (+56,7%, para US\$ 200,4 milhões);

- c) ouro em formas semimanufaturadas para uso não monetário (+54,7%, para US\$ 182,9 milhões);
- d) alumínio em bruto (+55,2%, para US\$ 467,6 milhões);
- e) açúcar de cana em bruto (+32,9%, para US\$ 788,6 milhões).

Como explicação principal desse comportamento das exportações brasileiras, aponta-se o efeito do aumento dos preços externos em um contexto favorável do cenário internacional.

## 5.1.2 - Importações

No primeiro quadrimestre de 2006, as importações brasileiras somaram US\$ 26,755 bilhões, representando incremento de 24,6% relativamente aos quatro primeiros meses de 2005 (pelo critério da média diária). No período, todas as categorias apresentaram ampliação nos gastos: combustíveis e lubrificantes (+40,7%), bens de consumo (+35,0%), bens de capital (+29,4%) e matérias-primas e intermediários (+16,0%), conforme Tabela 39.

No que tanto refere a combustíveis e lubrificantes, o aumento no valor das importações decorreu da elevação dos preços internacionais do petróleo e de carvão, quanto das maiores quantidades de óleos combustíveis.

O aumento de 16,0% nos gastos com matérias-primas e intermediários importados, categoria mais relevante entre os produtos importados pelo Brasil – respondendo por 49,5% das compras totais nos quatro primeiros meses de 2006 – deve-se, principalmente, ao crescimento de “partes e peças para equipamentos de transporte” (+49,1%); “produtos minerais” (+34,8%) e “materiais de construção” (+34,3%).

Na categoria bens de capital, destaca-se o aumento nas aquisições de equipamento fixo de transporte (+114,6%); equipamento móvel de transporte (+35,2%); máquinas e aparelhos de escritório, serviço científico (+34,5%); maquinário industrial (+30,4%); partes e peças

**Tabela 39 – Brasil: importação por categoria de uso. Jan/abr.2006/2005 (US\$ milhões FOB)**

	Janeiro/ Abril		Var.% 2006/05 p/ média diária	Part.%	
	2006	2005		2006	2005
<b>Bens de Capital</b>	5.708	4.411	29,4	21,3	20,5
<b>Matérias-primas e intermediários</b>	13.249	11.426	16,0	49,5	53,2
<b>Bens de Consumo</b>	3.277	2.427	35,0	12,2	11,3
<b>Não-Duráveis</b>	1.691	1.344	25,8	6,3	6,3
<b>Duráveis</b>	1.586	1.083	46,4	5,9	5,0
<b>Automóveis</b>	407	228	78,5	1,5	1,1
<b>Combustíveis e Lubrificantes</b>	4.521	3.214	40,7	16,9	15,0
<b>Petróleo</b>	2.699	2.147	25,7	10,1	10,0
<b>Demais</b>	1.822	1.067	70,8	6,8	5,0
<b>Total</b>	26.755	21.478	24,6	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

para bens de capital para indústria (+17,3%); ferramentas (+16,9%); outros bens ou equipamentos para agricultura (+14,2%); e acessório de maquinário industrial (+10,3%).

Quanto a de bens de consumo, ampliaram-se as compras de bens duráveis (+46,4%) e bens não-duráveis (+25,8%). Contribuíram para o aumento dos bens duráveis os seguintes produtos: máquinas e aparelhos de uso doméstico (+81,5%); veículos automóveis (+78,5%); partes e peças para bens de consumo duráveis (+34,0%); utensílios domésticos (+32,4%); móveis e outros equipamentos para casa (+31,6%).

Ressalte-se que o incremento observado das importações está sendo francamente favorecido

pela apreciação da moeda nacional e que, em certa medida, tem exercido efeito negativo sobre a produção nacional de setores específicos importantes como de bens de capital e bens intermediários.

No comparativo abril-2006/2005, pela média diária, cresceram as importações de todos os blocos econômicos, com destaque para África (+174,6%), seguidos de Aladi, exceto Mercosul (+78,1%), Oriente Médio (+61,0%), Europa Oriental (+50,5%), Ásia (+49,7%), Mercosul (+24,9%), Estados Unidos (+17,0%) e União Européia (+16,8%). Ver Tabela 40.

A respeito das exportações, conforme estimativas do Ministério do Desenvolvimento, In-

**Tabela 40 – Brasil: importação – principais blocos econômicos. Jan/Abr.-2006/2005(milhõesFOB)**

	Janeiro/ Abril		Var.% 2006/05	Part.%	
	2006	2005		2006	2005
<b>Ásia</b>	6.946	4.705	47,6	26,0	21,9
- China	2.237	1.437	55,7	8,4	6,7
<b>União Européia</b>	6.058	5.678	6,7	22,6	26,4
<b>EUA (1)</b>	4.461	3.897	14,5	16,7	18,1
<b>Aladi</b>	4.399	3.446	27,7	16,4	16,0
- Mercosul	2.482	2.167	14,5	9,3	10,1
- Argentina	2.210	1.897	16,5	8,3	8,8
- Demais da Aladi	1.917	1.279	49,9	7,2	6,0
<b>África</b>	2.298	1.852	24,1	8,6	8,6
<b>Oriente Médio</b>	992	596	66,4	3,7	2,8
<b>Europa Oriental</b>	365	275	32,7	1,4	1,3
<b>Demais</b>	1.236	1.029	20,1	4,6	4,8
<b>Total</b>	26.755	21.478	24,6	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: (1) Inclui Porto Rico.

dústria e Comércio, é grande a chance da participação do Brasil nas exportações mundiais atingir 1%, saindo dos atuais 0,89%. Além disso, o governo trabalha com a meta de fechar 2007 com 35% de participação do comércio exterior (exportações + importações) em relação ao PIB.

Para o atingimento dessa meta, um dos instrumentos do MDIC vem sendo o “Programa Estado Exportador” desde 2004. Esse Programa consiste em um conjunto de atividades, desenvolvidas em parcerias com os governos estadu-

ais, entidades públicas e privadas, inclusive *trading companies*, visando à redução das desigualdades regionais e permitindo o crescimento sustentado, com geração de emprego e renda via exportações.

A concepção básica do Programa está apoiada nos seguintes pontos: ampliação e fortalecimento da rede de apoio às exportações; mapeamento e diagnóstico do setor produtivo; capacitação empresarial; e apoio à viabilização de negócios.

## 5.2 - Balança Comercial Nordestina

As exportações da região Nordeste apresentaram variação positiva de 44,8% no acumulado de janeiro a abril deste ano, com relação ao mesmo período de 2005. A receita gerada atingiu o montante de US\$ 3,6 bilhões, enquanto as exportações brasileiras cresceram 16,5% neste mesmo período. Na comparação do mês de abril de 2006 com abril de 2005, as exportações nordestinas também apresentaram taxas de crescimento bem superiores às do Brasil (Tabela 41).

No primeiro quadrimestre de 2006, as importações nordestinas geraram uma receita de US\$ 2,5 bilhões, representando um crescimento de 54,2% com relação ao acumulado dos quatro primeiros meses de 2005, enquanto as importações do Brasil cresceram 24,6% no período

considerado. Do mesmo modo, a análise das importações da região, considerando a variação mês/mesmo mês do ano anterior, revela taxas de crescimento superiores às do Brasil, com exceção do mês de março (Tabela 42).

O saldo da balança comercial do Nordeste, no acumulado do ano, alcançou US\$ 1,1 bilhão, significando uma variação de 27,4% com relação ao acumulado de 2005, enquanto o saldo da balança comercial brasileira registrou variação de apenas 2,1% no período em análise (Tabela 43).

A corrente de comércio do Nordeste (exportações mais importações) registrou incremento de 48,5% entre janeiro e abril de 2006 comparativamente a igual período de 2005, representando uma receita de US\$ 6,1 bilhões. Consi-

**Tabela 41 – Exportações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)**

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Tx. de crescimento	
	2006	2006		2005	2005		Brasil 2006/2005	Nordeste 2006/2005
Janeiro	9.270.707	934.045	10,1	7.444.140	667.133	9,0	24,5	40,0
Fevereiro	8.750.217	736.127	8,4	7.756.287	538.630	6,9	12,8	36,7
Março	11.366.397	1.023.978	9,0	9.250.704	629.397	6,8	22,9	62,7
Abril	9.803.478	924.930	9,4	9.201.536	664.869	7,2	6,5	39,1
Janeiro a Abril	39.190.799	3.619.080	9,2	33.652.667	2.500.029	7,4	16,5	44,8

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 42 – Importações do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)**

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Tx. de crescimento	
	2006	2006		2005	2005		Brasil	Nordeste
							2006/2005	2006/2005
Janeiro	6.430.331	667.133	10,4	5.257.383	435.329	8,3	22,3	53,2
Fevereiro	5.929.749	538.630	9,1	4.980.267	319.278	6,4	19,1	68,7
Março	7.688.608	629.397	8,2	5.909.067	485.562	8,2	30,1	29,6
Abril	6.710.609	664.869	9,9	5.331.783	381.293	7,2	25,9	74,4
Janeiro a Abril	26.759.297	2.500.029	9,3	21.478.500	1.621.462	7,5	24,6	54,2

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

**Tabela 43 – Saldo da balança comercial do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)**

Período	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2006	Brasil	Nordeste	Part.% NE/BR 2005	Tx. de crescimento	
	2006	2006		2005	2005		Brasil	Nordeste
							2006/2005	2006/2005
Janeiro	2.840.376	266.912	9,4	2.186.757	231.804	10,6	29,9	15,1
Fevereiro	2.820.468	197.497	7,0	2.776.020	219.352	7,9	1,6	-10,0
Março	3.677.789	394.581	10,7	3.341.637	143.835	4,3	10,1	174,3
Abril	3.092.869	260.061	8,4	3.869.753	283.576	7,3	-20,1	-8,3
Janeiro a Abril	12.431.502	1.119.051	9,0	12.174.167	878.567	7,2	2,1	27,4

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006c). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

derando a mesma base de comparação, o Brasil apresentou uma taxa de crescimento inferior (19,6%). Na análise mês/ mesmo mês do ano anterior, a região Nordeste apresentou, também, taxas de crescimento da sua corrente de comércio bem superiores às do Brasil (Tabela 44).

A análise da pauta de exportação da região Nordeste, nos quatro primeiros meses de 2006, revela que os capítulos mais expressivos em termos de valor, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)<sup>14</sup>, são: combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 492,2 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 361,2 milhões); veículos automóveis, tratores, ciclos, etc. (US\$ 267,4 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 241,1 milhões); alumínio e suas obras (US\$ 213,7 milhões); ferro fundido, ferro e aço (US\$ 199,5 milhões) e pastas de madeira ou outras matérias fibrosas (US\$ 192,4 milhões), somando 54,4% da pauta exportadora nordestina (Gráfico 23).

Considerando as exportações da região Nordeste por fator agregado, no acumulado de ja-

neiro a abril de 2006, verifica-se que os produtos industrializados representam 84,0% da pauta, sendo que 32,3% correspondem a produtos semimanufaturados e 51,7% a produtos manufaturados. Os básicos participam com 15,1% das exportações. Já nas importações, ressalta-se a maior participação dos produtos manufaturados (79,7%) contra 2,0% de semimanufaturados e 18,3% dos produtos básicos (Gráfico 24).

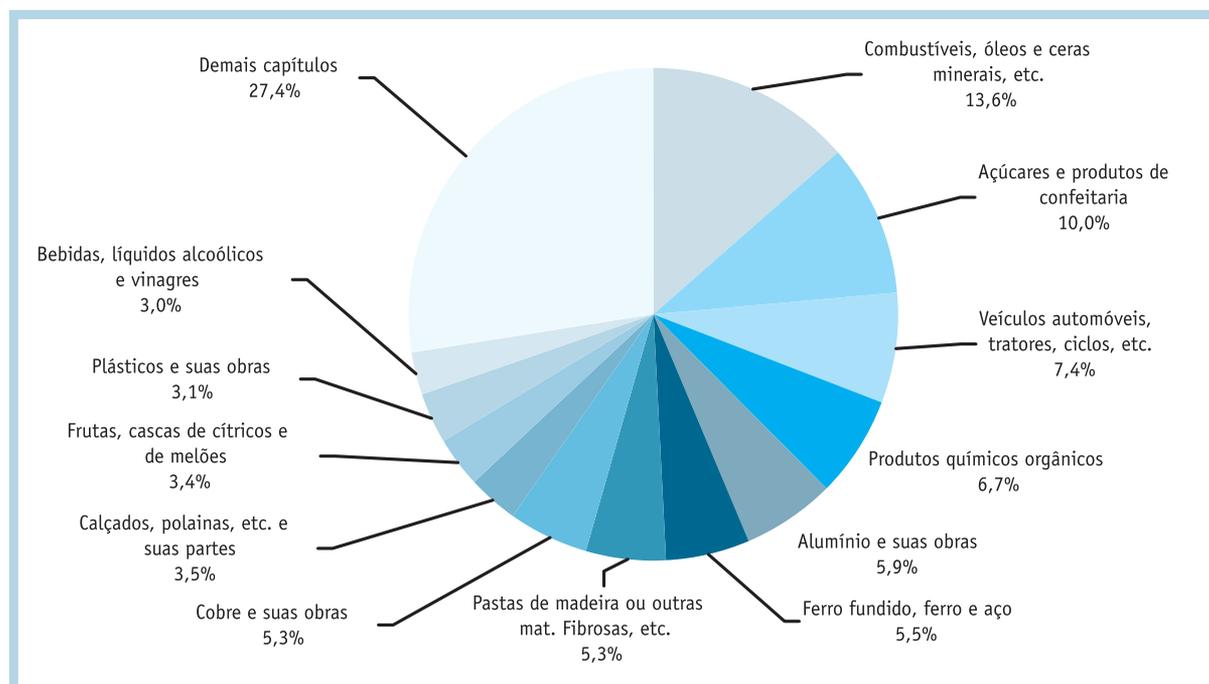
A análise das exportações por Estados da região Nordeste, mostrada no Gráfico 25, demonstra a participação de cada Estado nas exportações nordestinas, no período de janeiro a abril 2006, tendo cada unidade contribuído da seguinte maneira: Bahia (54,5%), Maranhão (13,9%), Alagoas (9,5%), Ceará (8,4%), Pernambuco (7,2%), Rio Grande do Norte (3,9%), Paraíba (1,7%), Sergipe (0,4%) e Piauí (0,4%). Se compararmos a participação dos Estados, com o mesmo período do ano passado, apenas o Estado da Paraíba diminuiu o volume das exportações em 17,3%, os demais obtiveram aumento nas exportações com destaque para Bahia (35,2%), Maranhão (31,9%) e Alagoas (30,5%).

<sup>14</sup> A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado inteiro e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

**Tabela 44 – Corrente de comércio do Brasil e do Nordeste 2005 e 2006 (US\$ 1.000 FOB)**

Período	Brasil		Part.% NE/BR 2006	Brasil		Part.% NE/BR 2005	Tx. de crescimento	
	2006	2006		2005	2005		Brasil	Nordeste
					2006/2005	2006/2005		
Janeiro	15.701.038	1.601.178	10,2	12.701.523	1.102.462	8,7	23,6	45,2
Fevereiro	14.679.966	1.274.757	8,7	12.736.554	857.908	6,7	15,3	48,6
Março	19.055.005	1.653.375	8,7	15.159.771	1.114.959	7,4	25,7	48,3
Abril	16.514.087	1.589.799	9,6	14.533.319	1.046.162	7,2	13,6	52,0
Janeiro a Abril	65.950.096	6.119.109	9,3	55.131.167	4.121.491	7,5	19,6	48,5

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006c). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



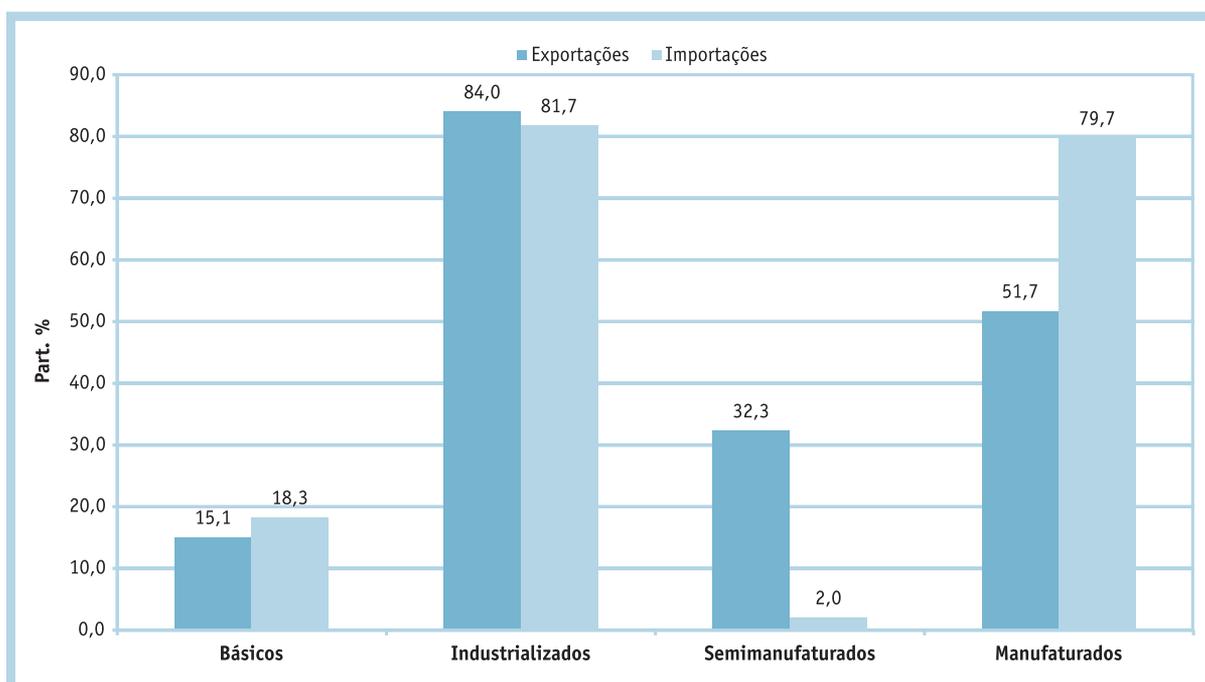
**Gráfico 23 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Nordeste (jan./abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Na análise por Estado, a Bahia registrou o maior volume de exportação nos quatro primeiros meses de 2006. O volume total das exportações no Estado foi de US\$ 1.972,9 bilhões, correspondendo a mais da metade das exportações nordestinas, um aumento de 35,23% das vendas externas do mesmo período do ano anterior. O Estado foi responsável pelo maior saldo comercial do Nordeste, contribuindo com um superávit de US\$ 785,8 milhões, ou 70,1% do total regional. Dentre os produtos mais exportados, está o do capítulo de combustíveis, óleos e ceras minerais, etc., representado 23,2% do total exportado, com US\$ 458,6 milhões (Gráfico 26).

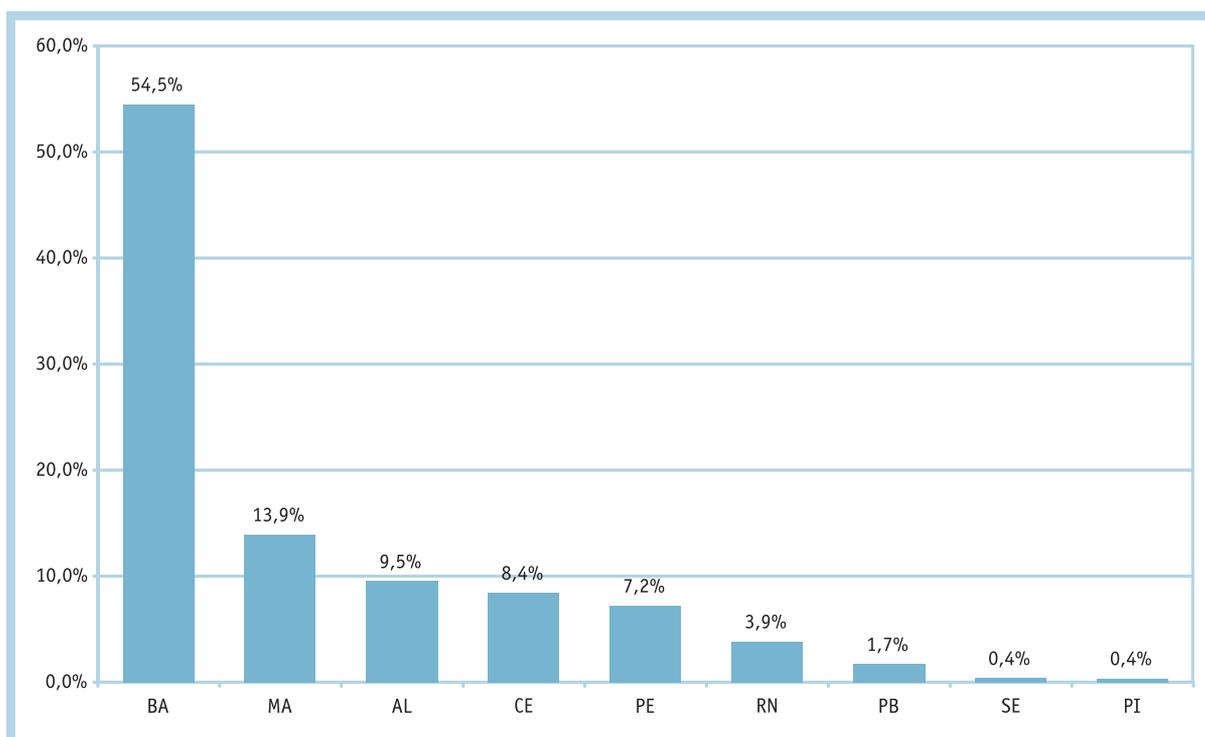
O Maranhão, segundo Estado nordestino em volume de exportação, com US\$ 504,2 milhões, sendo que os principais produtos exportados foram os do capítulo de alumínio e suas obras, com US\$ 204,7 milhões de vendas externas, representando 40,6% das exportações estaduais e incremento de 31,9% das exportações em relação ao mesmo período do ano passado, seguido de ferro fundido, ferro e aço, atingindo US\$ 130,2 milhões das exportações do Estado (Gráfico 27). Houve um déficit na balança comercial de US\$ 61,5 milhões, o maior de toda a região.

Alagoas, ocupando o terceiro lugar nas exportações nordestinas, foi um dos três Estados que mais expandiu suas exportações relativa-



**Gráfico 24 – Exportações e importações do Nordeste por fator agregado (acumulado janeiro a abril/2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006c). Elaboração: Equipe de BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

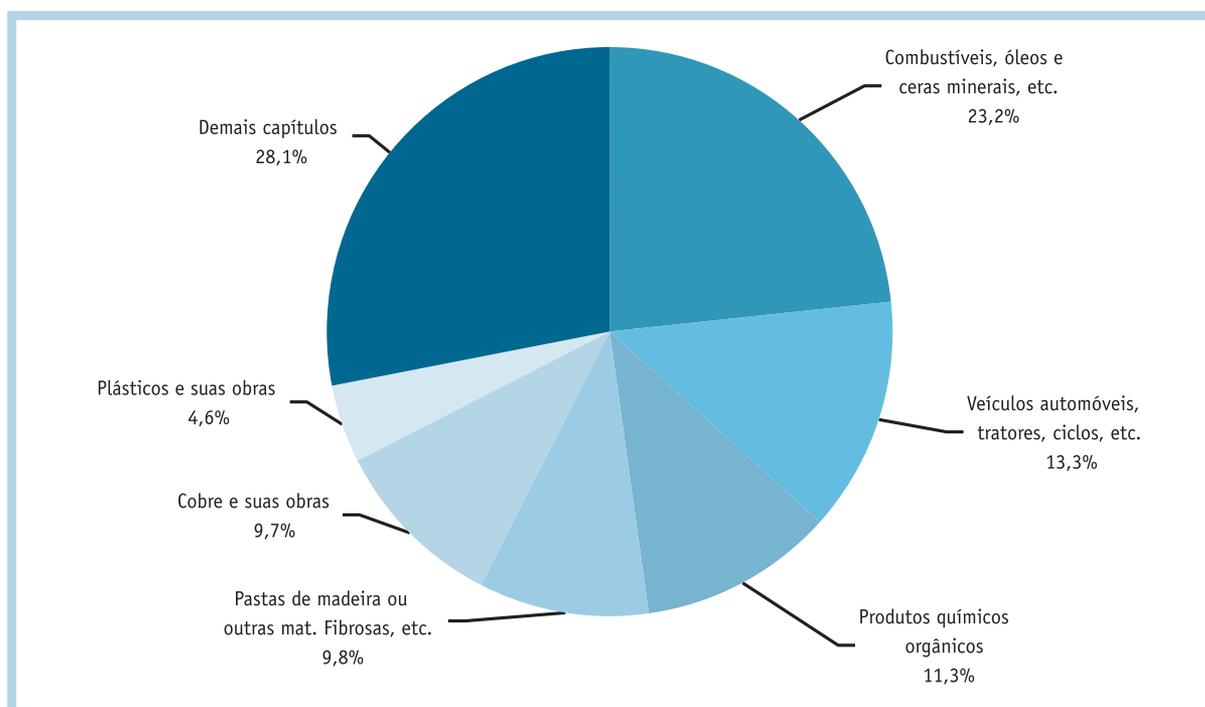


**Gráfico 25 – Participação dos Estados nas exportações do Nordeste**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

mente a 2005, com um valor total exportado de US\$ 345,1 milhões, com destaque para o capítulo de Açúcares e produtos de confeitaria que concentra o maior volume das exportações do

Estado (US\$ 265,7 milhões) com uma participação de 77,0% (Gráfico 28). O Estado foi responsável pelo segundo maior saldo comercial do Nordeste, contribuindo com um superávit de



**Gráfico 26 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Bahia (jan./abr. 2006)**

**Fonte:** BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

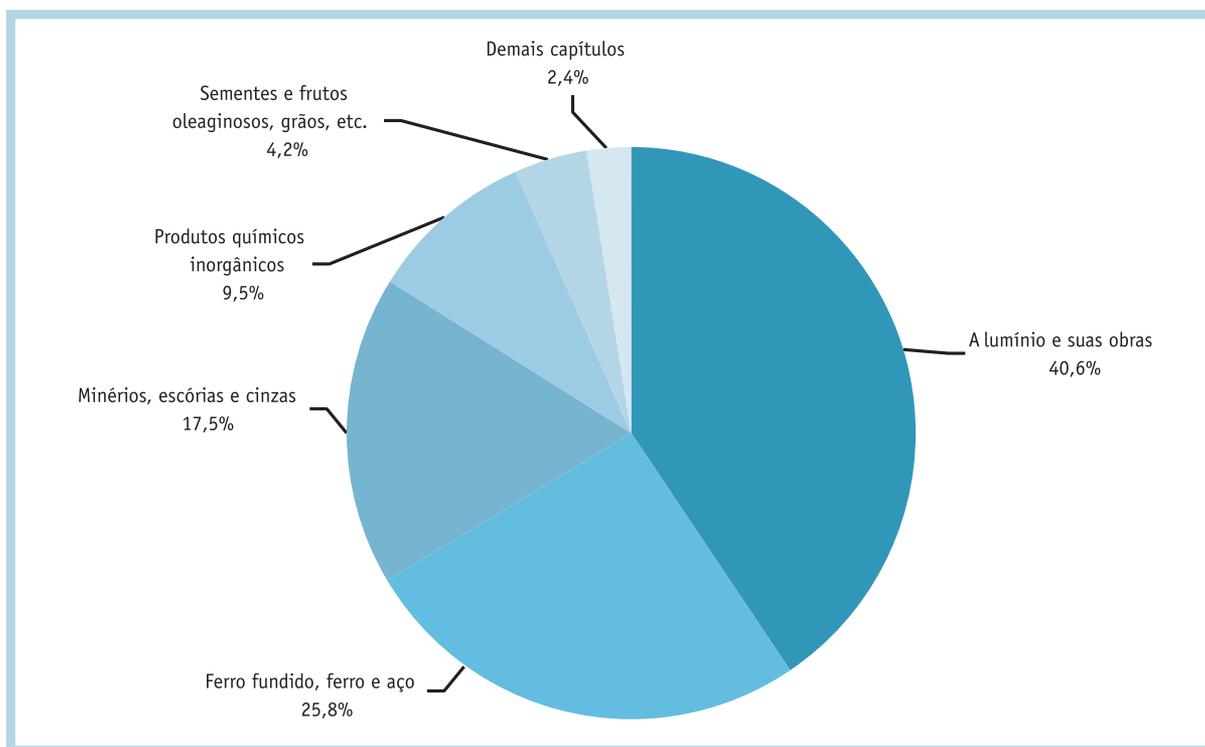
US\$ 315,5 milhões, ou 28,1% do total regional, embora suas exportações tenham diminuído relativamente a março do corrente ano.

O Ceará, no mês de abril, ocupa o quarto lugar nas exportações nordestinas. Houve um pequeno decréscimo nas exportações em relação a março, porém, o saldo da balança comercial foi positivo, tendo o capítulo calçados, polainas, etc. e suas partes e peles (exceto peleteria), e couros, que juntos somaram US\$ 82,2 milhões, representando 26,9% das exportações do Estado. Quando analisada separadamente do capítulo de frutas, cascas de cítricos e de melões, a castanha de caju, fresca ou seca, sem casca, representa 13,3% (US\$ 40,6 milhões) das exportações estaduais. No capítulo de peixes e crustáceos, moluscos, etc., predominam as exportações de camarões e lagostas, com US\$ 18,9 milhões (Gráfico 29).

Apesar das importações terem diminuído e as exportações aumentado, em relação a março, Pernambuco apresenta déficit acumulado de

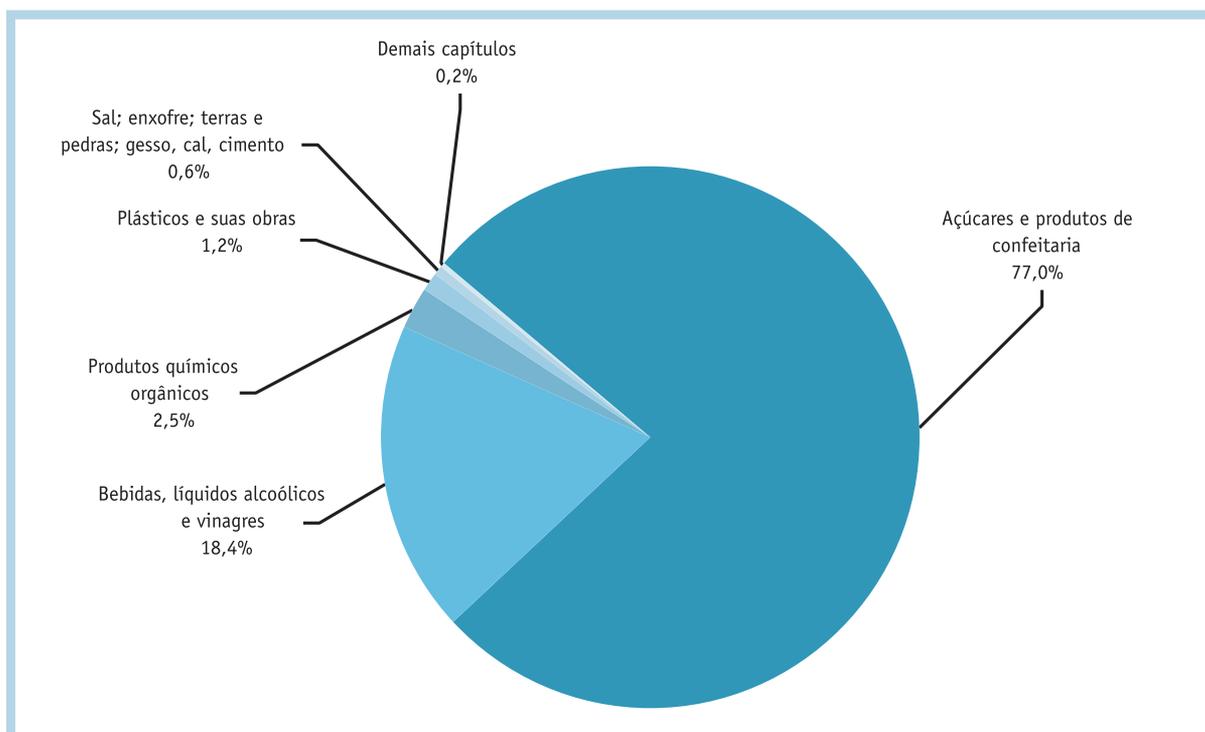
US\$ 33,8 milhões. Nas exportações pernambucanas, o capítulo de Açúcares e produtos de confeitaria representam 30,8% das vendas externas do Estado (US\$ 80,4 milhões). Destacam-se também bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 26,8 milhões), borrachas e suas obras (US\$ 22,0 milhões) (Gráfico 30).

As exportações do Rio Grande do Norte aumentaram no período em US\$ 35,5 milhões e o saldo da balança comercial do Estado foi positivo e o terceiro maior da região (US\$ 100,4 milhões). O total das exportações do Estado atingiu US\$ 139,6 milhões. Os principais capítulos de sua exportação, foram, com destaque para o capítulo de Frutas, cascas de cítricos e de melões, com 34,1% do total das exportações (US\$ 47,6 milhões), combustíveis, óleos e ceras minerais, etc. (US\$ 27,9 milhões), peixes e crustáceos, moluscos, etc (US\$ 19,9 milhões), bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 14,9 milhões), açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 9,6 milhões) (Gráfico 31).



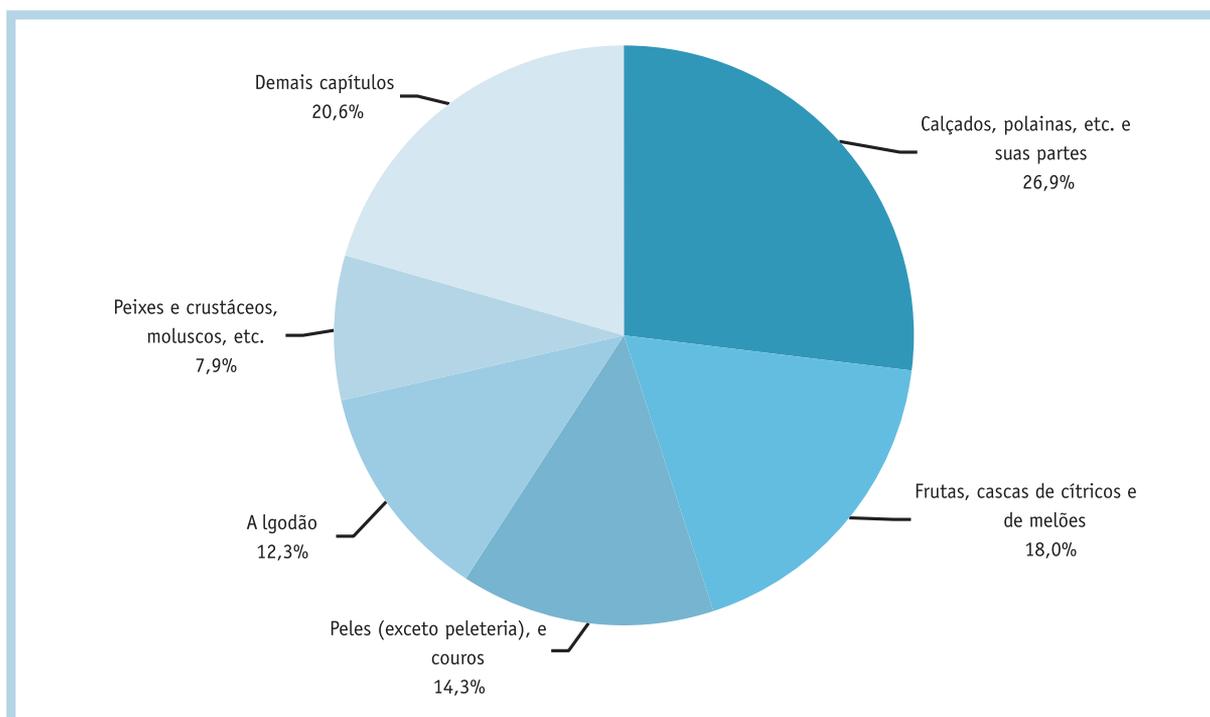
**Gráfico 27 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Maranhão (jan./abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



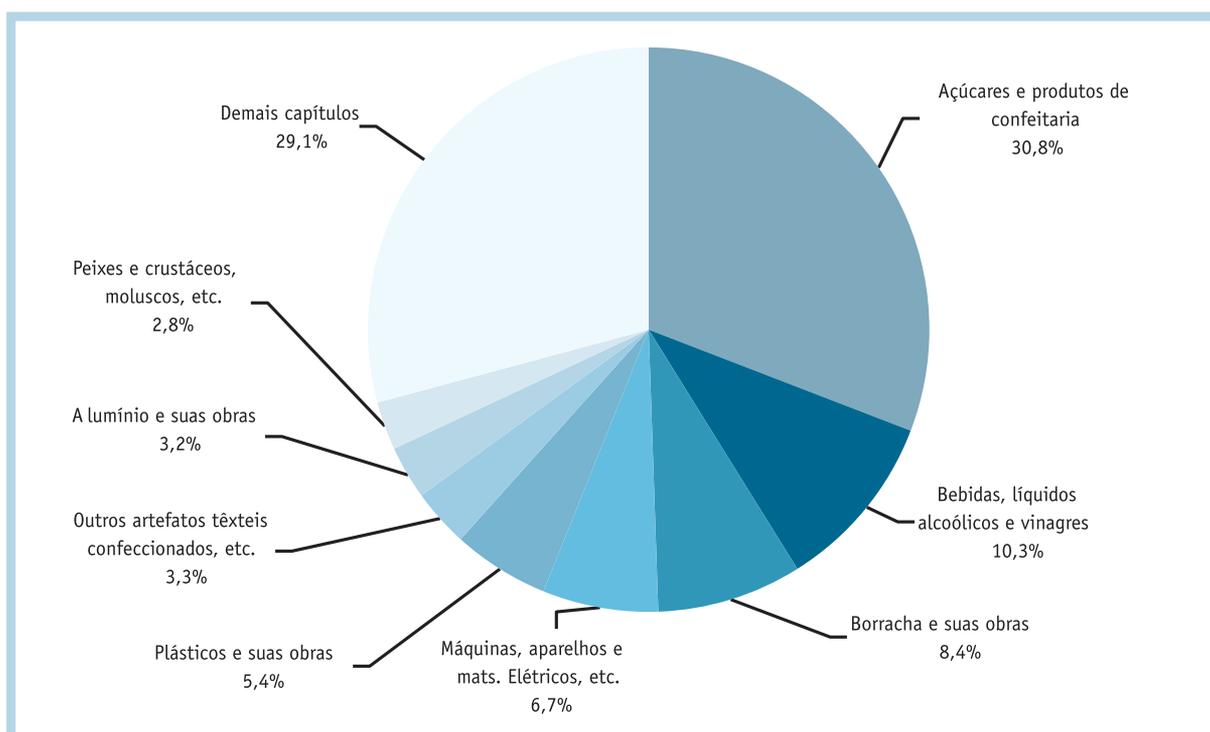
**Gráfico 28 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Alagoas (Jan./Abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



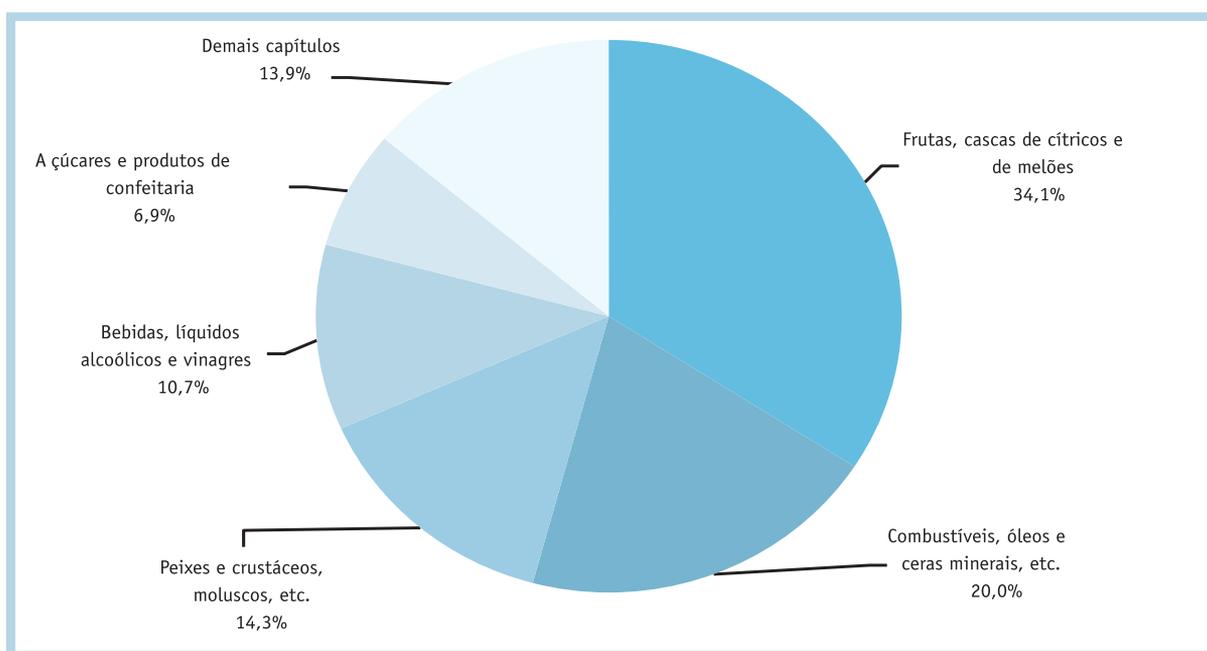
**Gráfico 29 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Ceará (jan./abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.



**Gráfico 30 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Pernambuco (Jan./Abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

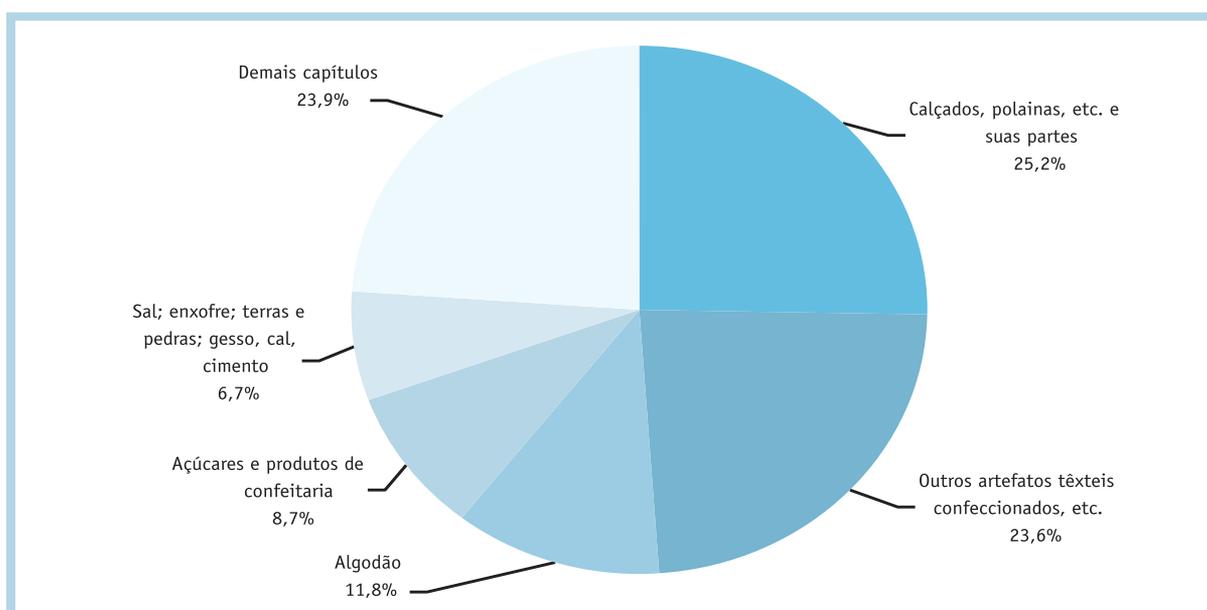


**Gráfico 31 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Rio Grande do Norte (jan./abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O Estado da Paraíba foi o único que apresentou uma diminuição das exportações em relação ao mesmo período de 2005, porém, apresentou saldo na balança comercial de US\$ 11,3 milhões. O volume das exportações do Estado foi de US\$ 61,8 milhões, os seguintes capítulos: calçados,

polainas, etc. e suas partes (US\$ 15,5 milhões), outros artefatos têxteis confeccionados, etc (US\$ 14,5 milhões), algodão (US\$ 7,2 milhões), açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 5,3 milhões), sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento (US\$ 4,1 milhões) (Gráfico 32).



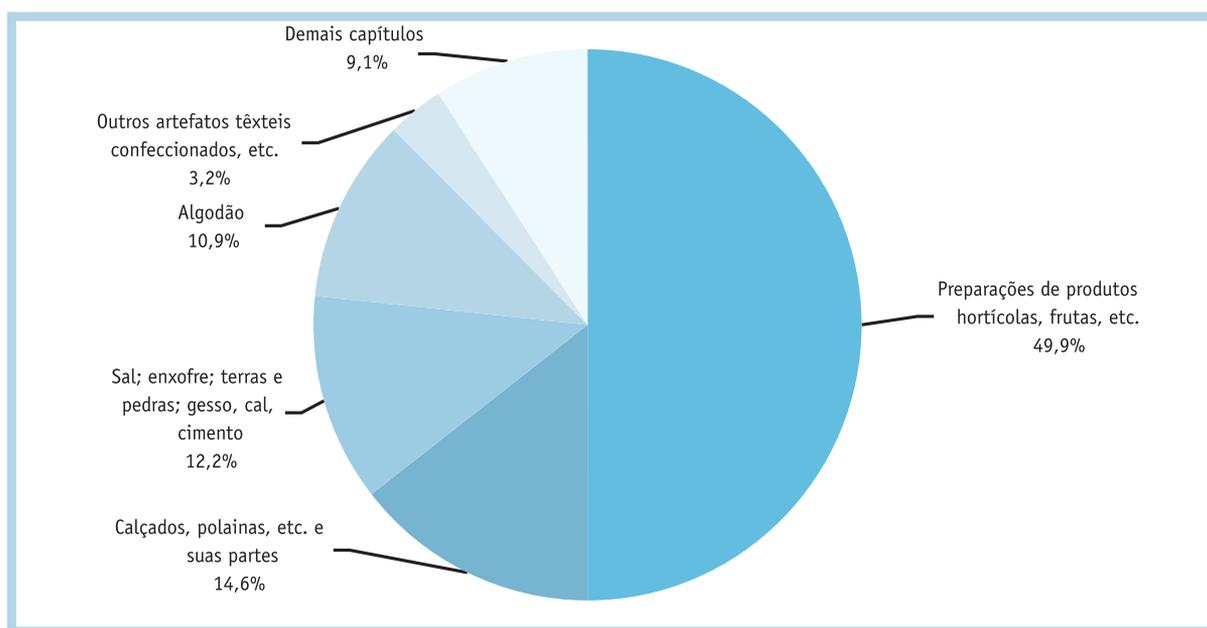
**Gráfico 32 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Paraíba (jan./abr. 2006)**

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

O Estado de Sergipe continua com sua balança comercial deficitária desde julho de 2005, porém, nos meses de março e abril, suas exportações aumentaram em relação ao mesmo período do ano passado, ocorrendo uma mudança no comportamento observado nos primeiros meses de 2006, ou seja, manteve-se em nível mais baixo. Na análise por capítulos, observa-se a importância do capítulo de preparações de produtos hortícolas, frutas, etc., representando 49,9% das exportações (US\$ 7,2 milhões). Entre os demais capítulos, destaque para calçados, polainas, etc. e suas partes, representando

14,6% das exportações e sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal, cimento, com 12,2% das exportações (Gráfico 33).

As exportações do Estado do Piauí aumentaram 7,3% em relação ao primeiro quadrimestre de 2005 e apresentaram saldo na balança comercial de US\$ 8,8 milhões. Nas vendas externas, que chegaram a US\$ 13,9 milhões, se destacam-se os capítulos de gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais US\$ 4,8 milhões, Frutas, cascas de cítricos e de melões US\$ 3,0 milhões, produtos químicos orgânicos US\$ 1,6 milhão (Gráfico 34).



**Gráfico 33 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Sergipe (jan./abr. 2006)**

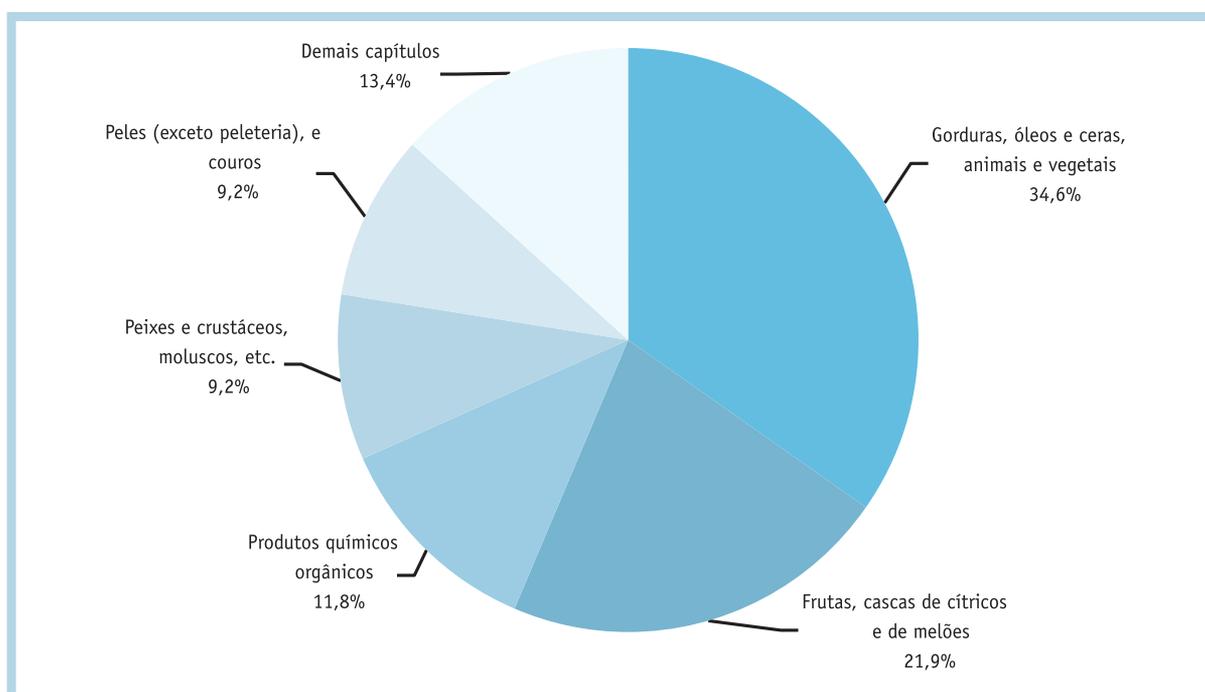
Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

## 5.3 - Balanço de Pagamentos

Nos primeiros cinco meses de 2006, a conta corrente do balanço de pagamentos assinalou superávit de US\$ 2,5 bilhões, valor inferior aos US\$ 3,9 bilhões registrados nos cinco primeiros meses de 2005. Essa redução decorre, principalmente, do crescimento do déficit da conta de rendas e

serviços que atingiu US\$ 14,6 bilhões no período janeiro-maio de 2006 – valor 12,2% superior aos US\$ 13,0 bilhões do mesmo período de 2005.

Parte significativa desse resultado é explicada pelo crescimento nos fluxos de re-



**Gráfico 34 – Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Piauí (Jan./Abr. 2006)**

**Fonte:** BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

messas de lucros e dividendos relativos a investimentos diretos estrangeiros (IDE), que totalizaram US\$ 4,7 bilhões entre janeiro e maio desse ano, ante US\$ 3,3 bilhões no mesmo período de 2005 (Gráfico 35). De acordo com a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Financeira (SOBEET), o crescimento do investimento direto não explica totalmente a elevação da remessa de lucros, já que se observa aumento na razão desse fluxo em relação ao estoque de IDE desde 2001, quando atingiu 3,6%, chegando a 6,9% em 2005 (SOBEET, 2006d) (Gráfico 35).

Três hipóteses são consideradas para explicar esse incremento. A primeira está relacionada com a valorização da moeda nacional que estimulou o aumento da proporção das remessas sobre o lucro obtido. Segundo a SOBEET, o movimento de apreciação, ao elevar o lucro das empresas em dólares e em outras moedas estrangeiras, intensifica o envio de lucros e dividendos. Essa remessa pode ser ainda maior se as empre-

sas estrangeiras avaliarem que o real será desvalorizado. Outra hipótese considerada é o efeito da Lei de Repatriação dos Estados Unidos (Homeland Investment Act), válida até o final de 2005, que concedeu benefícios tributários temporários para as empresas repatriarem lucro para aquele país. Finalmente, o aumento do lucro das empresas estrangeiras no Brasil contribuiu para a elevação das remessas de lucro e dividendos.

A conta capital e financeira acumula superávit de US\$ 5,2 bilhões, em contrapartida aos US\$ 6,0 bilhões relativos aos cinco primeiros meses de 2005. Tal elevação resulta principalmente dos ingressos líquidos de capitais para a aquisição de ações de empresas por não residentes, que saltaram de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 4,3 bilhões nessa mesma base de comparação. Desse total, US\$ 2,6 bilhões estão vinculados com ações negociadas no País e US\$ 1,7 bilhão relativo a ações negociadas no exterior (Tabela 45).

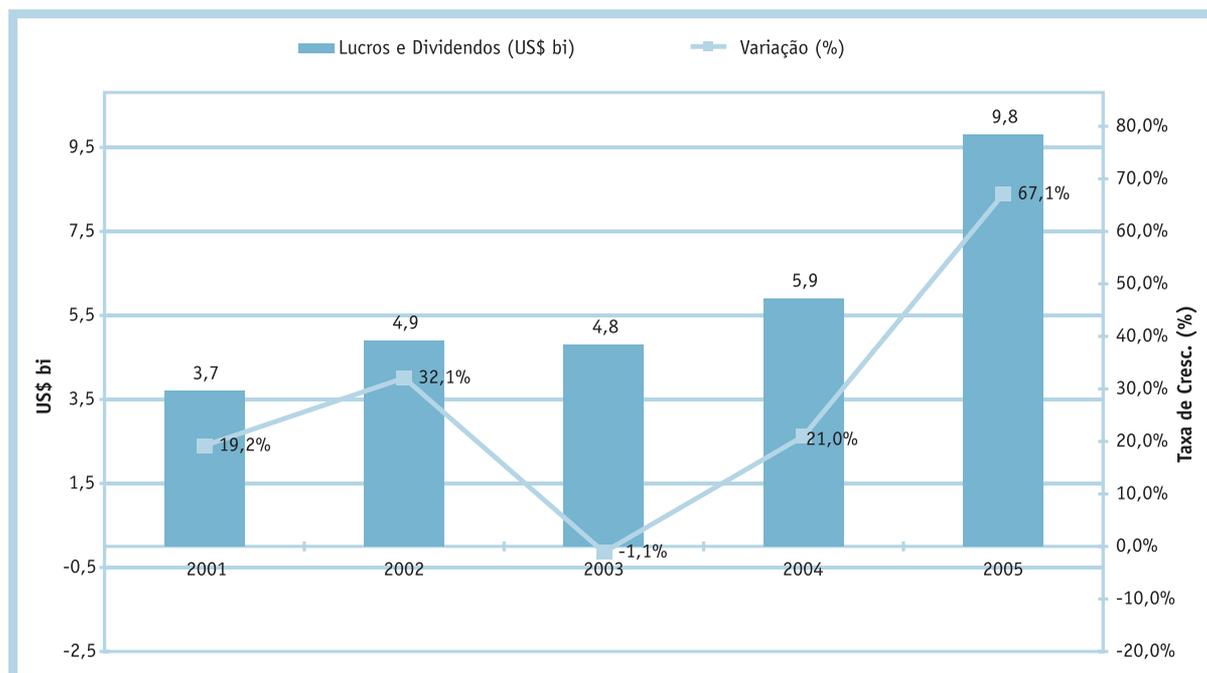
O número de empresas que abriu seu capital na bolsa de valores vem crescendo substancial-

**Tabela 45 – Brasil: investimentos estrangeiros em carteira. US\$ Milhões**

Discriminação	2005*			2006*	
	Mai	Jan-Mai	Ano	Mai	Jan-Mai
<b>Total</b>	- 326	3.229	6.655	1.253	2.223
<b>Investimentos em ações</b>	- 325	1.786	6.451	1.793	4.389
Negociadas no país	- 378	1.404	5.421	1.164	2.673
Negociadas no exterior (Anexo V - ADR)	54	382	1.030	629	1.716
<b>Títulos de renda fixa</b>	- 1	1.443	204	- 540	- 2.166
Negociados no país	- 46	181	689	- 528	6.046
Negociados no exterior	45	1.262	- 485	- 13	- 8.212
Bônus	477	1.857	2.207	- 314	- 11.598
Notes e commercial papers	- 528	- 953	- 3.127	223	3.328

Fonte: BACEN (2006a).

Nota: \*Dados preliminares.



**Gráfico 35 – Brasil: remessa de lucros e dividendos ao exterior \***

Fonte: SOBEET (2006a).

Nota: \* As remessas se restringem apenas às transferências dos lucros e dividendos das empresas. Excluem-se as remessas relativas aos investimentos em carteira.

mente desde 2004. Dados da SOBEET (2006c) revelam que os papéis envolvidos nas ofertas primárias de ações<sup>15</sup> se valorizaram desde o seu lançamento até primeiro de junho de 2006 a uma taxa equivalente de 95,0% ao ano, ante uma valorização de 17,1% ao ano da taxa de juros CDI e de 24,6% ao ano, do índice IBOVESPA (Tabela 44).

Vale destacar a participação expressiva dos investidores estrangeiros na aquisição dessas

ações primárias, passando de 54,4% em 2004 para 75,4% no primeiro quadrimestre de 2006. Indubitavelmente, a Medida Provisória (MP) 281, de 15 de fevereiro de 2006, que garante incentivos fiscais aos investidores estrangeiros de portfólio, foi decisiva para o crescimento desses investimentos em Bolsa (Quadro 01).

As aquisições por não residentes, de títulos de renda fixa emitidos por residentes registraram retração de US\$ 2,1 bilhões no período de

<sup>15</sup> Em inglês, *Inicial Public Offering* (IPOs).

**Tabela 46 – Oferta pública inicial: participação estrangeira e subscrição de novos papéis na Bolsa**

Ano	Volume da Oferta Brasileira	Participação Estrangeira na Oferta Brasileira		Volume Associado a Subscrição de Novas Ações	
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	Part. (%)	R\$ Milhões	Part. (%)
2004	2.610,75	1.421,30	54,4	518,21	36,5
2005	4.875,13	2.746,33	56,3	2.098,20	76,4
2006	3.005,47	2.126,72	70,8	1.487,85	70,0

Fonte: SOBEET (2006b).

Medinas	Descrição	
	Situação Anterior	Situação Anterior
<b>Resolução nº 2.689, de 2000</b>	Existiam diversas modalidades de investimento estrangeiro de portfólio no mercado financeiro doméstico, que se diferenciavam em relação ao tipo de instrumento utilizado (entrada direta ou mediante fundos de investimento), à composição da carteira (renda fixa e/ou variável) e ao segmento do mercado de câmbio pelo qual eram realizadas (comercial ou flutuante). Os principais instrumentos eram o Anexo IV (criado em 1991), os Fundos de Renda Fixa Capital Estrangeiro, criados em 1993; e as Contas de Não-residentes do Mercado de Câmbio Flutuante (extinto em março de 2005), única modalidade de aplicação que não estava sujeita a restrições quanto ao tipo de aplicação. (em contrapartida, as aplicações através das chamadas CC-5 incorriam em um maior risco cambial - já que as cotações dos mercados comercial e flutuante não eram unificadas . e recebiam o mesmo tratamento fiscal concedido aos residentes no país).	A Resolução n. 2.689, de 26/01/2000 extinguiu as diferentes modalidades de aplicação mediante o então mercado de câmbio comercial e instituiu uma nova modalidade de investimento no mercado financeiro, pela qual os investidores não-residentes têm acesso às mesmas aplicações disponíveis aos investidores residentes. Os investidores, tanto em renda fixa quanto em variável, precisam constituir um representante no país (e um co-representante, se este não for instituição financeira), responsável pela efetivação e atualização do registro bem como pelo fornecimento de informações ao Banco Central e à CVM. O representante também precisa efetuar o cadastramento ou recadastramento, no caso dos investidores dos Anexos I, II e IV.
<b>Unificação dos Mercados de Câmbio (Resolução 3.265, de 4/03/2005)</b>	Regulamentação da venda de moeda estrangeira para fins de investimento no exterior restrita. No caso de venda ou dissociação do empreendimento externo, o titular devia promover, de imediato, o retorno ao País dos recursos transferidos e era obrigatório o envio ao Banco Central de prestação de contas, comprovação da capitalização dos valores enviados ao exterior e dos documentos a serem apresentados ao banco negociador, da moeda estrangeira, nas operações de investimento direto no exterior.	Permissão para que as pessoas físicas e jurídicas possam comprar e vender moeda estrangeira para fins de aplicação no exterior, sem limitação de valor, diretamente da rede bancária: investimento direto, aplicações no mercado financeiro, aplicações no mercado de capitais e de derivativos. Fim da obrigatoriedade de retorno dos recursos associados à venda de investimento no exterior; esses recursos podem, agora, ser livremente reaplicados no exterior. Também foi eliminada a obrigatoriedade de envio ao Banco Central de qualquer comprovação do documento, nas operações relacionadas a investimento direto no exterior.
<b>Incentivos Fiscais aos Investimentos Estrangeiros de Portfólio (MP 281, de 15/02/2006)</b>	Investidores estrangeiros sujeitos à mesma tributação dos residentes.	Reduz ou isenta de Imposto de Renda as aplicações de investidores estrangeiros em títulos públicos e em fundos de capital de risco, a partir da aplicação de uma tabela cuja alíquota é inversamente proporcional ao prazo das aplicações, chegando a zero para aquelas de prazo igual ou superior a dois anos. Também isenta de CPMF os investidores estrangeiros e nacionais nas emissões primárias de ações e no aumento de capital de empresas. Os benefícios são restritos aos investidores estrangeiros fiscalmente domiciliados em países em que a tributação sobre ganhos financeiros não seja inferior a 20%.

**Quadro 01 – Mudanças institucionais relativas à abertura financeira após 1999**

Fonte: Prates (2006).

janeiro a maio de 2006, em função principalmente das amortizações referentes aos bônus emitidos pelo setor privado e negociados no exterior (US\$ 8,2 bilhões). Por outro lado, os títulos de renda fixa negociados no País passa-

ram de US\$ 181 milhões, nos primeiros cinco meses de 2005, para US\$ 6,0 bilhões, no mesmo período de 2006.

Já os ingressos líquidos de Investimentos Diretos Estrangeiros, no período janeiro-maio

de 2006, atingiram o valor de US\$ 6,3 bilhões, 12,0% inferior aos US\$ 7,1 bilhões ingressos no mesmo período de 2005. Desse total, US\$ 4,4 bilhões estão vinculados a investimentos na forma de participação e US\$ 1,9 bilhão a empréstimos intercompanhias.

Em contrapartida, os investimentos brasileiros no exterior contabilizaram US\$ 3,8 bilhões ante US\$ 1,5 bilhão na mesma base de comparação – expansão de 154,5%. As saídas de capital de investidores brasileiros foram estimuladas pela resolução 3.265, de 4 de março de 2005, que unifica os mercados de câmbio livre e flutuante.

Com o crescimento dos investimentos diretos de brasileiros no exterior, o investimento direto líquido caiu de US\$ 5,6 bilhões no período janeiro-maio de 2005, para US\$ 2,4 bilhões no mesmo período desse ano. Com isso, a rela-

ção IDE/PIB passou de 2,2% para 1,7% nessa mesma base de comparação.

Finalmente, vale mencionar o comportamento de alguns indicadores de endividamento externo do País no primeiro trimestre de 2006. Entre os fatores positivos, destacam-se a diminuição significativa da dívida externa e a expansão das exportações e das reservas internacionais. Convém mencionar, também, o acréscimo de US\$ 6,0 bilhões das reservas cambiais entre dezembro de 2005 e maio de 2006.

A dívida externa total atingiu US\$ 166,6 bilhões em março de 2006 – queda de 1,7% em relação a dezembro de 2005. Na mesma base de comparação, o serviço da dívida teve um incremento de 8,6%. O fato desse incremento ter sido superior ao registrado para as exportações engendrou um aumento da relação serviço da dívida/exportações que passou de 55,8% para 58,2%. Entretanto, esse

**Tabela 47 – Brasil: indicadores de endividamento externo<sup>1</sup>. US\$ Milhões**

Discriminação	2002	2003	2004	2005			2006
				Jun	Set	Dez	Mar
Serviço da dívida	49.893	52.988	51.800	47.144	52.785	66.048	71.738
Amortizações <sup>2</sup>	35.677	38.809	37.561	32.946	37.945	51.587	56.703
Juros brutos	14.216	14.179	14.239	14.198	14.841	14.460	15.035
Dívida de médio e longo prazos (A)	187.316	194.736	182.630	174.554	166.706	150.674	148.837
Dívida de curto prazo (B)	23.395	20.194	18.744	16.755	16.445	18.776	17.815
Dívida total (C)=(A+B)	210.711	214.930	201.374	191.309	183.151	169.450	166.652
Dívida total do setor público	125.245	135.689	132.259	122.524	115.804	100.284	96.335
Reservas internacionais (D)							
Liquidez internacional	37.823	49.296	52.935	59.885	57.008	53.799	59.824
Créditos brasileiros no exterior (E)	2.798	2.915	2.597	2.681	2.708	2.778	2.802
Haveres de bancos comerciais (F)	5.090	11.726	10.140	7.520	13.456	11.790	15.685
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	164.999	150.993	135.702	121.223	109.979	101.082	88.340
Exportações	60.362	73.084	96.475	106.846	112.916	118.308	123.244
PIB	459.379	506.784	603.994	701.972	749.014	796.284	822.431
<b>Indicadores</b>							
Serviço da dívida/exportações (%)	82,7	72,5	53,7	44,1	46,7	55,8	58,2
Serviço da dívida/PIB (%)	10,9	10,5	8,6	6,7	7,0	8,3	8,7
Juros/exportações (%)	23,6	19,4	14,8	13,3	13,1	12,2	12,2
Dívida total/PIB (%)	45,9	42,4	33,3	27,3	24,5	21,3	20,3
Dívida total do setor público/dívida total (%)	59,4	63,1	65,7	64,0	63,2	59,2	57,8
Dívida total líquida/PIB (%)	35,9	29,8	22,5	17,3	14,7	12,7	10,7
Reservas (liquidez)/dívida total (%)	18,0	22,9	26,3	31,3	31,1	31,7	35,9
Dívida total/exportações	3,5	2,9	2,1	1,8	1,6	1,4	1,4
Dívida total líquida/exportações	2,7	2,1	1,4	1,1	1,0	0,9	0,7
Reservas (liquidez)/serviço da dívida	0,8	0,9	1,0	1,3	1,1	0,8	0,8
Reservas (liquidez)/juros	2,7	3,5	3,7	4,2	3,8	3,7	4,0

Fonte: BACEN (2006a).

Nota: 1 Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos de setor privado.

2 Inclui pagamentos relativos ao programa de assistência. Exclui amortizações refinanciadas.

valor continua bem abaixo do observado no último ano do governo anterior (82,7%).

Com a expansão de 3,3% do PIB em dólares e a diminuição de 1,7% da dívida externa total,

de dezembro de 2005 a março de 2006, o indicador dívida total/PIB caiu de 21,3% para 20,3%. Já a participação do serviço da dívida no PIB cresceu de 55,2% para 58,2%. ●



# 6 - FINANÇAS PÚBLICAS

## 6.1 - Governo Federal

O setor público consolidado (União, Estados e Municípios) registrou, em abril, o maior superávit primário já verificado na série histórica do Banco Central, iniciada em 1991: R\$ 19,4 bilhões. Com esse resultado, o setor público obteve um superávit nominal (saldo após o pagamento dos juros) de R\$ 6,6 bilhões no referido mês.

De acordo com informações do Banco Central, o resultado do setor público consolidado foi de R\$ 19,4 bilhões, o que foi gerado pela soma dos resultados positivos de R\$ 16,3 bilhões do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência e BC), R\$ 2,05 bilhões dos governos regionais e R\$ 1,06 bilhão das estatais. No mês de abril/2006, o total gasto com o pagamento de juros somou 12,9 bilhões, o que permitiu gerar uma sobra no caixa do governo equivalente a R\$ 6,5 bilhões. Apesar desses resultados favoráveis, o superávit primário acumulado no primeiro quadrimestre de 2006 mostra um certo arrefecimento, uma vez que de janeiro a abril de 2006 o esforço fiscal de toda a máquina pública chegou a R\$ 40,4 bilhões (6,4% do PIB), abaixo, portanto, do alcançado no mesmo período do ano passado (R\$ 44,01 bilhões, ou 7,5% do PIB) (TESOURO NACIONAL, 2006b).

O resultado positivo do Governo Federal foi influenciado por um crescimento do recolhimento de alguns tributos, como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, pela arrecadação adicional de

impostos do setor de petróleo e gás natural e, ainda, pelo pagamento de dividendos das empresas nas quais a União detém participação acionária, especialmente Caixa Econômica Federal, BNDES e Banco do Brasil, que conjuntamente, aportaram R\$ 1.630,3 milhão ao caixa do Tesouro Nacional.

Ao lado dessa ampliação das receitas, os gastos do Governo Federal também apresentaram crescimento, o que explica, de certo modo, essa queda do superávit primário nos primeiros quatro meses do ano, relativamente ao obtido no mesmo período do ano passado. No acumulado de 2006, as despesas com pessoal e encargos sociais cresceram aproximadamente R\$ 4,0 bilhões (13,6%). No entanto, se considerando apenas o mês de abril, os gastos com pessoal e encargos sociais tiveram queda significativa, passando de R\$ 7,9 bilhões em março, para R\$ 7,3 bilhões em abril, o que reflete a significativa redução do volume de recursos liberados para precatórios de natureza alimentícia. De qualquer forma, a folha salarial passou a representar 5,24% do PIB contra 4,96% verificado no ano passado. Os maiores aumentos nominais de despesas foram observados no Executivo (R\$ 2,2 bilhões) e no Legislativo (R\$ 1,8 bilhão).

Quanto ao desempenho da Previdência Social, os resultados revelam um déficit de R\$ 12,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2006 (1,97% do PIB), refletindo o incremento na

quantidade de benefícios e no valor médio pago. Esse déficit de 1,97% do PIB, estimado para o quadrimestre, situou-se 0,18% acima do observado em 2005. A arrecadação líquida da Previdência cresceu 11,6% em relação ao mesmo período de 2005, e isso foi consequência do comportamento favorável do mercado de trabalho, com geração de novos postos formais de trabalho e evolução da massa salarial, sobre a qual incide a contribuição previdenciária. As despesas com benefícios previdenciários, por sua vez, alcançaram R\$ 48,5 bilhões, significando um aumento de 13,2% em relação ao mesmo período de 2005. Boa parte desse crescimento se deveu ao pagamento de sentenças judiciais, especialmente as referentes às

requisições de pequeno valor advindas dos juizados especiais federais. (Tabela 48)

A taxa anualizada relacionada a esse superávit primário de abril fica em torno de 4,54% do PIB, o que significa que o governo vai alcançar com folga a meta de superávit primário de 4,25% do PIB. Além disso, essa economia maior do que a esperada em abril fez a relação dívida líquida/PIB cair para 51% do PIB. Além do superávit primário, a apreciação cambial de 3,8% nesse mês também contribuiu para a queda. Tudo indica que até o final do ano, se confirmadas as previsões de crescimento do PIB de 4%, juro médio de 15,3% e dólar médio de R\$ 2,20, a participação da dívida relativamente ao PIB deverá cair para 50%.

**Tabela 48 – Resultado primário do governo central(\*) Brasil, 2005 - 2006 (R\$ milhões)**

Discriminação do Resultado	Janeiro - Abril	
	2005	2006
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	157.764,4	174.481,9
I.1. Receitas do Tesouro	125.015,1	137.952,5
I.2. Receitas da Previdência Social	32.252,4	35.997,1
I.3. Receitas do Banco Central	496,9	532,3
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	26.862,2	29.129,5
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	130.902,2	145.352,5
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	101.173,2	115.743,6
IV.1. Despesa do Tesouro	57.818,9	66.759,7
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	29.282,7	33.278,8
IV.1.2. Custeio e Capital	28.319,4	33.292,9
IV.1.3. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	216,8	188,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	42.581,8	48.504,1
IV.5. Despesas do Banco Central	502,5	479,8
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	29.729,0	29.608,8
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>	5,03%	4,66%

Fonte: Tesouro Nacional (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Notas: (\*)Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

## 6.1.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Considerando os fluxos acumulados nos primeiros quatro meses de 2006, a necessidade de financiamento público (receitas menos despesas, mais pagamento de juros) totalizou R\$

16,6 bilhões em abril de 2006 (2,62% do PIB), tendo o resultado primário gerado um excedente de recursos de R\$ 40,4 bilhões (6,36% do PIB e, portanto, bem acima da meta fixada para

o ano, de 4,25% do PIB). A maior contribuição foi do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) que gerou um superávit de R\$ 28,508 bilhões (4,49% do PIB). As demais esferas de governo (Estados, municípios e empresas estatais) geraram um superávit de R\$ 11,898 bilhões (1,87% do PIB). (Tabela 49).

Apesar dessa boa evolução dos indicadores fiscais, o desempenho da economia brasileira nessa área se apresenta pior do que o das prin-

cipais economias emergentes. Além disso, os superávits primários elevados obtidos nos últimos anos, que têm sido essenciais para manter sob controle a relação dívida/PIB, têm sido obtidos via aumento simultâneo da carga tributária e dos gastos correntes do governo, e pela contenção do investimento público. Por essa razão, a melhora da qualidade do ajuste fiscal constitui, hoje, um desafio fundamental para a política econômica.

**Tabela 49 – Necessidade de financiamento do setor público. Fluxos mensais**

Discriminação	R\$ Milhões			% do PIB		
	2004	Jan./Abr.05	Jan./Abr.06	2004	Jan./Abr.05	Jan./Abr.06
Nominal	15.285	3.054	16.641	2,67	1,21	2,62
Juros Nominais	11.569	51.183	57.048	7,26	8,66	8,98
Primário	3.716	-44.012	-40.407	-6,10	-7,45	-6,36
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	3.110	-32.147	-28.508	-2,97	-5,44	-4,49
Empresas Estatais	228	-2.611	-3.942	-0,64	-0,44	-0,62
Governos Regionais (Estados e Municípios)	379	-9.254	-7.956	-0,99	-1,57	-1,25

Fonte: BACEN (2006b).

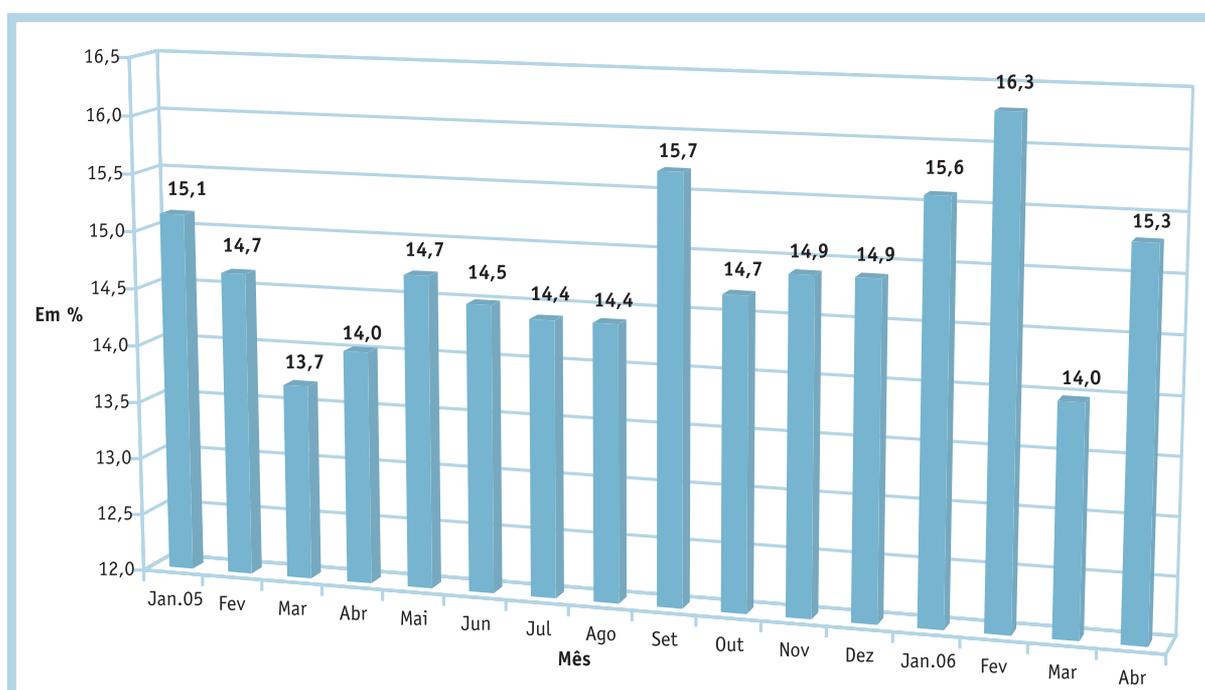
## 6.2 – Estados e Municípios

### 6.2.1 – Arrecadação de ICMS

Dentre as principais fontes de arrecadação dos estados nordestinos, destacam-se o imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS e as transferências da União (constitucionais e voluntárias), os quais variam de forma cíclica, conforme a evolução da demanda agregada e da produção. Em 2006, observa-se que a arrecadação de ICMS dos Estados nordestinos registrou uma expansão média nominal de 15,2% nos primeiros quatro meses do ano, relativamente ao mesmo período de 2005, superando a média nacional que ficou em 8,9%. Em função disso, houve aumento da participação relativa do total de ICMS arrecadado no Nordeste frente ao nacional, que alcançou, em abril deste ano, 15,3%, conforme se observa no Gráfico 36.

Esse crescimento na arrecadação do ICMS regional foi influenciado pelo desempenho positivo no recolhimento desse tributo em todos os Estados nordestinos, principalmente nos Estados do Piauí, cuja arrecadação cresceu 26,3% no período, Maranhão (22,5%) e Ceará (21,9%). Essas três unidades responderam por cerca de 25% do total de ICMS arrecadado no Nordeste no primeiro quadrimestre de 2006. Os demais Estados também obtiveram crescimento de arrecadação, contribuindo para que o montante arrecadado no Nordeste alcançasse R\$ 8.214,1 milhões, maior que o montante verificado no mesmo período de 2005 (R\$ 7.130,4 milhões) (Tabela 50).

Em termos nacionais, São Paulo, que detém a hegemonia na geração da riqueza nacional,



**Gráfico 36 – Participação do Nordeste na arrecadação de ICMS no Brasil**

Fonte: BACEN (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

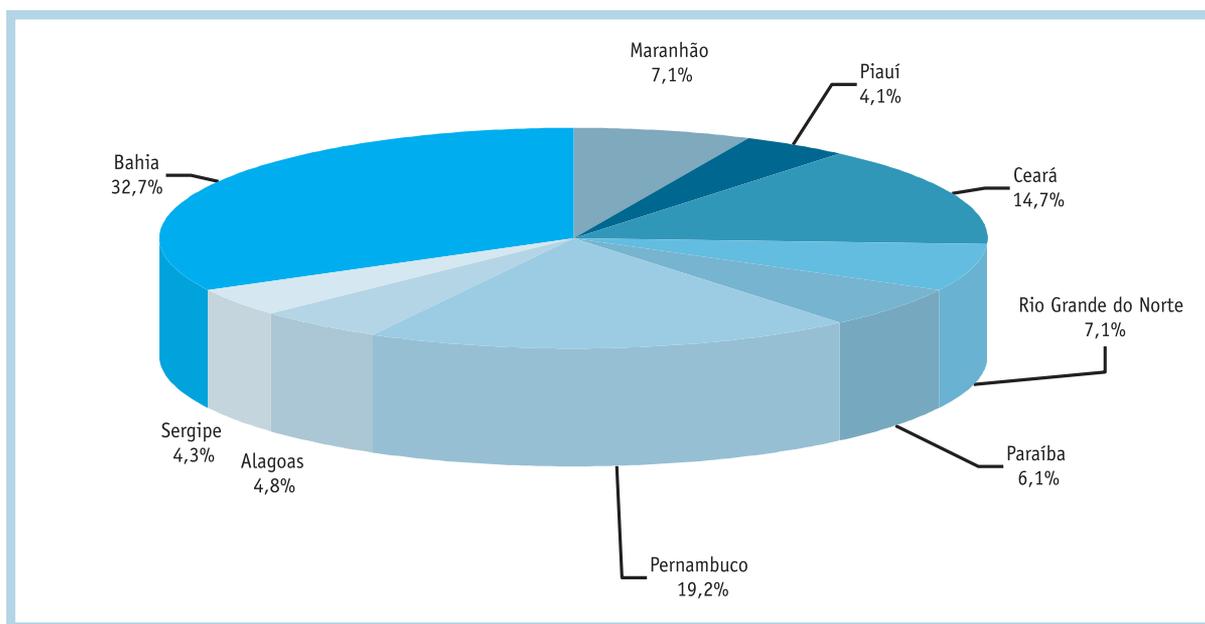
**Tabela 50 – Nordeste: arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)**

Discriminação	Jan.- Abr.		Jan.- Abr.		Var. (%) 2006/2005
	2005	%	2006	%	
Maranhão	474.747	0,96	581.411	1,08	22,47
Piauí	263.668	0,54	333.046	0,62	26,31
Ceará	990.236	2,01	1.206.463	2,25	21,84
Rio Grande do Norte	514.587	1,05	581.722	1,08	13,05
Paraíba	425.877	0,87	497.938	0,93	16,92
Pernambuco	1.366.794	2,78	1.575.009	2,94	15,23
Alagoas	363.293	0,74	397.601	0,74	9,44
Sergipe	315.222	0,64	353.717	0,66	12,21
Bahia	2.415.947	4,91	2.686.941	5,01	11,22
Nordeste	7.130.373	14,48	8.214.105	15,32	15,20
Brasil	49.231.276	100,00	53.632.952	100,00	8,94

Fonte: BACEN (2006b). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

continua sendo o principal arrecadador nacional, com uma participação de 33% (R\$ 17.725,7 milhões) no total de ICMS recolhido no País nesses quatro primeiros meses do ano (R\$ 53.633,0 milhões). A região Sudeste se destaca como a principal região arrecadadora, respondendo por mais da metade das receitas provenientes desse tipo de tributo. No Nordeste, as maiores economias também lideram na geração desse tributo, com a Bahia se desta-

cando na arrecadação, com um montante de R\$ 2.686,9 milhões de ICMS recolhido de janeiro a abril de 2006. Em seguida, vêm os Estados do Ceará e Pernambuco, que, conjuntamente, foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 2.781,7 milhões (34%) do ICMS regional. Já os Estados do Maranhão e Piauí, que apresentaram as maiores taxas de crescimento no período, responderam por apenas 11% da arrecadação regional (Gráfico 37).



**Gráfico 37 – Participação na arrecadação de ICMS dos Estados Nordestinos (jan.- abr./06)**

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

## 6.2.2 - Transferências voluntárias

As transferências voluntárias representam uma importante fonte de arrecadação dos entes federados, contribuindo para a viabilização de empreendimentos que necessitam da complementação de recursos federais. Na realidade, transferência voluntária é definida na Lei de Responsabilidade Fiscal como “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”. Daí seu caráter eminentemente político pois, na maioria das vezes, sua distribuição ocorre por decisões voluntaristas do próprio Governo Federal. Isso, naturalmente, faz com que esse mecanismo de alocação de recursos públicos perca parcialmente seu caráter redistributivo, pois não podem priorizar transferências para as áreas mais carentes de aportes adicionais de recursos.

Assim é que, considerando essa classe de transferência, as informações disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI, do Governo Federal, publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, revelam que a União repassou para os Estados e municípios do País, de janeiro a maio de 2006, o montante de R\$ 5.601,4 milhões, equivalentes a cerca de 13% de tudo o que foi transferido pela União aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Instituições, nesse período. A maior parcela coube aos Estados, que receberam da União R\$ 2.935,0 milhões (52,4% das transferências voluntárias ocorridas nos primeiros cinco meses do ano), ficando os municípios com a parcela restante (R\$ 2.666,4 milhões, ou 47,6%).

Mais uma vez as informações disponíveis no endereço eletrônico do Tesouro não mostram claramente a distribuição espacial desses recur-

tos entre as regiões, Estados e municípios, uma vez que a quase totalidade das transferências foi identificada no item “Estado não-definido”. No entanto, considerando o mesmo perfil de distribuição verificada na pequena parcela que vem desagregada, podemos inferir que o Nordeste recebeu, de janeiro a maio, algo em torno de 26% do total das transferências voluntárias da União para os Estados, enquanto o Sudeste, onde estão concentrados os Estados mais ricos do País, foi contemplado com 36%.

Do que foi remetido para os governos municipais (R\$ 2.666,4 milhões), os municípios do Nordeste foram contemplados com 37%, acima, portanto do percentual consignado para os municípios da região Sudeste (33%). No Nordeste, os mu-

nicipios baianos lideram em termos de recebimento, absorvendo 24% do que foi transferido pela União. Se agregarmos Pernambuco, Ceará e Maranhão, a participação relativa dos municípios pertencentes a essas unidades chega a 68%.

Em termos setoriais, a quase totalidade das transferências voluntárias da União durante o período de janeiro a maio de 2006 foi proveniente do Ministério das Minas e Energia, que aportou o equivalente a R\$ 4.095,7 milhões para os Estados e municípios do País. Em seguida, destacam-se os recursos transferidos pelos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujos recursos foram essencialmente direcionados para os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco.

## 6.2.3 - Transferências constitucionais

As transferências constitucionais de recursos da União para os Estados e municípios representam o principal instrumento de redistribuição da renda nacional, cuja utilização se destina a atenuar as disparidades de renda existentes entre as diversas unidades federativas. Esse papel redistributivo da União é exercido particularmente através do Fundo de Participação dos Estados-FPE e do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, os quais possibilitam à União aportar recursos adicionais para compensar a incapacidade das áreas mais pobres de mobilizarem fundos suficientes para financiar as ações públicas de desenvolvimento. Considerando todos os tipos de transferências, a União aportou para Estados, Distrito Federal, Municípios e Instituições o equivalente a R\$ 43.730,0 milhões nos primeiros cinco meses do ano. Desse total, 64% (R\$ 27.796,0 milhões) foram relativos às transferências constitucionais e legais.

De maneira geral, observa-se que no primeiro quadrimestre de 2006, para o qual há estatística disponível, os principais Estados receptores de transferências constitucionais da União foram Minas Gerais, Bahia e São Paulo, que receberam, respectivamente, R\$ 2.209,0 milhões, R\$ 2.162,0 milhões e R\$ 2.050,0 milhão, correspondentes a quase 30% do total nacional. Na região Nordeste, merecem destaque os Estados do Ceará (R\$ 1.426,0 milhão), Maranhão (R\$ 1.365,0 milhão) e Pernambuco (R\$ 1.325,0 milhões) além da Bahia, já referido. Os dez maiores Estados receptores de transferências constitucionais nesse período, absorveram mais de 60% (R\$ 24.435,0 milhões) do que foi repassado pela União.

Considerando apenas as transferências relacionadas com o FPE e FPM, as quais, como foi dito, contribuem de modo mais incisivo para atenuar os problemas de desequilíbrios regio-

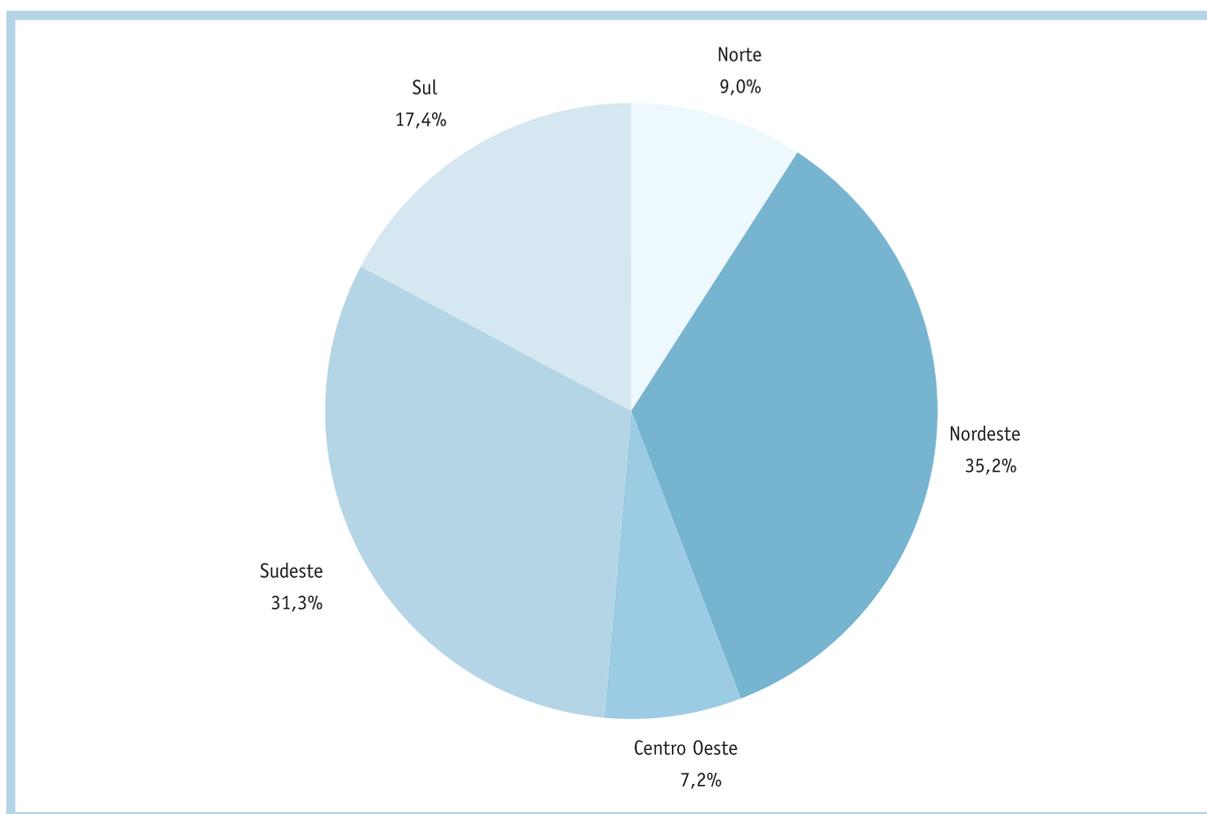
nais existentes no País, observa-se que, de fato, as áreas mais pobres terminam sendo as mais contempladas na distribuição. Aliás, essas transferências são a principal fonte de recursos dos municípios nordestinos, quase todos, sobrevivendo apenas com os repasses dos recursos do FPM.

No entanto, apesar desse pressuposto, observou-se que de janeiro a maio de 2006, a região Nordeste foi contemplada com apenas 35% dos recursos do FPM (R\$ 4.358,2 milhões), enquanto os municípios das regiões Sul e Sudeste receberam, conjuntamente, 48,0% (R\$ 6.022,0 milhões) desse tipo de transferência (Gráfico 38).

Em relação aos cinco primeiros meses do ano passado, as transferências da União para os municípios dos Estados nordestinos apresentaram crescimento nominal de 11,3%, cabendo as maiores dotações dessas transferências para a re-

gião aos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que absorveram R\$ 2.343,7 milhões, equivalentes a 18,9% do que foi distribuído no país e 54% do total regional repassado nos cinco primeiros meses de 2006. Convém salientar que as maiores variações de receitas provenientes de transferências constitucionais para os municípios, via FPM, foram observadas nos Estados do Piauí (16,4%) e Maranhão (15,6%) (Tabela 51).

Com relação ao FPE, o Nordeste destaca-se no cômputo da distribuição regional dessas transferências, recebendo um aporte de R\$ 6.207,4 milhões, o que equivale a mais da metade das dotações enviadas para todos os Estados do País. Nesse caso, esse tipo de transferência tem funcionado realmente como um mecanismo de redistribuição de renda, contemplando mais os Estados mais carentes. A Bahia foi o maior beneficiário por esse tipo de transferência no período, recebendo R\$ 1.111,9 milhão, o que



**Gráfico 38 – Fundo de participação dos municípios distribuição. Participação (%) regional (jan.- mai.06)**

Fonte: Tesouro Nacional (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica

corresponde a 18% do total regional. Em seguida, vêm os Estados do Ceará, com R\$ 868,2 milhões (14%), Maranhão, R\$ 854,2 milhões (14%) e Pernambuco, R\$ 816,5 milhões (13%).

No agregado, as dotações enviadas para esses quatro Estados, através do FPE, alcançaram R\$ 3.650,9 milhões, o que equivale a 59% do recebido pela região Nordeste (Tabela 52).

**Tabela 51 – Nordeste: fundo de participação dos Municípios - FPM**

UF	FPM			
	Jan.- Mai.2005		Jan.- Mai.2006	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	263.846.495	6,74	295.753.857	6,79
Bahia	989.917.118	25,28	1.103.499.003	25,32
Ceará	579.859.113	14,81	637.684.548	14,63
Maranhão	450.597.578	11,51	520.915.146	11,95
Paraíba	358.225.054	9,15	396.325.989	9,09
Pernambuco	561.099.762	14,33	602.515.028	13,82
Piauí	275.870.376	7,04	321.228.269	7,37
Rio Grande do Norte	275.270.450	7,03	306.126.621	7,02
Sergipe	161.285.462	4,12	174.152.123	4,00
Nordeste	3.915.971.408	100,00	4.358.200.582	100,00
Brasil	3.915.971.408	-	12.388.760.817	-

Fonte: Tesouro Nacional (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

**Tabela 52 – Nordeste: Fundo de Participação dos Estados - FPE (R\$)**

UF	FPE			
	Jan.- Mai.2005		Jan. - Mai. 2006	
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste
Alagoas	440.459.271	7,93	492.293.101	7,93
Bahia	994.842.287	17,91	1.111.916.646	17,91
Ceará	776.809.601	13,99	868.225.585	13,99
Maranhão	764.241.991	13,76	854.179.002	13,76
Paraíba	507.034.783	9,13	566.703.308	9,13
Pernambuco	730.573.077	13,15	816.547.885	13,15
Piauí	457.537.245	8,24	511.380.834	8,24
Rio Grande do Norte	442.343.883	7,96	494.399.497	7,96
Sergipe	439.951.061	7,92	491.725.085	7,92
Nordeste	5.553.793.197	100,00	6.207.370.944	100,00
Brasil	10.587.708.723	-	11.833.684.322	-

Fonte: Tesouro Nacional (2006a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

# REFERÊNCIAS

- ABECIP. Disponível em: <[www.abecip.gov.br](http://www.abecip.gov.br)>. Acesso em: 22 jun. 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Crédito imobiliário cresce 71% em abril.** Disponível em: <[www.abecip.gov.br](http://www.abecip.gov.br)>. Acesso em: 22 jun. 2006b.
- AFTOSA: vacinação atinge índice histórico. Disponível em:** <[http://www.adagro.pe.gov.br/noticias\\_.asp?noticia=108](http://www.adagro.pe.gov.br/noticias_.asp?noticia=108)>. Acesso em: 26 jun. 2006a.
- AFTOSA: vacinação atinge mais de 93%, índice de 93,16% é considerado uma vitória para a agropecuária. Disponível em: <<http://www.kati.com.br/home/materia.asp?id=2945>>. Acesso em: 26 jun. 2006b.
- AGUIAR, I. D.; KASSAI, L. Dólar mais caro acelera negócios com a soja. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31 mai. 2006. p. A-1. Agronegócios.
- ANFAVEA. **Carta nº 240, jun./2006.** Disponível em: <[www.anfavea.com.br](http://www.anfavea.com.br)>. Acesso em: 02 jul. 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Carta nº 241, jun./2006.** Disponível em: <[www.anfavea.gov.br](http://www.anfavea.gov.br)>. Acesso em: 27 jun. 2006b.
- BACEN. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central.** mai. 2006. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006b.
- \_\_\_\_\_. **Boletim do Banco Central.** jun. 2006. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 30 jul. 2006c.
- \_\_\_\_\_. **Nota econômico-financeira para a imprensa:** política monetária e operações de crédito ao sistema financeiro. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 02 jun. 2006d.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de mercado.** 28 abr. 2006. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 02 jul 2006e.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de mercado.** 02. jun. 2006. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 02 jul. 2006f.
- BC incentiva crédito de varejo e imobiliário com menor exigência de capital próprio dos bancos. **Valor Online.** 22 mai. 2006. Disponível em: <[www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br)>. Acesso em: 22 jun. 2006.
- BIODIESEL: o novo combustível do Brasil. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2006.
- BNB CONJUNTURA ECONÔMICA. Fortaleza, n. 6-7, set./dez. 2005. Disponível em: <[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006.
- BNDES. **Sinopse de investimento.** n. 3, abr. 2006. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 26 jun.2006.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária. Disponível em: <[www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/Valores.asp](http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/Valores.asp)>. Acesso em: 20 abr. 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Economia & Conjuntura**, Brasília, ano 6, n. 73, mai. 2006. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/Mai2006.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2006b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <[www.aliceweb.gov.br](http://www.aliceweb.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006a.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[aliceweb.desenvolvimento.gov.br](http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006b.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006c.

\_\_\_\_\_. **Balança comercial brasileira:** janeiro-abril/2006. Disponível em: <[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006d.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CAGED**. Disponível em: <[www.caged.com.br](http://www.caged.com.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006.

CAI ritmo de geração de empregos formais. **Valor Econômico**. Disponível em: <[www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br)>. Acesso em: 27 jun. 2006.

CEPEA. **Indicador de soja**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/indicador/soja/>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

CNA. **Indicadores rurais:** n. 66, jan./fev. 2006. Brasília: CNA, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Indicadores rurais:** n.67, mar./abr. 2006. Brasília: CNA, 2006b.

CONAB. **Avaliação da safra agrícola 2005/2006:** sétimo levantamento: junho de 2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/safra/boletim07.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Cana-de-Açúcar:** safra 2006/2007: primeiro levantamento: maio de 2006. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/download/safra/Primeiro\\_Levantamento\\_Cana\\_2006-07\\_maio06.pdf](http://www.conab.gov.br/download/safra/Primeiro_Levantamento_Cana_2006-07_maio06.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2006b.

\_\_\_\_\_. **Conjunturas agropecuárias:** algodão: período de 05/06 a 09/06/2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/cas/semanais/Semana05A09062006/Conjuntura%20de%20Algodão%2005%20a%2009%2006%202006.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2006c.

\_\_\_\_\_. **Conjunturas agropecuárias:** arroz: período de 05 a 09.06.2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/cas/semanais/Semana05A09062006/Conjuntura%20de%20arroz%2005%20a%2009%20de%20jun%202006.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2006d.

\_\_\_\_\_. **Conjunturas agropecuárias:** mamona: período de 12/06 a 16/06/2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/cas/semanais/Semana12a16062006/ConjMamona1206a16062006.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2006e.

\_\_\_\_\_. **Conjunturas agropecuárias:** milho: período de 05 a 09.06.2006. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/cas/semanais/Semana05A09062006/Conjuntura%20Milho%2005%20a%2009%20de%20junho%20de%202006.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2006f.

CVRD. **Relatório de produção**. Disponível em: <[www.cvrd.com.br](http://www.cvrd.com.br)>. Acesso em: 21 jun. 2006.

DIEESE. Incentivo à formalização do emprego doméstico. **Nota técnica**. n. 25, jun. 2006. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 25 jun. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Maior deflação mensal desde agosto de 1998**. Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006b.

FÁBRICA do Ceará supera produtividade chinesa. **Valor Online**, 23 mar. 2006. Disponível em: <[www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br)>. Acesso em: 25 jun. 2006.

FGV. **Sondagem conjuntural da indústria de transformação**. ano 39, n. 159, p. 4. Disponível em: <[www.ibre.fgv.br](http://www.ibre.fgv.br)>. Acesso em: 15 jun. 2006.

FIEC. **Nordeste**: indicadores industriais: Fortaleza. jun. 2006. Disponível em: <[www.sfipec.org.br](http://www.sfipec.org.br)>. Acesso em: 02 jul. 2006.

FUNCEX. Disponível em: <[www.funcec.com.br](http://www.funcec.com.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Boletim Funcex de Comércio Exterior**. Brasília, ano X, n. 4, abr. 2006. Disponível em: <[www.funcec.com.br](http://www.funcec.com.br)>. Acesso em: 20 jun. 2006b.

GUIMARÃES, C. B. Funcex, Secex e FMI: demanda externa efetiva sobe 21,6%. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 08 jun. 2006.

IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 jun. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Contas nacionais trimestrais**: indicadores de volume (jan./mar. 2006). Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 30 mai. 2006b.

\_\_\_\_\_. **Índices conjunturais da indústria**: Brasil: abr. 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006c.

\_\_\_\_\_. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em <[www.sidra.ibge.gov.br/bda](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda)>. Acesso em: 20 jun. 2006d.

\_\_\_\_\_. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: maio 2006e. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/textolspa052006.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2006f.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial mensal**: abr. 06. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 jun. 2006g.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de comércio**: abr. 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006h.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa mensal de emprego**: mai. 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 jun. 2006i.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25 jun. 2006j.

\_\_\_\_\_. **Produção pecuária municipal**. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br/bda](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda)>. Acesso em: 20 jun. 2006l.

IPEA. **Boletim de Conjuntura**. n. 73, jun. 06. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 25 jun. 2006.

KASSAI, L. Brasil perde liderança em exportação de soja. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 12 jun. 2006. p. B-12. Agronegócios.

LULA promove 6 milhões de eleitores para classe c. **Folha Online**. São Paulo. Disponível em: <[www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)>. Acesso em: 09 jul. 2006.

MARANHÃO prorroga campanha de vacinação contra febre aftosa nos rebanhos. Disponível em: <<http://www.aged.ma.gov.br/noticia.php?id=627>>. Acesso em: 26 jun. 2006.

MERCADO & Negócios: medidas de apoio à agricultura. **Revista Agroanalysis**. São Paulo, v. 26, n. 5, p. 14, mai. 2006.

PARA CNI o real valorizado incentiva importação de insumo. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 04 jun. 2006.

PRATES, D. M. A inserção externa da economia brasileira no Governo Lula. **Política Econômica em Foco**, [s. l.], n. 7, nov./05-abr./06. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/cecon/cecon.html>>. Acesso em: 30 jun. 2006.

PRODUTIVIDADE sobe 3,2% até abril. **Valor Online**, 16 jun. 2006. Disponível em: <[www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br)>. Acesso em: 27 jun. 2006.

SEAGRI-BA. **Cotações agrícolas**. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/cotacao.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

SOBEET. **Boletim SOBEET**. São Paulo, ano III, n. 38, fev. 2006. Disponível em: <[www.sobeet.com.br](http://www.sobeet.com.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Boletim SOBEET**. São Paulo, ano III, n. 39, mar. 2006. Disponível em: <[www.sobeet.com.br](http://www.sobeet.com.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006b.

\_\_\_\_\_. Fortes incentivos para os investidores estrangeiros manterem seu interesse nas empresas brasileiras que chegam à bolsa. **Boletim SOBEET**. São Paulo, ano III, n. 38, fev. 2006c.

\_\_\_\_\_. Razões para o aumento das remessas de lucros e dividendos ao exterior. **Boletim SOBEET**. São Paulo, ano III, n. 38, fev. 2006. Disponível em: <[www.sobeet.com.br](http://www.sobeet.com.br)>. Acesso em: 30 jun. 2006d.

TESOURO NACIONAL. Disponível em <[www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)>. Acesso em: 23 mai 2006a.

\_\_\_\_\_. **Resultado do Tesouro Nacional**: maio de 2006. Disponível em: <[www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)>. Acesso em: 23 mai 2006b.





**Banco do  
Nordeste**



**SUPERINTENDÊNCIA DE LOGÍSTICA**  
**Ambiente de Recursos Logísticos**  
**Célula de Produção Gráfica**  
**OS 2006-08/1.452 - Tiragem: 1.250**